



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI

CEAF-ESMP

2023 - 2028

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO...04</u>	
<u>CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL</u>	05
1.1 Caracterização Institucional	05
1.2 Histórico e desenvolvimento da Instituição.....	06
1.3 Missão	12
1.4 Finalidades	12
1.5 Autonomia em relação à Mantenedora	13
1.6 Organização da Gestão e Administração Institucional	15
1.6.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico	17
1.6.2 Órgãos Colegiados: atribuições, competências e composição	20
1.6.3 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas	22
1.7 Relações e parcerias com a comunidade. Contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região	25
<u>CAPÍTULO 2 - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO</u>	33
2.1. Organização Didático-Pedagógica	33
2.1.1 Área (s) de atuação acadêmica	33
2.1.2 Perfil do egresso	34
2.2 Políticas de Ensino	37
2.3 Políticas de Pesquisa	38
2.4 Políticas de Extensão	40
2.5 Políticas e práticas de Educação a Distância	43
2.6 Políticas de Educação Inclusiva, Defesa e Promoção do Estado Democrático de Direito, dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente, da Diversidade da Igualdade de Gênero e Racial.....	43
2.7 Processo de avaliação	47
2.8 Oferta de Cursos e Programas (Presenciais e à Distância)	48
2.9 Avaliação Institucional	75
<u>CAPÍTULO 3 CORPO DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO</u>	87
3.1 Corpo docente – composição, políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	87

3.2	Corpo Discente: Formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas)	101
3.3	Corpo técnico/administrativo – estruturação, políticas de qualificação, plano de carreira e/ou cargos e salários e cronograma de expansão	101
	<u>CAPÍTULO 4 - INFRAESTRUTURA</u>	105
4.1	Infraestrutura	105
4.2	Adequação da infraestrutura para o atendimento a pessoas com deficiência	109
	<u>CAPÍTULO 5 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</u>	110
5.1	Objetivos e Metas	110
5.2	Demonstração da sustentabilidade financeira	120
	Referências	127

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI

INTRODUÇÃO

A partir da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Ministério da Educação constatou a necessidade de introduzir, como parte integrante do processo avaliativo das Instituições de Ensino Superior - IES, o seu planejamento estratégico, sintetizado no que se convencionou denominar de Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

O PDI, passou a ser exigido das Instituições de Ensino Superior no momento em que solicitar ao MEC, por intermédio do Sistema SAPIEnS, o credenciamento de Instituição de Educação Superior, ou credenciamento periódico de Instituição de Educação Superior, ou autorização de cursos superiores de graduação, tecnológicos, sequenciais, ou credenciamento de Instituição para a oferta de ensino a distância, ou autorização de cursos fora de sede para as universidades.

Como dispositivos legais de orientação à elaboração de PDI, destacam-se: Lei Nº 9.394/1996 (LDB), Lei Nº 10.861/2004, Decreto Nº 2.494/1998, Decreto No 3.860/2001, Decreto Nº 4.914/2003, Decreto Nº 5.154/2004, Decreto Nº 5.224/2004 e Decreto Nº 5.225/2004, Portaria MEC Nº 301/1998, Portaria MEC Nº 1.466/2001, Portaria MEC Nº 2.253/2001, Portaria MEC Nº 3.284/2003, Portaria MEC Nº 7/2004, Portaria MEC Nº 2.051/2004, Portaria MEC Nº 3.643/2004, Portaria MEC nº 4.361/2004, Resolução CES/CNE No 2/1998, Resolução CNE/CP No 1/1999, Resolução CES/CNE Nº 1/2001, Resolução CP/CNE Nº 1/2002 (art.7º), Resolução CES/CNE No 10/2002, Parecer CES/CNE Nº 1.070/1999.

Além das normas ditadas pelo MEC, o presente PDI também busca contemplar as diretrizes exaradas pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP sobre a formação, a gestão e a evolução humana no estágio probatório

dos membros do MP, RECOMENDAÇÃO DE CARÁTER GERAL CNMP-CN Nº 01, DE 15 DE MARÇO DE 2018 e sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas, RECOMENDAÇÃO CNMP Nº 52, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

Dentro de sua autonomia para elaboração do PDI, o Centro de Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público – CEAF-ESMP atendeu as instruções constantes nos dispositivos legais acima descritos, abordando os eixos temáticos e informações relevantes que permitam tanto à IES como ao MEC, identificar e monitorar o cumprimento das metas institucionais estabelecidas.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que ora se apresenta foi elaborado para um período de 5 (cinco) anos, constitui-se num instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que identifica o CEAF-ESMP no que diz respeito à sua trajetória histórica, sua filosofia de trabalho e vocação, à missão a que se propõe, à inserção regional, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver.

Configura-se em um instrumento de planejamento estratégico visando orientar as ações dos gestores na busca da qualidade da administração e consecução de seus objetivos. Portanto, foi elaborado de forma participativa, com o envolvimento de todos os setores do CEAF-ESMP que colaboraram ativamente numa primeira fase com o envio de relatórios detalhados de suas atividades desde o ano de 2020, os quais constam em cada item deste PDI e numa segunda fase com o envio de sugestões quanto aos objetivos e metas para os próximos 5 (cinco) anos.

Este PDI vem imbuído da missão de consolidar o CEAF-ESMP enquanto instituição acadêmica e científica que produz e democratiza o conhecimento sempre com vistas ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como de sua comunidade, contribuindo com a efetividade dos direitos fundamentais e a concretização do Estado Democrático de Direito.

CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Caracterização Institucional

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público – doravante denominado apenas CEAF-ESMP, instituição pública da administração direta do Estado, foi criado pelo Decreto nº 27.422, de 05 de outubro de 1987 e consolidado pela Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, como órgão auxiliar, mantido pelo Ministério Público de São Paulo.

O CEAF integra a estrutura do MPSP como órgão auxiliar responsável pela:

- (i) formação e capacitação dos seus agentes públicos e
- (ii) pela elaboração de projetos de organização institucional e de políticas públicas.

O CEAF tem como função precípua a produção e a difusão do conhecimento de interesse do Ministério Público mediante o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Como previsto no seu ato de criação, o CEAF tem como público-alvo prioritário os agentes políticos e administrativos dos quadros do Ministério Público brasileiro. Em sua condição de Escola institucional – modalidade de Escola de Governo – o CEAF também pode desenvolver atividades de ensino e extensão voltadas para:

- (i) agentes políticos e administrativos de outras instituições públicas,
- (ii) cidadãos interessados nas carreiras de Ministério Público e
- (iii) cidadãos atuantes nas organizações e movimentos sociais voltados à implementação e ao controle de políticas públicas.

Em Parecer Nº 124/2022 da Câmara de Educação Superior - CES do Conselho Estadual de Educação – CEE do Estado de São Paulo, aprovado por unanimidade pelo CEE/SP em 23/03/2022, que defere, com fundamento na Deliberação CEE 197/2021, o pedido de Recredenciamento Institucional, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo / CEAF - ESMP, para oferta de cursos de pós

graduação lato sensu pelo prazo de cinco anos, o relator na Apreciação do pedido afirma:

A Deliberação CEE 197/2021 dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação nos cursos de pós-graduação lato sensu (Especialização) do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. Para credenciamento institucional estabeleceu:

*“Art. 17 - O Credenciamento para o oferecimento de Cursos de Especialização, de **Escolas de Governo**, Instituições de Pesquisa Científica ou Tecnológica, ou de Natureza Profissional, vinculadas ao Poder Público Estadual ou Municipal, far-se-á, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, nos termos desta Deliberação (...). (grifos no original)*

Neste sentido, fica configurado o entendimento do CEE/SP de que o CEAF – ESMP é uma Escola de Governo, legitimada, portanto, para solicitar autorização para oferta de Cursos de Pós-graduação Lato e Stricto Sensu presenciais e a distância.

Com sede na capital do Estado, o CEAF é dotado de grande capilaridade. Conta hoje com vinte e seis Núcleos Regionais, que devem funcionar como polos de desenvolvimento das suas atividades típicas em todo território do Estado de São Paulo.

1.2 Histórico e desenvolvimento da Instituição

A origem das Escolas de Governo no Brasil data da década de 1930, quando da criação, pelo Governo Vargas, do Conselho Federal do Serviço Público Civil (Lei nº 284/36) e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que foi incumbido de “promover a readaptação e o aperfeiçoamento dos funcionários civis da União”.

Durante o período de 1945-1964, a política de profissionalização dos agentes públicos não se universalizou. Consolidou-se apenas em alguns setores estratégicos de governo (Relações Exteriores e Forças Armadas). No

regime militar (1964-1985) também não avançou porque a reforma administrativa de 1967, levada a cabo com a edição do Decreto-lei nº 200/67, privilegiou o fortalecimento da Administração Indireta.

No Estado de São Paulo, a Lei Complementar nº 180/78, que instituiu o Sistema de Administração de Pessoal, não estabeleceu política de formação dos quadros administrativos. Sua regulamentação rege, de forma tímida, o desenvolvimento e a capacitação de recursos humanos

Inicialmente o Centro de Estudos do Ministério Público foi previsto, no artigo 216 da Lei Complementar nº . 304 de 28/12/1982, posteriormente regulamentado e criado pelo Decreto nº . 27.422 de 05 de outubro de 1987, podendo: realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, atividades, pesquisas, estudos e publicações para o aperfeiçoamento dos membros do M.P. de seus auxiliares, funcionários e outros operadores do Direito, bem como para melhor execução de seus serviços e racionalizações e o do uso de seus recursos materiais, estendendo ainda à comunidade. Também era previsto promover estudos e a divulgação de conhecimentos decorrentes das suas atividades à Sociedade.

Com o objetivo de implementar o desenvolvimento de suas atividades, por meio da ação conjunta e cooperação recíproca, em abril de 1988 o Centro de Estudos obteve autorização para celebração de convênio entre o "Centro de Estudos do Ministério Público" e "Associação Paulista do Ministério Público" que decidiu instituir uma fundação, de nome Fundação Escola Paulista do Ministério Público. Assim constituído, nos primeiros anos de suas atividades, o Centro de Estudos, concentrou a sua atuação na preparação dos membros da Instituição.

Com a promulgação da Constituição de 1988, deu-se um novo perfil nacional ao Ministério Público, e exigiu fosse editada uma Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. A Constituição democrática de 1988, no seu texto original, preconizou algumas medidas importantes no campo da moralização administrativa como, por exemplo, compras governamentais e ingresso nas carreiras administrativas, generalizando o concurso público. No entanto, nada de significativo cresceu, naquele primeiro momento, à temática da formação de quadros.

No âmbito do sistema de Administração da Justiça, a Constituição da República preconiza como matéria do futuro Estatuto da Magistratura a previsão

de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção para magistrados. Esses cursos, nos termos da diretiva constitucional, devem constituir também etapa obrigatória do processo de vitaliciamento (art. 93, inc. IV). É do texto constitucional a previsão da existência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, vinculada ao Superior Tribunal de Justiça (art. 105, inc. I), e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, vinculada ao Tribunal Superior do Trabalho (art. 111-A, § 2º, inc. I). Frise-se que os cursos e escolas mencionados não figuraram no texto original da Constituição; foram nele incluídos pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

No que diz respeito ao Ministério Público, também há previsão constitucional de formação e capacitação dos seus agentes políticos e administrativos, ainda que por remissão (CF, art. 129, § 4º).

Com a edição, em 12 de fevereiro de 1993, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – LONMP - (Lei nº 8.625/93) e, na sequência, das Leis Orgânicas dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, os diversos ramos do Ministério Público brasileiro passaram a contar em sua estrutura com Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), órgãos auxiliares, com a incumbência de promover, no âmbito da Instituição:

- (i) o aprimoramento profissional e cultural dos membros, auxiliares e funcionários;
- (ii) a melhor execução dos serviços;
- (iii) a racionalização dos recursos materiais.

O artigo 35 da LONMP assim define os CEAFs:

Art. 35. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é órgão auxiliar do Ministério Público destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.

Parágrafo único. A Lei Orgânica estabelecerá a organização, funcionamento e demais atribuições do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

Necessário esclarecer que em alguns Estados, como, por exemplo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais, a formação dos quadros do Ministério Público é partilhada entre os CEAFs – integrantes da estrutura ministerial – e as associações e fundações Escolas de Ministério Público – de natureza privada. A experiência levou a uma divisão de tarefas: os CEAFs promovem, prioritariamente, o aperfeiçoamento funcional dos agentes políticos e administrativos dos quadros do Ministério Público, e os estabelecimentos privados – associativos ou fundacionais – responsabilizam-se pelos cursos de pós-graduação e de preparação de futuros quadros.

Em outros Estados, como São Paulo, o CEAF cumpre com exclusividade todas as tarefas de formação e capacitação dos públicos interno e externo. Segundo a Lei Orgânica do Ministério Público de São Paulo – LOEMP – Lei 734 de 1993:

Art. 53. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é Órgão Auxiliar do Ministério Público e visa ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.

Art. 54. Para consecução de suas finalidades o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional poderá realizar ou patrocinar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, bem como promover a divulgação dos conhecimentos decorrentes.

(...)

Art. 55. Para atingir seus objetivos, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional poderá relacionar-se, celebrar convênios e colaborar, pelos meios adequados, com outros órgãos do Ministério Público do Estado de São Paulo, com a Fundação Escola Paulista do Ministério Público, com a Associação Paulista do Ministério Público, com os demais Ministérios Públicos e Associações de Ministérios Públicos, com

os institutos educacionais, com as universidades ou com outras instituições e entidades públicas ou privadas nacionais ou estrangeiras.

Assim sendo em 1996, o CEAFF, já consolidado, extinguiu o convênio firmado com a Associação Paulista do Ministério Público e por conseguinte a Fundação Escola Paulista do Ministério Público, porém mantendo-se comprometido com estudos e pesquisas em sua área específica, ampliou seu campo de atuação, aceitando o desafio de interagir com a sociedade e com os demais operadores do Direito e outros imprescindíveis profissionais, deixando de ser um ambiente para exclusiva preparação de Promotores e Procuradores de Justiça. Abriu suas portas para enriquecer-se com a experiência e o conhecimento de outras áreas e de outros profissionais, obtendo em 1997 do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, autorização para realização do Curso de Especialização em Interesses Difusos e Coletivos.

Em decorrência da nova realidade implantada no Centro de Estudos e através da Deliberação nº . 06/97, o Conselho do CEAFFMP, no exercício das atribuições, deliberou, em 29 de abril de 1997, em seu Artigo 1º que

Nas atividades pedagógicas referidas nos artigos 53 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº . 734/93 e no artigo 3º do seu Regimento Interno, o CEAFFMP poderá utilizar, também, a denominação **Escola Superior de Ministério Público de São Paulo – CEAFF-ESMP**.

Em 1998 com a edição da Emenda Constitucional nº 19, a formação de quadros do serviço público ganhou estatura constitucional. O texto reformado incumbiu à União, Estados e Distrito Federal a manutenção de Escolas de Governo voltadas à formação e ao aperfeiçoamento dos agentes públicos (art. 39, §2º). Essa Emenda Constitucional veio no bojo de uma série de medidas tomadas pelo Governo Cardoso (1995-2002) no sentido de promover uma reforma administrativa de cunho gerencial. Fica assim estabelecido:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

(...)

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão **escolas de governo** para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

No modelo então preconizado, o treinamento de recursos humanos foi apontado como imprescindível aos objetivos da reforma do aparelho do Estado e considerado seu ponto central. A *Política de Capacitação de Servidores* passou a ser balizada pelos objetivos e diretrizes estabelecidos no Decreto nº 2.794/98. Ao reformular essa política, o Governo Lula (2003-2010) denominou-a *Política de Desenvolvimento de Pessoal*, dando-lhe novo enfoque: a qualidade (Decreto nº 5.707/2006, que revogou o Decreto nº 2.794/98).

A experiência com a Pós-Graduação que se iniciou-se em 1997, vem sendo ampliada e se mantendo em virtude da procura por parte da comunidade local, já que os cursos se destinam a qualificar os operadores do Direito para exercer suas atividades, fundamentados numa nova formação técnico-científica, considerando os novos pleitos sociais e suas consequências legislativas.

Desde sua implantação, os cursos são avaliados e autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, por meio dos relatórios circunstanciados enviados com os resultados obtidos.

O CEAF-ESMP tem adotado o Programa de Autoavaliação como estratégia para rever e aperfeiçoar os projetos e programas desenvolvidos nos cursos.

Dessa forma, o CEAF-ESMP tornou-se o foro adequado para o desenvolvimento de pesquisa e de discussão de novos projetos de atuação funcional. É com certeza, pólo de convergência de propostas, de participação de debates e, ao mesmo tempo, ponto de irradiação de novas ideias, tendentes

ao aperfeiçoamento e dinamização dos trabalhos do Ministério Público e da própria Justiça.

1.3 Missão

Segundo a Lei Orgânica do Ministério Público de São Paulo – LOEMP – Lei 734 de 1993 o CEAF-ESMP é:

Art. 53. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é Órgão Auxiliar do Ministério Público e visa ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.

A missão do CEAF- ESMP é, portanto, a produção e a difusão do conhecimento de interesse do Ministério Público mediante o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

1.4 Finalidades

Segundo o Artigo 2º de seu Regimento Interno, o CEAF – ESMP tem por finalidades:

I - preparar os novos membros do Ministério Público do Estado de São Paulo para o desempenho de suas funções institucionais;

II - aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos integrantes do Ministério Público do Estado de São Paulo;

III - desenvolver projetos e programas de pesquisa de interesse institucional;

IV - zelar pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado;

V - o ensino de pós-graduação, de suporte técnico e a extensão, abertos a todos os interessados;

VI- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VII- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;

VIII - prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

1.5 Autonomia em relação à Mantenedora

O CEAF-ESMP é dotado de autonomia pedagógica (liberdade de ensino e pesquisa). Cabe às instâncias internas do CEAF-ESMP a elaboração, apreciação e deliberação sobre os assuntos relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, observadas as diretrizes dos sistemas nacional e estadual de ensino e as prioridades institucionais definidas nos Planos e Programas de Atuação.

Segundo o Artigo 21, § 1º do seu Regimento Interno, os recursos financeiros provenientes das atividades realizadas pelo CEAF-ESMP serão destinados ao Fundo Especial do CEAF-ESMP, criado pelo artigo 304 da Lei Complementar nº 734/93. Os recursos do Fundo Especial destinam-se exclusivamente a custear as atividades do CEAF-ESMP.

A administração dos recursos do Fundo Especial é efetuada por integrante do Corpo de Apoio Técnico e consiste no controle das atividades orçamentárias e financeiras do CEAF-ESMP e no acompanhamento da utilização dos recursos referentes aos eventos, cursos, concurso de designação de Estagiários e outras atividades pertinentes ao CEAF-ESMP, ficando subordinado ao Diretor da Escola, com as atribuições que este lhe conferir em consonância com o que dispõe a legislação vigente.

O Conselho do CEAF-ESMP, observadas as disposições legais pertinentes, estabelece formas de acompanhamento e fiscalização quanto ao

recolhimento, gestão e prestação de contas, inclusive perante o Tribunal de Contas do Estado.

Independentemente da instituição de fundos, é necessário figurar no orçamento do Ministério Público rubrica específica para o custeio do CEAF-ESMP, tendo como fonte o Tesouro do Estado e como critério de definição de valor o custo-qualidade das atividades pedagógicas (ensino, pesquisa e extensão). .

1.6 Organização da Gestão e Administração Institucional

No que tange à gestão e administração institucional, o CEAF-ESMP pauta-se pelo estabelecido na Recomendação Nº 52 do CNMP que dispõem sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas, a qual leve os seguintes aspectos em consideração:

- na variável Profissionalização da Gestão, a intensificação do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, o fomento à cultura de resultados e a valorização e motivação de membros e servidores;
- que a capacidade de o Ministério Público brasileiro gerar resultados efetivos depende da valorização, da competência, da motivação e do comprometimento de seus integrantes e que esses aspectos podem ser impulsionados por políticas institucionais de gestão de pessoas;
- que a adoção de modelos de gestão e ambientes de trabalho capazes de estimular a motivação e o comprometimento das pessoas conduz ao desenvolvimento das competências profissionais, à excelência e ao alcance dos objetivos organizacionais;
- que a gestão de pessoas deve contribuir para a eficácia organizacional, mediante a aplicação de instrumentos e técnicas próprios à área, com o objetivo de ajudar o Ministério Público

brasileiro a, cada vez mais, atingir suas metas e realizar sua missão de bem servir ao cidadão.

Neste sentido, e ainda com base na Recomendação Nº 52 do CNMP, a gestão de pessoas e a administração institucional do CEAF-ESMP se orienta pelos seguintes princípios:

I – Desenvolvimento contínuo do ser humano nos seus múltiplos aspectos, por meio da valorização, do estímulo à aprendizagem e da orientação de resultados para sociedade;

II – Promoção da humanização do ambiente e das relações de trabalho, com o fortalecimento dos princípios da dignidade da pessoa humana, valorização social do trabalho, isonomia e equidade;

III – Promoção da qualidade de vida no trabalho, nas suas dimensões biológica, psicológica, social, organizacional e espiritual, com aprimoramento permanente das condições, processos e instrumentos de trabalho;

IV – Incentivo ao autoconhecimento, ao desenvolvimento integral do ser e de suas múltiplas necessidades, mediante a construção e fortalecimento do significado do trabalho para o indivíduo e para a sociedade;

V – Promoção da inclusão, da acessibilidade, da integração e do caráter cooperativo nas relações de trabalho, com respeito à diversidade;

VI – Atuação impessoal, com ética, probidade e transparência na implementação da política de gestão de pessoas, com práticas que permitam a mensuração e o acompanhamento eficaz;

VII – Profissionalização da função e da gestão pública, estimulando a gestão do desempenho com estabelecimento de critérios de meritocracia, desenvolvimento profissional e valorização da carreira;

VIII – Valorização da experiência, conhecimentos, habilidades e atitudes, por meio da gestão do conhecimento e do desenvolvimento das competências dos integrantes da Instituição, orientada com a missão, visão e valores do Ministério Público brasileiro;

IX – Estímulo à criatividade e à inovação, com apoio às iniciativas de desenvolvimento de gestores e lideranças, de sustentabilidade e de efetividade das ações e práticas de gestão;

X – Comprometimento e responsabilidade compartilhada dos gestores e demais integrantes da Instituição no cumprimento da Política Nacional de Gestão de Pessoas e na construção de resultados organizacionais pautados pela eficiência, eficácia e efetividade;

XI – Isonomia, transparência e amplo acesso às informações dos atos de gestão de pessoas, visando a melhoria da comunicação e o acompanhamento pela sociedade.

1.6.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico

A administração do CEAF-ESMP é exercida pelos seguintes órgãos, conforme Artigo 8º do seu Regimento Interno: Conselho, Congregação, Diretoria e Coordenação Acadêmica.

O Conselho possui poder normativo e deliberativo, principalmente nas áreas administrativa e financeira.

A Congregação atua preponderantemente como órgão consultivo (RegCEAF, art. 14, incs. I a IX).

A Diretoria do CEAF-ESMP é o órgão executivo encarregado de dirigir e coordenar todas as atividades do CEAF-ESMP, dando cumprimento às deliberações do Conselho e da Congregação.

A direção do CEAF-ESMP será exercida pelo Diretor, necessariamente membro do Ministério Público, nomeado pelo Conselho para o mandato de 4 (quatro) anos que coordenará e supervisionará todas as atividades do órgão, auxiliado pelo Corpo Técnico, constituído por Promotores de Justiça e auxiliares da Diretoria designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

Conforme Artigo 17 do Regimento Interno do CEAF-ESMP, compete ao Diretor:

- I - dirigir, administrar e representar o CEAF - ESMP;
- II - zelar pelo cumprimento da legislação em vigor;

III - atribuir funções aos assistentes e demais servidores lotados no CEAF-ESMP;

IV - convocar e presidir as sessões da Congregação;

V - decidir sobre a criação, transformação e extinção de cursos;

VI - supervisionar o gerenciamento do uso dos recursos orçamentários e financeiros do Fundo Especial do CEAF-ESMP, autorizando, nos limites de suas atribuições legais, os respectivos pagamentos;

VII - exercer o poder disciplinar;

VIII - assinar, juntamente com o Coordenador de Apoio Técnico Acadêmico, títulos e certificados expedidos pelo CEAF- ESMP;

IX - propor ao Conselho a instituição de núcleos de estudos ou de atividades específicas, inclusive no interior;

X – reformular a composição dos Núcleos Regionais já implantados, inclusive por meio de fusões entre eles, a fim de melhor atender ao interesse público;

XI - nomear os Coordenadores de núcleos de estudos ou de atividades específicas, inclusive no interior;

XII - apresentar, ao ensejo das reuniões ordinárias do Conselho, e, anualmente, à Congregação, relatório das atividades do CEAF – ESMP;

XIII - celebrar contratos, convênios, acordos e demais ajustes com instituições nacionais e estrangeiras, inclusive com outros órgãos do Ministério Público do Estado de São Paulo, com a Fundação Escola Paulista do Ministério Público, com a Associação Paulista do Ministério Público, com os demais Ministérios Públicos e Associações de Ministérios Públicos brasileiros, *ad referendum* dos órgãos competentes;

XIV – adotar todas as medidas de natureza material e financeira necessárias à implementação de cursos e atividades do CEAF-ESMP, incluindo-se o transporte e hospedagem dos professores, expositores e palestrantes;

XV - cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor e este Regimento;

XVI - fazer publicar, mensalmente, os demonstrativos das receitas e despesas gravadas nos recursos do Fundo Especial do CEAF-ESMP; (art.304, § 4º, da LOMPSP);

XVII - desempenhar outras atividades não especificadas neste Regimento, mas inerentes à função, de acordo com a legislação vigente;

XVIII – solicitar ao Presidente do Conselho Curador a realização de reunião extraordinária.

Atualmente, em exercício encontra-se o Dr. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA E COSTA Procurador de Justiça do MPSP, nomeado ao cargo de Diretor do CEAF-ESMP por 04 (quatro) anos, a partir de 19 de dezembro de 2019 a 18 de dezembro de 2023, conforme Ato do Conselho do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de São Paulo, publicado no DOE em 18 de dezembro de 2019.

A Coordenação dos cursos de pós-graduação é exercida por um ou mais Coordenadores Acadêmicos portador de, no mínimo, título de Mestre, escolhido pelo Diretor, dentre os membros do Corpo Técnico do CEAF - ESMP.

Conforme Artigo 18 do Regimento Interno do CEA-ESMP, incumbe ao Coordenador:

I - supervisionar a execução do plano didático pedagógico dos cursos, propondo à Congregação as medidas que julgar conveniente;

II - participar das reuniões da Congregação;

III -ser ouvido sobre os assuntos que direta ou indiretamente interessem à ordem administrativa, didática, científica dos cursos, bem como ao desenvolvimento da pesquisa e à extensão;

IV - opinar sobre a criação, a transformação e extinção de cursos;

V - exercer as demais atividades inerentes à função e as que lhe forem atribuídas no Regimento ou por órgãos superiores, objetivando o bom nível de ensino dos cursos.

A Coordenação dos cursos de pós-graduação está sendo exercida pelos Assessores Dr. José Roberto Fumach Júnior e Dra Mylene Comploier.

Os demais Membros, Assessores, compõem o Corpo de Técnico da Diretoria designados pelo Procurador-Geral de Justiça: Mirella de Carvalho Bauzys Monteiro e Zenon Lotufo Tertius (Chefe de Gabinete da ESMP).

1.6.2 Órgãos Colegiados: atribuições, competências e composição

O Conselho do CEAF-ESMP tem sua estrutura organizacional e suas competências definidas no seu Regimento Interno no Título III, Capítulos I, Seção I. É composto por 4 (quatro) representantes da Administração Superior (Procurador-Geral de Justiça, Corregedor-Geral do Ministério Público, um representante do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, um representante do Conselho Superior do Ministério Público), 1 (um) membro do Ministério Público de segunda instância e 2 (dois) membros do Ministério Público de primeira instância, sendo um da Capital e um do Interior.

Conforme previsto no Artigo 11 do Regimento, compete ao Conselho:

I - Fixar as diretrizes de atuação do Centro;

II- Nomear e destituir o Diretor do Centro, bem como apreciar seu pedido de renúncia;

III- Aprovar o planejamento anual ou plurianual de cursos, congressos, seminários, simpósios, estudos, pesquisas, publicações e atividades diversas;

IV- Aprovar seu Regimento Interno e o do Centro, bem como as respectivas alterações;

V - Aprovar convênios;

VI - Apreciar prestação de contas do Centro e de recursos repassados a entidades conveniadas;

VII- Convocar o Diretor para esclarecimentos, quando julgar necessário;

VIII - Deliberar sobre a destinação dos recursos do Fundo Especial a que se refere o art. 54, parágrafo único, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo;

IX - Eleger seu Secretário;

X – Deliberar sobre o valor das mensalidades e remuneração do corpo docente dos cursos de pós-graduação e de palestrantes dos demais cursos;

XI – Decidir sobre a concessão de bolsas de estudo para os alunos dos cursos de pós-graduação, atendendo critérios a serem fixados oportunamente;

XII – Deliberar sobre a formação de núcleos de estudos ou de atividades específicas, inclusive no interior, por proposta da Diretoria;

XIII - Exercer as demais funções inerentes à sua atividade;

XIV - Resolver os casos omissos do Regimento.

A Congregação, por sua vez, tem composição mista. O Diretor a preside, integrando-a como membro nato. Há representantes do corpo discente 1 (um), do corpo técnico 1 (um), do corpo de apoio técnico 1 (um), da comunidade 1 (um) e professores mestres e doutores, estes constituindo, no mínimo, 70% do colegiado (RegCEAF, art. 12, incs. I a VI).

Conforme o Artigo 14 do Regimento Interno do CEAF-ESMP são atribuições da Congregação:

I - apreciar, acompanhar e supervisionar os planos de ensino, pesquisa e extensão do CEAF – ESMP;

II - propor ao órgão competente a criação, a transformação e a extinção de cursos de pós-graduação, por voto de 2/3 dos seus membros em exercício;

III - sugerir, por 2/3 (dois terços) de seus membros, propostas de alterações do Regimento para aprovação do Conselho do CEAF-ESMP, encaminhando-as ao Conselho Estadual de Educação;

IV - deliberar sobre a forma de ingresso de candidatos aos cursos de Pós-Graduação;

V - ser ouvida quando da celebração de convênios e ajustes congêneres;

VI - tomar conhecimento do Relatório Anual da Diretoria;

VII - constituir comissões assessoras especiais e transitórias;

VIII - deliberar sobre a lotação de funções docentes, técnicas e administrativas, observada a legislação vigente;

IX - praticar os demais atos que forem de sua competência por força de lei, do Regimento e por delegação superior.

Ainda conforme o Regimento do CEAF-ESMP, a Congregação reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada quatro meses e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria da totalidade de seus membros em exercício. As decisões da Congregação serão tomadas por maioria simples, com a presença de pelo menos 2/3 da totalidade de seus membros em exercício e, em segunda chamada, na mesma sessão, pela maioria simples, desde que presente 1/5 dos membros da Congregação.

1.6.3 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

Os órgãos de apoio do CEAF-ESMP, bem como as suas atribuições encontram-se previstos no Título III, Capítulo II do seu Regimento Interno, sendo vinculados diretamente à Diretoria. São eles:

I - Corpo de Apoio Técnico:

- a) Acadêmico;
- b) Audiovisual;
- c) Comunicação;
- d) Financeiro;
- e) Inovação e Tecnologia da Informação.

II - Subárea de Apoio Administrativo de Expediente. (redação cf. Resolução nº 1.320/2021-PGJ).

I - O **Corpo de Apoio Técnico** do CEAF-ESMP é constituído por Assistentes, indicados pelo Diretor do CEAF-ESMP e nomeados ou designados pelo Procurador-Geral de Justiça, com diploma de nível superior e experiência comprovada em assuntos relacionados com as funções a serem desempenhadas. As atribuições do Corpo de Apoio Técnico do CEAF-ESMP estão previstas no Artigo 21 do Regimento do CEAF-ESMP.

O **Corpo de Apoio Técnico Acadêmico** é o órgão encarregado de coordenar e executar os serviços de apoio administrativo necessários ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas do CEAF-ESMP e será subdividido entre tantas áreas quantas forem necessárias ao bom desempenho de suas atividades, sendo que essas serão coordenadas por pessoas indicadas pelo Diretor, portadoras de diploma de curso superior.

O Setor Acadêmico manterá, sob a supervisão do Coordenador do Corpo de Apoio Técnico Acadêmico, os livros de registros, inscrições e demais assentamentos escolares exigidos pela legislação de ensino, bem como aqueles necessários à organização administrativa, que somente serão retirados do Setor Acadêmico com autorização do Diretor.

Atualmente encontra-se subdividido nas seguintes áreas, cujas atribuições encontram-se previstas nos artigos 23 a 25 do Regimento do CEAF-ESMP.

a) área responsável pelos cursos de pós-graduação, presenciais ou a distância, dentre outras;

b) área responsável pelos cursos de ensino a distância – EAD, dentre outras;

c) área responsável pelo Setor de Pesquisa.

O **Corpo de Apoio Técnico Audiovisual** é o órgão encarregado de coordenar e executar os serviços de pré-produção, produção e pós-produção de todos os tipos de conteúdo e materiais audiovisuais demandados pela ESMP, como cursos, palestras, vídeos institucionais, entre outros, suas atribuições encontram-se no artigo 27 do Regimento do CEAF-ESMP.

O **Corpo de Apoio Técnico de Comunicação** é o órgão encarregado de coordenar e executar os serviços de comunicação social relacionados à produção de conteúdo jornalístico, publicidade e marketing, bem como planejamento e ações voltadas para o público interno e externo do CEAF-ESMP. Suas atribuições encontram-se no artigo 28 do Regimento do CEAF-ESMP. Além de se manter como um importante apoio da divulgação dos mais diferentes cursos e eventos da ESMP, o setor de Comunicação da Escola, mantém o alto nível de produção de conteúdo inédito com podcasts, posts informativos nas redes sociais e grandes campanhas de repercussão de todo o importante trabalho educacional da Escola.

O **Corpo de Apoio Técnico Financeiro** é o órgão encarregado de supervisionar as movimentações financeiras, através do acompanhamento do fluxo de entrada e saída de recursos do Fundo Especial do CEAF/ESMP; gerenciar as responsabilidades das contas bancárias vinculadas ao Fundo Especial do CEAF/ESMP; coordenar as contratações decorrentes de regime ordinário e de adiantamento que envolvam recursos do Fundo Especial do CEAF/ESMP; gerenciar o procedimento de remuneração do corpo docente do CEAF/ESMP; gerenciar o controle de cobrança do CEAF/ESMP, inclusive em decorrência de convênios e demais ajustes firmados. As funções do Corpo de Apoio Técnico Financeiro serão

exercidas em consonância com as competências do Centro de Finanças e Contabilidade do MPSP, sendo as questões omissas tratadas em regulamento próprio.

O **Corpo de Apoio Técnico Inovação e Tecnologia da Informação** é o órgão encarregado de dar suporte às ferramentas tecnológicas utilizadas na ESMP atuando conjuntamente com o CTIC, coordenando, no âmbito da ESMP, as respectivas ações nas áreas de Sistemas da Informação, Infraestrutura e Operações, Planejamento e Gestão e Suporte Técnico.

A **Subárea de Apoio Administrativo de Expediente** atua no suporte e realização das atividades-meio essenciais ao desenvolvimento e concretização das atividades-fim do CEAF-ESMP e tem as seguintes atribuições, dentre outras: atendimento e auxílio aos trabalhos da Diretoria e Assessoria; atendimento ao público e aos integrantes do Ministério Público através dos canais disponibilizados; recepção, registro, instauração, distribuição, acompanhamento e remessa de documentos, procedimentos, processos e correspondências; organizar e manter atualizados arquivos virtuais e/ou físicos de documentos, correspondências, procedimentos e processos, expedidos e recebidos, zelando pela guarda e conservação, respeitada a política de gestão documental do Ministério Público; gestão do quadro de pessoal do CEAF/ESMP, de sua frequência, tramitação para concessão de férias, licenças e demais afastamentos previstos, verificação de permutas ou reposições dos cargos dos integrantes do CEAF/ESMP, zelando pela fiel aplicação das disposições legais e regulamentares vigentes.

A Biblioteca é órgão de apoio às atividades didáticas e científicas organizada de acordo com o regulamento Interno da Biblioteca Central e das Bibliotecas Setoriais do Ministério Público do Estado de São Paulo e segundo os princípios técnicos da Biblioteconomia, deverá atender plenamente às necessidades dos cursos do CEAF-ESMP.

1.7 Responsabilidade Social. Relações e parcerias com a comunidade. Contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região

O CEAF promove a difusão de informações de interesse público com o objetivo de atingir o seu público- alvo, outros órgãos públicos e a sociedade em geral. Essas informações relacionam-se com o ensino e com atividades culturais, com a produção doutrinária e com os resultados das pesquisas aplicadas e se materializam em diversificados instrumentos de comunicação, como: página na internet, redes sociais, boletins informativos, livros, cadernos especiais e revista científica.

Organiza eventos, incluindo palestras, debates, encontros e minicursos; também ministra, nas modalidades presencial cursos de pós-graduação e nas modalidades presencial e a distância cursos de extensão e aperfeiçoamento funcional, atendendo ao corpo de funcionários e membros do Ministério Público de São Paulo e, também, à sociedade.

A atualização institucional do Ministério Público passa, no plano estrutural, pela reorganização espacial e administrativa da instituição, por meio da regionalização das Promotorias de Justiça. O CEAF/ESMP, por sua vez, também inaugurou Núcleos Regionais e atua para que funcionem como polos de desenvolvimento de todas as suas atividades, não se restringindo ao mero apoio operacional, mas apoiando amplamente os núcleos, visando a difusão de atividades pelo mapa estadual.

Atualmente a ESMP conta com 26 Núcleos Regionais:

- 1º NÚCLEO – RIBEIRÃO PRETO
- 2º NÚCLEO – PRESIDENTE PRUDENTE
- 3º NÚCLEO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
- 4º NÚCLEO – SOROCABA
- 5º NÚCLEO – CAMPINAS
- 6º NÚCLEO – BAIXADA SANTISTA
- 7º NÚCLEO – FRANCA
- 8º NÚCLEO – VALE DO PARAÍBA
- 9º NÚCLEO – LINS, MARÍLIA E ARAÇATUBA
- 10º NÚCLEO – BAURU
- 11º NÚCLEO – FERNANDÓPOLIS
- 12º NÚCLEO – JUNDIAÍ
- 13º NÚCLEO – LITORAL NORTE

- 14º NÚCLEO – OURINHOS / ASSIS
- 15º NÚCLEO – BRAGANÇA PAULISTA
- 16º NÚCLEO – REGISTRO
- 17º NÚCLEO – PIRACICABA
- 18º NÚCLEO – BARRETOS
- 19º NÚCLEO – ARARAQUARA / SÃO CARLOS
- 20º NÚCLEO – BARRA FUNDA
- 21º NÚCLEO – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
- 22º NÚCLEO – DRACENA
- 23º NÚCLEO – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
- 24º NÚCLEO – VALE HISTÓRICO
- 25º NÚCLEO – MOGI DAS CRUZES
- 26º NÚCLEO – MARÍLIA / TUPÃ

Importante destacar que no Ministério Público existem os **Centros de Apoio Operacional – CAO** que promovem a integração entre os diversos braços da instituição para resultar no atendimento às demandas da sociedade em questões ligadas às áreas de meio ambiente, educação, pessoa com deficiência, idosos, patrimônio público, infância e juventude, direitos do consumidor, inclusão social, habitação e urbanismo, e saúde. Também existem espaços dedicados à troca de conhecimentos para quem atua contra o crime, em esferas como execução criminal, Justiça Penal negociada, violência doméstica e de gênero e de medidas para reparação de danos.

O objetivo dos CAOs é munir o promotor de Justiça com embasamento para uma atuação cada vez mais resolutiva e eficaz, de maneira unificada e respeitando a autonomia funcional. Quando as demandas trazidas aos CAOs são por formação e aperfeiçoamento que se efetivam por meio de cursos, palestras e eventos, estes informam o CEAF/ESMP para que providencie a atividade acadêmica solicitada.

No CEAF/ESMP, o **Setor de Pesquisa** é responsável pela **Revista Jurídica** da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (ISSN: 2316-6959) que possui periodicidade semestral, o recebimento de submissões se dá em fluxo contínuo e seu formato é online. Tendo sido criada em 2004, passou

por diversas modificações até chegar no formato atual que lhe conferiu a classificação no estrato **A4 do Qualis Capes**.

Oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

O **Setor de Pós-Graduação** do CEAF-ESMP, responsável pela oferta de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu/Especializações, Cursos de Extensão e Cursos de Capacitação, todos na modalidade presencial, ofereceu entre **2020 e 2022**, 34 Cursos com **6.631 alunos** matriculados, entre público interno e externo ao Ministério Público. Neste ano de **2023** está oferecendo 6 cursos com **4.358 alunos** matriculados. Todos esses Cursos serão especificados em item próprio. (2.7. Oferta de Cursos e Programas).

Já o **Setor de Ensino a Distância** do CEAF-ESMP durante os anos de **2020 a 2022** ofereceu 126 Palestras e Cursos on line, atingindo um público de **77.860 alunos**, dentre eles, membros, servidores e estagiários do Ministério Público de São Paulo e pessoas externas ao MP. Neste ano de **2023** está oferecendo/ofereceu 29 cursos com **3.971 alunos** até o momento. Essas atividades também serão especificadas em item próprio. (2.7. Oferta de Cursos e Programas).

O **Setor de Eventos** do CEAF-ESMP é responsável por organizar e executar os procedimentos administrativos necessários à realização de eventos que visam propiciar conhecimentos às pessoas que buscam aperfeiçoamento de sua formação profissional e cultural, assim como o aprimoramento da atuação funcional dos membros do MP, de seus auxiliares e funcionários, além de contribuir para o desenvolvimento na carreira, que ocorre mediante progressão funcional e promoção. Entre **2020 e 2022** realizou **203 eventos** entre Palestras, Simpósios, Congressos, Webinares e Minicursos, abertos para membros e servidores do MP, mas também para o público externo, chegando a contar com a participação de mais de **cem mil (107.449) pessoas**.

Neste ano de **2023** já foram realizados **29 eventos** com a participação de **14.262 pessoas**, entre membros, servidores, estagiários e público em geral.

Com um amplo cardápio de cursos e eventos, tudo o que é produzido pela equipe Pedagógica da Escola é divulgado intensamente no site, por e-mail,

WhatsApp e nas redes sociais. Todo este conteúdo de divulgação é produzido pelo **Setor de Comunicação**.

Importante exemplo é o **Podcast**, serviço oferecido pelo CEAF/ESMP ao público interno e externo. Seguindo a tendência dos veículos de comunicação e das instituições de ensino, o podcast da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo é mais um espaço de difusão de conhecimento para toda a sociedade. O Podcast da ESMP é composto por 5 programas e está disponível em 4 plataformas (Spotify, Deezer, iTunes e Google). Os ouvintes podem acessá-lo a qualquer momento, de qualquer lugar. Isso proporciona agilidade e conveniência na hora do aprendizado.

Criados em fevereiro de 2020, os programas já contam com mais de 61 mil plays. São eles:

- O **Direito ao pé do ouvido**, inspirado no iTunes U, projeto da Apple que permite publicar conteúdo de aulas em escolas e universidades internacionais para serem acessados facilmente. Nele, a ESMP disponibiliza suas aulas e palestras na íntegra.
- O **Estamos fazendo direito?** tem como objetivo debater temas de relevância na atualidade, sempre com especialistas nos mais diversos assuntos.
- O **ESMP Talks** disponibiliza na íntegra a roda de conversa organizada pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo sobre os principais temas que estão em debate na sociedade.
- O **PODInovar** visa a levar os integrantes do MPSP, assim como toda a sociedade, a se aprofundarem em processos inovadores.
- O **Escuta MP** é fruto da parceria entre ESMP e CNMP e transforma em programa de podcast seminários sobre temas relacionados à atuação do Ministério Público.

No que diz respeito às **Redes Sociais**, a Escola Superior do MPSP está hoje no Facebook, Instagram, Twitter e YouTube, espaços também de divulgação de seu trabalho e de entrega de conteúdo para toda sociedade. A partir dos eventos são produzidos conteúdo especial para as redes sociais, a fim de aumentar o alcance, mas, principalmente, ampliar o conhecimento, até

mesmo daqueles que não puderam assisti-los. Ganham seguidores a cada dia que passa e desde janeiro de 2020 o crescimento desses números se deu de forma expressiva, como se observa:

YouTube:

Jan/2020 – **314** inscritos

Out/2022 – **10.286** inscritos

Jun/2023 – **11.286** inscritos

Instagram:

Jan/2020 – **9.571** seguidores

Out/2022 – **16.236** seguidores

Jun/2023 – **17.390** seguidores

Twitter:

Jan/2020 – **2.108** seguidores

Out/2022 – **2.885** seguidores

Jun/2023 – **2.942** seguidores

Facebook:

Jan/2020 – **10.248** seguidores

Out/2022 – **11.443** seguidores

Jun/2023 – **11.349** seguidores

A partir de 2020, o **Setor de Comunicação** da ESMP mudou o modelo de comunicação. Antes o foco era a divulgação de atividades acadêmicas, administrativas e institucionais. Agora, além dessa divulgação essencial à transparência e prestação de contas aos integrantes do MPSP e também à sociedade, produz conteúdos exclusivos com objetivo de difundir conhecimento, fomentar a aprendizagem e desenvolver um espaço democrático de debate, são eles:

a) Aulas com nossos convidados:

A partir de trechos dos podcasts, criamos postagens, como “miniaulas”, nas redes sociais, atingindo mais de 26 mil pessoas. Todas as “miniaulas” são publicadas no Facebook, Twitter e Instagram da Escola Superior do MPSP.

b) Entrevistas exclusivas

Durante os eventos presenciais, passamos a realizar entrevistas exclusivas com os convidados e publicar pequenos vídeos nas redes sociais da ESMP, principalmente no nosso canal no YouTube.

c) WhatsApp

O WhatsApp tem se mostrado como uma das principais ferramentas de divulgação da atualidade, isso porque sua taxa de abertura de mensagens é de 100% e a taxa de leitura, de pessoas que prestam atenção ao conteúdo enviado é de 80%.

O canal da ESMP foi criado em setembro de 2018, quando foi aberto somente para membros do MPSP. Atenta a importância do canal, a atual Diretoria teve a importante decisão de ampliá-lo para todos os públicos que possam ter interesse nos cursos e eventos da Escola. Desde o início de 2020, qualquer pessoa, de qualquer lugar, que queira participar e saber sobre a produção da Escola pode se inscrever no nosso canal de WhatsApp.

d) E-mail marketing

Além do uso do e-mail institucional, em abril de 2018, a ESMP passou a utilizar um serviço de e-mail marketing que garante melhor gestão da entrega de seus conteúdos, podendo escolher seus públicos conforme os interesses, horários de envios e entrega mais garantida. Este foi um grande ganho para o aumento da taxa de abertura de nossos e-mails.

Importante registrar que os temas sobre os quais versam os Eventos, Cursos e Programas, são todos de extrema relevância para a sensibilização e o preparo para o trato com questões de suma importância para a sociedade, contribuindo com a efetividade de direitos fundamentais e a concretização do Estado Democrático de Direito. Além do **“Curso de Adaptação dos Promotores de Justiça do 94º Concurso de Ingresso à Carreira do MPSP”**, os eventos tratam, entre outros de temas como:

- “Migração da injúria racial para a Lei de Racismo e suas implicações”,
- “Direito à Proteção Integral: Orfandade de Crianças e Adolescentes no Brasil”,

- “Aspectos Práticos Relevantes para uma Atuação Eficaz no Combate à Improbidade Administrativa”,
- “Capacitação para Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e de Gênero”,
- “Tecnologias da informação e da comunicação e a tutela penal”,
- “O que é ser uma Pessoa com Deficiência no Brasil”,
- “Capacitação em Meio Ambiente”,
- “Emergências Climáticas e Desastres Ambientais. Como prevenir, mitigar, responder e promover a recuperação pós-desastre?”,
- “A luta da Comunidade LGBTI+ e o papel do Ministério Público”, dentre outros.
- “A Política Antimanicomial e a Resolução n. 487 do CNJ: Um necessário debate com a Sociedade”,
- “Direitos de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital (Lançamento das Cartilhas do Instituto Alana e do MPSP)”,
- “Violências contra crianças e adolescentes no ambiente doméstico”,
- “Atuação Integrada Cível e Crime no combate a corrupção, com foco na recuperação de ativos”,
- “Proteção do Idoso”.

Importante, também, para o cumprimento de suas funções e para o desenvolvimento de suas atividades é a atuação do CEAFF/ESMP em cooperação com outras Escolas Institucionais – de Ministério Público ou não –, Universidades e Centros de Estudos e Pesquisas que possam contribuir para a consecução de seus objetivos. Para isso, está legalmente autorizado a celebrar convênios (LOEMP, art. 55).

Atualmente o CEAFF/ESMP possui em vigor os seguintes **Convênios de Cooperação**:

- Convênio EPM - CENOR – 2014
- Centro de Estudos de Justiça das Américas
- Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - Portugal
- Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Portugal

- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
- Universidade de Múrcia (Espanha)
- Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo
- Centro Universitário de Adamantina – UNIFAI
- Associação Educacional Nove de Julho – UNINOVE
- CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Central da Capital
- Grupo Anchieta (Escolas Padre Anchieta Ltda.)
- Universidade de Araraquara
- Universidade de São Paulo e CETESB
- Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União, por meio do CDEMP
- Syracuse University

Enfim, o projeto educacional do CEAF-ESMP, desenvolvido por meio dos cursos de Especialização, de extensão, de EAD, dos eventos e da pesquisa, pretende se manter e se aperfeiçoar atendendo à demanda por cursos de Especialização em EAD e Mestrado Profissional, baseando-se no pressuposto de formar um novo profissional, capaz de atender às crescentes demandas sociais no que tange ao acesso à Justiça e à proteção dos direitos inerentes à cidadania, produzindo um agente transformador e renovador da sociedade em que atua.

CAPÍTULO 2 - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2.1. Organização Didático-Pedagógica

2.1.1 Área (s) de atuação acadêmica

Entende-se por Escola de Governo o estabelecimento de ensino, incluído na estrutura das instituições públicas, destinado precipuamente à formação e capacitação de agentes públicos, bem como à elaboração de projetos de organização institucional e de políticas públicas.

Como previsto no seu ato de criação, o CEAF tem como público-alvo prioritário os agentes políticos e administrativos dos quadros do Ministério Público paulista e brasileiro.

Em sua condição de Escola institucional – modalidade de Escola de Governo – o CEAF também pode desenvolver atividades de ensino e extensão voltadas para:

- (i) agentes políticos e administrativos de outras instituições públicas,
- (ii) cidadãos interessados nas carreiras de Ministério Público e
- (iii) cidadãos atuantes nas organizações e movimentos sociais voltados à implementação e ao controle de políticas públicas.

Por atividades primárias entendem-se aquelas que são típicas, da essência de uma escola de Ministério Público, ou seja, aquelas pelas quais a escola de Ministério Público cumpre a sua função (a produção e a difusão do conhecimento de interesse do Ministério Público) e o seu objetivo (melhoria do desempenho do Ministério Público).

No ensino, é considerada atividade primária do CEAF a realização de cursos dirigidos à formação e à capacitação dos seus quadros (agentes políticos e agentes administrativos) nas seguintes modalidades: capacitação, mestrado profissional, especialização, aperfeiçoamento, atualização e minicurso de formação continuada.

Na pesquisa, são consideradas atividades primárias: a realização de pesquisa aplicada – dirigida à produção do conhecimento necessário ao enfrentamento dos problemas elencados como prioritários pelo Ministério Público em seus Planos e Programas de Atuação – e a elaboração de projetos para a organização institucional e de políticas públicas – voltados à melhor execução dos serviços do Ministério Público e à racionalização de recursos materiais.

Na extensão, as atividades primárias dizem respeito a eventos formativos destinados ao público externo que podem tomar variadas formas (cursos, seminários, palestras, conferências, debates, programas culturais etc.).

2.1.2 Perfil do egresso

Decorrente de sua missão (produção e difusão do conhecimento), de suas atividades (ensino, pesquisa e extensão) e do público-alvo que busca atingir (prioritariamente os quadros do MPSP), o CEAF- ESMP tem como objetivo central a melhoria do desempenho do Ministério Público como instituição destinada constitucionalmente à promoção dos interesses estratégicos da sociedade brasileira. Por essa razão, suas atividades vinculam-se às políticas institucionais definidas democraticamente nos Planos e Programas de Atuação.

O Curso de Adaptação dos Novos Promotores de Justiça, oferecido pelo CEAF-ESMP tem por objetivo a capacitação profissional de ingressantes na carreira do Ministério Público após passarem no concurso público e é elaborado e oferecido conforme a Recomendação de Caráter Geral 01/2018 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP sobre a formação, a gestão e a evolução humana no estágio probatório dos membros do MP.

Segundo a Recomendação Geral essa formação destina-se ao aprimoramento dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao exercício das atribuições administrativas e finalísticas inerentes ao cargo de membro do Ministério Público, com destaque para a formatação profissionalizante (boas práticas e lições aprendidas) no campo da prática jurídica.

Os Cursos de Especialização do CEAF- ESMP tem como objetivo formar profissionais capazes de atender materialmente às demandas sociais complexas que se apresentam à operação jurídica contemporânea. A capacitação profissional jurídica envolve o domínio não apenas de técnicas baseadas nas concepções tradicionais dos institutos e instrumento do direito, mas também a consciência crítica do alcance, limites e possibilidades da ciência do direito no contexto acelerado das transformações contínuas verificadas na realidade social de hoje. Ainda, a proposta que inspira a concepção dos cursos tem como

finalidade formar profissionais habilitados ao ensino do direito nas áreas específicas, conscientes da inadequação das disciplinas e métodos pedagógicos tradicionais no contexto sócio-político econômico, que dimensiona a operação jurídica de agora, que rejeita o ensino exclusivamente dogmático e a visão essencialmente formalista do direito.

As Especializações do CEAF- ESMP partem do pressuposto que os objetivos concernentes ao Direito não serão alcançados com eficiência e eficácia se não contarmos com profissionais capacitados e claramente voltados aos interesses do corpo social. As novas demandas sociais reclamam indispensável especialização do profissional do Direito uma vez que não se conseguirá investigar, acusar, defender ou julgar corretamente se o profissional do Direito vale dizer, o Advogado, o Promotor de Justiça, o Magistrado e os demais operadores do Direito não receberem uma formação suplementar àquela oriunda dos bancos acadêmicos da graduação, nos quais importantes temas ainda recebem poucas horas-aula para exame e discussão.

Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior, além da descontinuidade metodológica no processo de aprendizagem o franco descompasso entre os conteúdos programáticos das matérias e a realidade evolutiva do Direito e da própria vida social, são facilmente detectáveis pela ênfase conferida aos compartimentos tradicionais do Direito (direito penal, direito civil, direito trabalhista, etc.) com a omissão semi absoluta dos direitos ligados ao meio ambiente, às relações de consumo, ao planejamento urbano, à probidade administrativa, à saúde, à educação e aos demais direitos inerentes à cidadania. A sociedade dos dias de hoje, em grande parte politizada e reivindicante, exige do operador do Direito, eficiência, rapidez e eficácia na solução dos conflitos de natureza civil, o que, em regra, não se obtém somente no curso de graduação.

Os Cursos em EAD possuem como objetivo principal a capacitação de integrantes do MP, membros e servidores, porém sempre são abertas vagas para o público externo. Esses Cursos buscam abordar temas recorrentes no exercício da profissão dos integrantes do MP e também temas da atualidade, propiciando ao egresso aprimoramento e atualização.

A grande maioria dos cursos e eventos oferecidos pelo CEAF-ESMP são de acesso livre a integrantes do Ministério Público e ao público externo.

2.2 Políticas de Ensino

O ensino se dá pela realização de cursos dirigidos à formação e à capacitação dos seus quadros (agentes políticos e agentes administrativos) nas seguintes modalidades: capacitação, mestrado profissional, especialização, aperfeiçoamento, atualização e minicurso de formação continuada.

Políticas de ensino:

- a) autonomia pedagógica;
- b) acesso;
- c) qualidade;
- d) gratuidade;
- e) multi/inter/transdisciplinaridade e
- f) crítica.

Mais importante do que a organização curricular expressa no elenco de disciplinas será o conjunto de atividades docentes e discentes a serem desenvolvidas ao longo dos Cursos, a saber:

- 1) Palestras, aulas expositivas, exposições mistas (exposições seguidas de estudo dirigido) para a introdução de conceitos e transmissão de informações.
- 2) Trabalho em grupo com monitoração e utilização de variadas técnicas de dinâmica de grupo;
- 3) Painéis: painel simples, painel integrado e painel de debates;
- 4) Mesas-redondas seguidas de debates;
- 5) Estudo de casos com processos e inquéritos verdadeiros;
- 6) Seminários onde os alunos, divididos em grupo e sob a orientação do professor responsável, analisarão e discutirão questões práticas e polêmicas, consistentes em casos concretos e jurisprudência dos tribunais a respeito da temática a ser objeto das aulas expositivas.

- 7) Elaboração de relatórios resultantes de análises temáticas e interpretativas dos textos colocados para leitura e discussão;
- 8) Pesquisas individuais ou em grupos de alunos.

Em consonância com o estabelecido na Recomendação de Caráter Geral 01/2018 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP sobre a formação dos membros do MP, os Cursos do CEAF-ESMP devem procurar dar ênfase na proteção dos direitos e das garantias constitucionais fundamentais do cidadão e na tutela dos direitos humanos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, aliando a formação teórica interdisciplinar e multidisciplinar com o estudo prático de situações concretas verídicas ou simuladas. Deve-se primar pela humanização do ambiente e das relações de trabalho e no desenvolvimento contínuo do ser humano nos seus múltiplos aspectos: físico, mental e espiritual.

2.3 Políticas de Pesquisa

Na área da pesquisa o CEAF-ESMP tem como objetivo a busca de novos conhecimentos em todas as áreas jurídicas, com a finalidade de criar ações inovadoras que agilizem e aperfeiçoem os mecanismos de atendimento aos anseios da sociedade moderna, na caracterização de seus direitos e na busca da Justiça.

Segundo o Artigo 5º de seu Regimento Interno, o CEAF-ESMP incentivará a pesquisa por todos os meios a seu alcance, tais como:

- I - execução de projetos de estímulo à pesquisa, com recursos orçamentários próprios, de órgãos públicos, de agências financiadoras nacionais e estrangeiras e de empresas privadas, atendidos os requisitos legais;
- II - aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico;
- III - concessão de auxílio para execução de projetos específicos;
- IV - celebração de convênios, acordos e demais ajustes com instituições nacionais e estrangeiras, inclusive com outros órgãos do Ministério Público do Estado de São Paulo, com a Fundação Escola Paulista do Ministério Público, com a

Associação Paulista do Ministério Público, com os demais Ministérios Públicos e Associações de Ministérios Públicos brasileiros;

v - intercâmbio com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, estimulando o contato entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos integrados;

vi - promoção de palestras, workshops, webinars, congressos, simpósios, seminários e similares;

vii - divulgação das pesquisas realizadas;

viii – criação de núcleos de estudos ou de atividades específicas.

São Políticas de pesquisa:

- a) autonomia científica;
- b) inter/transdisciplinaridade;
- c) interesse institucional e
- d) aplicação prática.

O **Setor de Pesquisa** é responsável pela **Revista Jurídica** da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (ISSN: 2316-6959) que possui periodicidade semestral, o recebimento de submissões se dá em fluxo contínuo e seu formato é online. Tendo sido criada em 2004, passou por diversas modificações até chegar no formato atual que lhe conferiu a classificação no estrato A4 do Qualis Capes.

Oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

A avaliação dos trabalhos submetidos é realizada por meio do sistema denominado “double blind peer review”, no qual cada trabalho é avaliado, de forma anônima, por dois pareceristas doutores.

A Revista espera a participação de toda a comunidade acadêmica, não se restringindo a ser um veículo de comunicação apenas do Ministério Público e está aberta às mais variadas abordagens teóricas e metodológicas, priorizando textos interdisciplinares e análises críticas.

Possui as seguintes Seções Temáticas: I) Temas Interdisciplinares; II) Ministério Público; III) Ciências Criminais; IV) Tutelas Difusas e Coletivas; V) Teoria Geral do Direito, as quais englobam as linhas de pesquisa definidas pela Escola para o fomento da atividade de pesquisa científica.

Outra atividade realizada de maneira contínua pelo setor de Pesquisa desde 2017 é a orientação metodológica para alunos dos cursos de especialização para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, com o oferecimento de plantão de dúvidas presencialmente, via e-mail ou por telefone.

2.4 Políticas de Extensão

Segundo o Artigo 7º de seu Regimento Interno, o CEAF-ESMP contribuirá para o desenvolvimento cultural e social da Comunidade por intermédio de atividades de extensão, podendo articular-se com outras instituições para o cumprimento dessas atividades, que deverão constituir prolongamento das áreas de atuação já instaladas e em funcionamento na instituição, em termos de ensino e pesquisa.

Na extensão, as atividades primárias dizem respeito a eventos formativos destinados ao público externo que podem tomar variadas formas (cursos, seminários, palestras, conferências, debates, programas culturais etc.).

São Políticas de Extensão:

- a) fortalecimento da cidadania e
- b) difusão dos valores democráticos.

2.5 Políticas e práticas de Educação a Distância

A modalidade de Educação a Distância (EaD) é um avanço necessário para o alcance das finalidades previstas no Artigo 2º do Regimento Interno do CEAF – ESMP, bem como aos objetivos previstos na lei de criação do CEAF – ESMP .

Várias vantagens e benefícios são constituídos com a implementação dessa modalidade de ensino, sobretudo pela extensão territorial do Estado de São Paulo no qual encontra-se o principal público-alvo da Escola, os membros e servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo, uma vez que segundo o **Artigo 2º do** Regimento Interno do CEAF – ESMP é sua finalidade:

I - **preparar** os novos membros do Ministério Público do Estado de São Paulo para o desempenho de suas funções institucionais;

II - **aperfeiçoar e atualizar** a capacitação técnico-profissional dos integrantes do Ministério Público do Estado de São Paulo;

(...)

V- **o ensino de pós-graduação**, de suporte técnico e a extensão, abertos a todos os interessados;

VI- suscitar o desejo permanente de **aperfeiçoamento** cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração.

Assim sendo, a Escola já possui um Setor de Ensino a Distância, com Coordenação própria, desde o ano de 2007, possuindo notória experiência na oferta de Cursos a Distância com ou sem a mediação de professor. Conforme será melhor explicitado no item .7, em **2020** foram oferecidos 51 cursos com 5.661 alunos, sendo 42 Cursos com Mediação do Professor, com 1.146 alunos e 9 sem a Mediação do Professor (*ON DEMAND*) com 4.515 alunos. Em **2021** foram oferecidos 40 cursos com 17.005 alunos, sendo 25 Cursos com Mediação do Professor, com 1.493 alunos e 15 sem a Mediação do Professor (*ON DEMAND*) com 15.512 alunos. Já em **2022** foram oferecidos 35 cursos com 55.194 alunos, sendo 18 Cursos com Mediação do Professor, com 1.142 alunos e 17 sem a Mediação do Professor (*ON DEMAND*) com 54.052 alunos.

O modelo de Educação a Distância da Escola é bastante dinâmico e interativo o qual concebe o fazer educacional como um processo em que o docente propõe os recursos, mas cabe ao estudante traçar seu percurso de aprendizagem, autodeterminando o que para ele é relevante. Esse paradigma dialoga linearmente com os pressupostos do e-learning e da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs).

A partir de reflexões, exploração e avaliação das experiências, o aluno virtual assume postura ativa em seu processo de construção do conhecimento. Estimula-se a autonomia de quem aprende, uma vez que caberá a este gerenciar a rotina de estudos e estabelecer prioridades quanto aos conteúdos. Tal modelo educacional no contexto da virtualidade proporciona a valorização das experiências pessoais dos estudantes, suas necessidades de assimilação e desenvolvimento de habilidades.

Partindo desses referenciais, o modelo de Educação a Distância da ESMP é concretizado pelo uso predominante de videoaulas, ancoradas em textos de caráter complementar e fóruns de aprendizagem.

As videoaulas são breves e têm a função de introduzir a relação entre professor e estudante e compartilhar o conhecimento do tema do curso. Esse instrumento, além de tornar a “aula” mais dinâmica, com a utilização de recursos audiovisuais diversos, visa quebrar a monotonia de um ensino exclusivamente textual.

Os textos complementares são documentos coesos e objetivos de autoria do professor e têm o propósito de dar continuidade ao processo de aprendizagem iniciado com a videoaula. Nos textos, os professores discorrem sobre o tema tratado na videoaula e, ao fim, indicam bibliografias para o estudante prosseguir e aprofundar o seu aprendizado

Os fóruns de aprendizagem compõem o ponto máximo de diálogo, intermediação e construção colaborativa do conhecimento entre os participantes. É o momento em que o professor realiza o acompanhamento pedagógico e os estudantes trocam saberes, expõem ideias e tiram dúvidas.

O docente dos cursos a distância é denominado Tutor e é remunerado pelas seguintes atribuições:

- a) elaboração do projeto pedagógico do curso;
- b) produção de textos autorais;
- c) gravação de videoaulas;
- d) elaboração das atividades avaliativas;
- e) realização das atividades de tutoria.

Por sua vez, as atividades de Tutoria correspondem:

- a) A apoiar e estimular o discente:

1) no aprendizado do curso para acessar a atividade disponível no ambiente virtual de aprendizagem com regularidade;

2) participar e interagir com os demais participantes nos fóruns sobre os saberes compartilhados no curso;

3) responder as mensagens enviadas pelo Tutor ou pelos participantes;

4) participar da avaliação da atividade acadêmica.

b) Realizar acompanhamento pedagógico no ambiente virtual de aprendizagem.

c) Elaborar atividade complementar ou de recuperação aos discentes.

d) Promover a ambientação dos alunos.

e) Esclarecer dúvidas sobre o conteúdo do curso.

f) Acompanhar a entrega das atividades propostas no curso.

Especialmente quanto ao incremento em EaD, a Escola assumiu o desafio de aperfeiçoar a qualidade e a efetividade dos cursos a distância, sem abandonar seus princípios pedagógicos e buscando a otimização dos recursos educacionais, de infraestrutura e de multimídia, imprescindíveis à qualidade do processo educacional. Nesse sentido, buscará ampliar a oferta dos Cursos a Distância também para à Pós-graduação Lato Sensu e para os Cursos de Extensão.

2.6 Políticas de Educação Inclusiva, Defesa e Promoção do Estado Democrático de Direito, dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente, da Diversidade da Igualdade de Gênero e Racial

No que diz respeito à acessibilidade, o CEAf-ESMP obedece às políticas de inclusão estabelecidas pelo sistema educacional e às leis que determinam normas gerais e critérios básicos para a promoção da inclusão de pessoa com deficiência. Não se trata somente da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mas também de organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade em diversos formatos –

arquitetônico, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, nas comunicações.

Busca cada vez mais promover ações que garantam o acesso, a democratização e a equidade na participação, bem como a sua permanência. Inclusive, por meio de vários de seus cursos atua no combate às discriminações presentes e ocultas na instituição e em toda a sociedade.

No que tange à defesa do regime democrático, a atuação do CEAF–ESMP se dá por meio de atividades acadêmicas que proporcionam a reflexão sobre a missão constitucional outorgada ao Ministério Público de defensor da ordem democrática. Destaque para o **Podcast**, serviço oferecido pelo CEAF/ESMP ao público interno e externo cujo objetivo é fomentar o debate sobre o assunto.

Importante registrar que os **Eventos** desenvolvidos pelo CEAF–ESMP, englobam temas de responsabilidade e inclusão social, além da defesa e da promoção dos direitos humanos do meio ambiente e da igualdade de gênero e étnico-racial. Dentre esses cursos e atividades podem-se destacar **Palestras, Simpósios, Congressos, Webinars e Minicursos**, abertos para membros e servidores do MP, mas também para o público externo dos quais destaca-se a título de exemplo:

- “Migração da injúria racial para a Lei de Racismo e suas implicações”,
- “Direito à Proteção Integral: Orfandade de Crianças e Adolescentes no Brasil”,
- “Aspectos Práticos Relevantes para uma Atuação Eficaz no Combate à Improbidade Administrativa”,
- “Capacitação para Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e de Gênero”,
- “Tecnologias da informação e da comunicação e a tutela penal”,
- “O que é ser uma Pessoa com Deficiência no Brasil”,
- “A luta da Comunidade LGBTI+ e o papel do Ministério Público”, dentre outros.
- “A Política Antimanicomial e a Resolução n. 487 do CNJ: Um necessário debate com a Sociedade”,
- “Direitos de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital (Lançamento das Cartilhas do Instituto Alana e do MPSP)”

- “Violências contra crianças e adolescentes no ambiente doméstico”,
- “Atuação Integrada Cível e Crime no combate a corrupção, com foco na recuperação de ativos”,
- “Proteção do Idoso”,
- “Capacitação em Meio Ambiente”,
- “Emergências Climáticas e Desastres Ambientais. Como prevenir, mitigar, responder e promover a recuperação pós-desastre?”.

Também os **Cursos em EAD, Especializações e Extensão** cumprem importante papel na atualização e capacitação de membros e servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo e do público externo interessado para a atuação nessas áreas. Pode-se destacar os seguintes:

- Introdução às violências contra crianças e adolescentes
- Capacitação em meio ambiente
- Direito urbanístico e habitação
- Proteção integral de crianças e adolescentes: o direito à convivência familiar e comunitária dentro e fora dos serviços de acolhimento
- Capacitação para Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e de Gênero
- Investigação na proteção do patrimônio público
- Direito Eleitoral
- Direitos Humanos
- Direito Sanitário e a atuação do ministério Público
- Raça e Racismo

Para se ter uma ideia do alcance e da visibilidade que esses temas recebem a partir das atividades do CEAF-ESMP os números abaixo são bastante expressivos. Entre 2020 e 2023 os seguintes setores ofereceram atividades que foram frequentadas pelo respectivo número de alunos:

- Setor de Pós-Graduação: 10.989 alunos
- Setor de Ensino a Distância: 81.831 alunos
- Setor de Eventos: 121.711 participantes
- Podcast: mais de 61 mil plays.

A partir das atividades são produzidos conteúdo especial para as redes sociais, Facebook, Instagram, Twitter e YouTube a fim de aumentar o alcance, mas, principalmente, ampliar o conhecimento, até mesmo daqueles que não puderam assisti-los. As redes sociais do CEAF–ESMP ganham seguidores a cada dia que passa e desde quando foram criadas em janeiro de 2020 o crescimento desses números se deu de forma expressiva, como se observa:

YouTube:

Jan/2020 – 314 inscritos

Out/2022 – 10.286 inscritos

Jun/2023– 11.286 inscritos

Instagram:

Jan/2020 – 9.571 seguidores

Out/2022 – 16.236 seguidores

Jun/2023 – 17.390 seguidores

Twitter:

Jan/2020 – 2.108 seguidores

Out/2022 – 2.885 seguidores

Jun/2023 – 2.942 seguidores

Facebook:

Jan/2020 – 10.248 seguidores

Out/2022 – 11.443 seguidores

Jun/2023 – 11.349 seguidores

Demonstra-se, portanto, neste PDI que o CEAF– ESMP busca contribuir para a promoção da cidadania, da diversidade e dos direitos humanos, a consolidação da democracia e a redução das desigualdades. Para isso, sua atuação tem como referenciais a inclusão, o desenvolvimento social, bem como o desenvolvimento econômico local, regional e nacional, conforme sua destinação constitucional.

2.7 Processo de avaliação

A avaliação do aproveitamento escolar é feita num processo cumulativo e contínuo, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A verificação do rendimento escolar compreende a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade. A avaliação do aproveitamento incide sobre o desempenho do aluno nas diversas experiências de aprendizagem, levando-se em conta os objetivos gerais e específicos previstos para o Curso.

As avaliações são expressas em notas graduadas na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), considerando-se os 0,5 (cinco décimos).

Os instrumentos de avaliação são utilizados como recursos para que se realize o acompanhamento, a avaliação e o controle do desenvolvimento das programações curriculares.

Na sua elaboração, ter-se-á em vista a adequação à natureza e ao tratamento metodológico dado à matéria, aos objetivos propostos, e, em especial, ao nível de maturidade, de conhecimento e de experiência do aluno. Consistirão em provas de conhecimento, elaboração de pareceres jurídicos, elaboração de relatórios e observação da participação do aluno em seminários e outros trabalhos a serem desenvolvidos em grupo.

O aluno será considerado aprovado em cada módulo se obtiver média de avaliação final igual ou superior a 7,0 (sete) e 75% (setenta e cinco), pelo menos, de frequência (art. 57, “caput”, do Regimento Interno do CEAF-ESMP, e art. 6º da Deliberação nº 108/2011 do 7 CEE). A média de cada bimestre será calculada pela realização dos trabalhos práticos (30%) e por uma avaliação teórica (70%), além da assiduidade mínima indicada.

Para a obtenção do certificado do curso de extensão em qualquer um dos módulos, o aluno deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I - Média final igual ou superior a 7,0 (sete) no respectivo módulo;
- II - Frequência de 75%, no mínimo, da carga horária prevista em cada módulo.

Para a obtenção do título de especialista, o aluno deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - Média final igual ou superior a 7,0 (sete) em cada módulo;

II - Frequência de 75%, no mínimo, da carga horária prevista em cada módulo;

III - Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso que receba, no mínimo, a nota 7,0 (sete).

2.8. Oferta de Cursos e Programas (Presenciais e a Distância)

O **Corpo de Apoio Técnico Acadêmico** é o órgão encarregado de coordenar e executar os serviços de apoio administrativo necessários ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas do CEAF–ESMP e será subdividido entre tantas áreas quantas forem necessárias ao bom desempenho de suas atividades, sendo que essas serão coordenadas por pessoas indicadas pelo Diretor, portadoras de diploma de curso superior.

O Setor Acadêmico do CEAF–ESMP atualmente encontra-se subdividido em área responsável pelos cursos de **Pós-Graduação**, presenciais ou a distância, dentre outras; área responsável pelos cursos de **Ensino a Distância – EAD**, dentre outras; área responsável pela **Pesquisa**; cujas atribuições encontram-se previstas nos artigos 23 a 25 do Regimento do CEAF-ESMP, conforme discriminado no item 1.6.3 deste PDI.

A **Área de Pós-Graduação** do CEAF-ESMP, é responsável pela oferta de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu/Especializações, Cursos de Extensão e Cursos de Capacitação, todos na modalidade presencial, embora no período da Pandemia tenham sido ministrados a distância.

Em **2020** foram oferecidos 8 cursos com 947 alunos matriculados, sendo 4 Cursos de Especialização, 3 de Extensão e 1 de Capacitação, com os seguintes matriculados, concluintes, bolsistas e carga horária, respectivamente:

- 1º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL com 42 matriculados e 34 concluintes dos quais 15 foram bolsistas. Carga Horária de 450 h/a. Oferecido na Escola às Terças e Quintas-feiras das 18h30 às 22h30
- 15º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL com 30 matriculados e 05 concluintes dos quais 25 foram bolsistas. Carga Horária de 450 h/a. Oferecido na Escola às Terças e Quintas-feiras das 18h30 às 22h30.
- 16º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL com 44 matriculados e 30 concluintes dos quais 13 foram bolsistas. Carga Horária de 450 h/a. Oferecido na Escola às Terças e Quintas-feiras das 18h30 às 22h30.
- 13º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS com 39 matriculados e 31 concluintes dos quais 20 foram bolsistas. Carga Horária de 450 h/a. Oferecido na Escola às Terças e Quintas-feiras das 18h30 às 22h30.
- 1º CURSO DE EXTENSÃO “CRIME ORGANIZADO NA ATUALIDADE: ASPECTOS PENAIIS E PROCESSUAIS, com 93 matriculados e 82 concluintes. Carga Horária de 80 h/a. Oferecido na Escola às Terças e Quintas-feiras das 18h30 às 22h30.
- 1º CURSO DE EXTENSÃO “CRIME ORGANIZADO NA ATUALIDADE: ASPECTOS PENAIIS E PROCESSUAIS (ON LINE DEVIDO A PANDEMIA), com 617 matriculados e 616 concluintes dos quais 510 foram bolsistas. Carga Horária de 48 h/a. Oferecido na Escola às Terças e Quintas-feiras das 18h30 às 22h30.
- 1º CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL – RECURSOS CPC 2015, com 121 matriculados e 121 concluintes dos quais 103 foram bolsistas. Carga Horária de 32 h/a. Oferecido na Escola às Terças e Quintas-feiras das 18h30 às 22h30.
- 8º CURSO DE CAPACITAÇÃO CONCILIADORES E MEDIADORES, com 42 matriculados e 27 concluintes dos quais 18 foram bolsistas. Oferecido na Escola às Segundas e Quartas-feiras das 18h30 às 22h30.

Em **2021** foram oferecidos 11 cursos com 1238 matriculados, sendo 3 Cursos de Especialização, 7 de Extensão e 1 de Capacitação, com os seguintes matriculados, concluintes, bolsistas e carga horária, respectivamente:

- 2º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL, com 42 matriculados e 33 concluintes dos quais 27 foram bolsistas. Carga Horária de 450 h/a. Oferecido na Escola às Terças e Quintas-feiras das 18h30 às 22h30.

- 17º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL, com 39 matriculados e 32 concluintes dos quais 25 foram bolsistas. Carga Horária de 450 h/a. Oferecido na Escola às Segundas e Quintas-feiras das 18h30 às 22h30.
- 14º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS, com 60 matriculados e 49 concluintes dos quais 43 foram bolsistas. Carga Horária de 450 h/a. Oferecido na Escola às Segundas e Quintas-feiras das 18h30 às 22h30.
- 2º CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL: A NOVA LEI DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES, com 292 matriculados e 289 concluintes dos quais 280 foram bolsistas.
- CURSO DE EXTENSÃO: O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO GARANTIA FUNDAMENTAL E O PROCESSO ESTRUTURA, com 288 matriculados dos quais 281 foram bolsistas.
- CURSO DE EXTENSÃO: TUTELA PENAL DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS, com 35 matriculados dos quais 25 foram bolsistas. Carga Horária de 80 h/a.
- CURSO DE EXTENSÃO: TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO PARA MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, com 86 matriculados dos quais 47 foram bolsistas. Carga Horária de 64 h/a.
- 3º CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL EXECUÇÃO E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS, com 28 matriculados dos quais 15 foram bolsistas. Carga Horária de 80 h/a.
- 2º CURSO DE EXTENSÃO CRIME ORGANIZADO NA ATUALIDADE ASPECTOS PENAIIS E PROCESSUAIS, com 32 matriculados dos quais 17 foram bolsistas. Carga Horária de 80 h/a.
- 2º CURSO DE EXTENSÃO O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO GARANTIA FUNDAMENTAL E O PROCESSO ESTRUTURAL com 340 matriculados dos quais 312 foram bolsistas. Carga Horária de 44 h/a.
- 8º CURSO DE CAPACITAÇÃO CONCILIADORES E MEDIADORES, com 42 matriculados e 27 concluintes dos quais 18 foram bolsistas.

Em **2022** foram oferecidos 15 cursos com 4.446 matriculados, sendo 3 Cursos de Especialização e 12 de Extensão, com os seguintes matriculados, concluintes, bolsistas e carga horária, respectivamente:

- 2º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL, com 42 matriculados e 32 concluintes dos quais 29 foram bolsistas. Carga Horária de 450 h/a. Oferecido na Escola às Terças e Quintas-feiras das 18h30 às 22h30.
- 17º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL, com 39 matriculados e 33 concluintes dos quais 25 foram bolsistas. Carga Horária de 450 h/a. Oferecido na Escola às Segundas e Quartas feiras das 18h30 às 22h30.
- 14º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS, com 60 matriculados e 49 concluintes dos quais 42 foram bolsistas. Carga Horária de 450 h/a. Oferecido na Escola às Terças e Quintas-feiras das 18h30 às 22h30.
- CURSO DE EXTENSÃO EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, com 207 matriculados dos quais 198 foram bolsistas. Carga Horária de 40 h/a.
- 3º CURSO DE EXTENSÃO CRIME ORGANIZADO NA ATUALIDADE: ASPECTOS PENAIS E PROCESSUAIS com 746 matriculados dos quais 697 foram bolsistas. Carga Horária de 80 h/a.
- CURSO DE EXTENSÃO INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA, com 30 matriculados dos quais 16 foram bolsistas. Carga Horária de 60 h/a.
- 2º CURSO DE EXTENSÃO A NOVA LEI DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES, com 617 matriculados dos quais 607 foram bolsistas. Carga Horária de 40 h/a.
- CURSO DE EXTENSÃO PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL, com 31 matriculados dos quais 16 foram bolsistas. Carga Horária de 80 h/a.
- CURSO DE EXTENSÃO RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS COLETIVOS, com 46 matriculados dos quais 46 foram bolsistas. Carga Horária de 48 h/a.
- 2º CURSO DE EXTENSÃO TUTELA PENAL DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS, com 696 matriculados dos quais 673 foram bolsistas. Carga Horária de 80 h/a.
- CURSO DE EXTENSÃO E CAPACITAÇÃO – A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, com 435 matriculados dos quais 418 foram bolsistas. Carga Horária de 40 h/a.
- CURSO DE EXTENSÃO E APRIMORAMENTO EM MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS, com 149 matriculados dos quais 123 foram bolsistas. Carga Horária de 30 h/a.
- 2º CURSO DE EXTENSÃO EXECUÇÃO E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS, com 451 matriculados dos quais 406 foram bolsistas. Carga Horária de 80 h/a.
- 2º CURSO DE EXTENSÃO PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL, com 484 matriculados dos quais 420 foram bolsistas. Carga Horária de 80 h/a.

- 2º CURSO DE EXTENSÃO INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA, com 440 matriculados dos quais 421 foram bolsistas. Carga Horária de 60 h/a.

A **Área de Ensino a Distância - EAD** do CEAFF-ESMP, é responsável pela oferta de Cursos em EAD com Mediação de Professor e Cursos em EAD sem Mediação de Professor, também chamado *ON DEMAND*, estes assistidos por videoaulas tendo fluxo contínuo de ingressos de alunos. Todos com temas e carga horária diversos.

Em **2020** foram oferecidos 51 cursos com 5.661 alunos, sendo 42 Cursos com Mediação do Professor, com 1.146 alunos e 9 sem a Mediação do Professor (*ON DEMAND*) com 4.515 alunos.

São esses os cursos com os seguintes matriculados, concluintes e carga horária respectivamente:

1. Prática de redação de peças processuais da área criminal – 5ª edição

Professores: Ednilson Andrade Arraes de Melo; Romeu Galiano Zanelli Junior; Anderson Ferreira
Período de realização: 02/03 a 27/04
Carga-horária: 40 horas
Inscritos: 60 (55 servidores e 5 estagiários)
Concluintes: 34 (31 servidores, 3 estagiários)

2. Revisão gramatical- 25ª edição

Professor: Karlene Rocha Campos
Período de realização: 02/03 a 04/05
Carga-horária: 40h
Inscritos: 60 (59 servidores e 1 estagiário)
Concluintes: 34 (33 servidores e 1 estagiários)

3. Curso de Aperfeiçoamento em Excel - 14ª edição

Professor: Rafael de Jesus Augusto
Período de realização: 02/03 a 06/04
Carga-horária: 20h
Inscritos: 60 (servidores)
Concluintes: 31 (servidores)

4. Gestão da Qualidade - 15ª edição

Professor: Marcelo Cabeda
Período de realização: 02/03 a 27/04
Carga-horária: 32h
Inscritos: 60 (servidores)
Concluintes: 35 (servidores)

5. Atualização em Direito Penal e processo Penal – 7ª edição

Professor: Rafael de Oliveira Costa
Período de realização: 02/03 a 27/04
Carga-horária: 32h
Inscritos: 60 (servidores)
Concluintes: 40 (servidores)

6. Organização de Serviços na Área da Dependência Química – 4ª edição

Professores tutores: Maria de Fátima Abreu Rato Padin e Douglas José de Resende Lima. Palestrantes convidados: Ronaldo Laranjeira, Sérgio Marsiglia Duailibi e Mário Sérgio Sobrinho
Período de realização: 16/03 A 11/05
Carga-horária: 32h
60 (7 membros, 37 servidores, 13, estagiários, 3 público-externo)
Concluintes: 29 (1 membro, 24 servidores, 4 estagiários)

7. Comunicação oral: como convencer e persuadir a audiência – 5ª edição

Professor: Sandra Helena Terciotti
Período de realização: 16/03 a 20/04
Carga-horária: 20h
Inscritos: 60 (12 membros, 46 servidores, 2 estagiários)
Concluintes: 50 (4 membros, 45 servidores, 1 estagiário)

8. Direito Penal Tributário - 2ª edição

Professor: Estêvão Luís Lemos Jorge
Período de realização: 16/03 a 08/06
Carga-horária: 40h
Inscritos: 60 (5 membros, 45 servidores, 10 estagiários)
Concluintes: 28 (1 membro, 23 servidores, 4 estagiários)

9. Crimes contra a vida: doutrina e jurisprudência – 2ª edição

Professor: Eduardo Luiz Michelin Campana
Período de realização: 23/03 a 18/05
Carga-horária: 32 h
Inscritos: 60 (53 servidores, 7 estagiários)
Concluintes: 39 (37 servidores, 2 estagiários)

10. Justiça Terapêutica – 12ª edição

Professor: Mário Sérgio Sobrinho
Período de realização: 23/03 a 18/05
Carga-horária: 40h
Inscritos: 45 (28 servidores e 18 estagiários)
Concluintes: 15 (13 servidores e 2 estagiários)

11. A prevenção ao uso de álcool e outras drogas e o Ministério Público – 7ª edição

Professor: Luís Roberto Jordão Wakim
Período de realização: 23/03 a 18/05
Carga-horária: 40h
Inscritos: 53 (3 membros, 23 servidores, 26 estagiários)

Concluintes: 15 (servidores)

12. Curso de aperfeiçoamento em Word – 15ª edição

Professor: Rafael de Jesus Augusto
Período de realização: 06/04 a 11/05
Carga-horária: 20 h
Inscritos: 60 (servidores)
Concluintes: 37 (servidores)

13. Prática de Redação – 1ª edição

Professor: Anderson Ferreira
Período de realização: 04/05 a 13/07
Carga-horária: 30 horas
Inscritos: 61 (34 servidores e 27 estagiários)
Concluintes: 40 (23 servidores, 17 estagiários)

14. Fraude em Licitações e atuação na PJ do Patrimônio Público – 4ª edição

Professor: Ernani de Menezes Vilhena Junior
Período de realização: 04/02 a 25/03/2019
Carga-horária: 30 horas
Inscritos: 60 (14 membros e 46 servidores)
Concluintes: 42 (7 membros e 35 servidores)

15. Curso prático de execução penal a distância – 14ª edição

Professor: Pedro de Jesus Juliotti
Período de realização: 30/03 a 08/06
Carga-horária: 50 horas
Inscritos: 60 (51 servidores e 9 estagiários)
Concluintes: 38 (servidores)

16. Novos meios de investigação no processo penal: busca de prova no entorno digital – 4ª edição

Professor: Gregório Edoardo Raphael Selingardi Guardia
Período de realização: 06/04 a 01/06
Carga-horária: 32 horas
Inscritos: 60 (servidores)
Concluintes: 30 (servidores)

17. Crimes contra o patrimônio – 14ª edição

Professor: Éverton Luiz Zanella
Período de realização: 06/04 a 01/06
Carga-horária: 32 horas
Inscritos: 60 (44 servidores e 16 estagiários)
Concluintes: 39 (35 servidores, 4 estagiários)

18. Direito processual penal coletivo – 1ª edição

Professor: Rafael de Oliveira Costa
Período de realização: 04/05 a 29/06
Carga-horária: 32 horas
Inscritos: 60 (19 membros, 33 servidores, 8 estagiários,)
Concluintes: 26 (1 membro e 25 servidores)

19. Ferramentas de investigação na atividade do ministério público – 1ª edição

Professor: Richard Gantus Encinas
Período de realização: 01/06 a 27/07
Carga-horária: 32 horas
Inscritos 60 (51 membros, 8 servidores)
Concluintes: 60 (40 membros, 6 servidores)

20. Ferramentas de investigação na atividade do ministério público – 2ª edição

Professor: Richard Gantus Encinas
Período de realização: 01/06 a 27/07
Carga-horária: 32 horas
Inscritos: 59 (22 membros, 39 servidores)
Concluintes: 59 (16 membros e 30 servidores)

2º semestre-2020

21. Revisão gramatical- 26ª edição

Professor: Karlene Rocha Campos
Período de realização: 24/8 a 2/11
Carga-horária: 40h
Inscritos: 60 (8 membros, 28 servidores, 24 estagiários)
Concluintes: 25 (17 servidores, 8 estagiários)

22. Curso de Aperfeiçoamento em Excel - 15ª edição

Professor: Rafael de Jesus Augusto
Período de realização: 28/8 a 28/9
Carga-horária: 20h
Inscritos: 60 servidores
Concluintes: 34 (servidores)

23. Gestão da Qualidade - 16ª edição

Professor: Marcelo Cabeda
Período de realização: 28/8 a 19/10
Carga-horária: 32h
Inscritos: 60 servidores
Concluintes: 17 (servidores)

24. Atualização em Direito Privado, ECA, Consumidor 4ª edição

Professor: Rafael de Oliveira Costa
Período de realização: 28/8 a 19/10
Carga-horária: 32h
Inscritos: 60 (9 membros, 51 servidores)
Concluintes: 30 (6 membros, 24 servidores)

25. Organização de Serviços na Área da Dependência Química – 5ª edição

Professores tutores: Maria de Fátima Abreu Rato Padin e Douglas José de Resende
Lima Palestrantes convidados: Ronaldo Laranjeira, Sérgio Marsiglia Duailibi e Mário Sérgio Sobrinho
Período de realização: 08/9 a 3/11
Carga-horária: 32h

Inscritos: 53 (7 membros, 16 servidores, 30 estagiários)
Concluintes: 18 (2 membros, 12 servidores, 4 estagiários)

26. Crimes contra a vida: doutrina e jurisprudência – 3ª edição

Professor: Eduardo Luiz Michelan Campana

Período de realização: 8/9 a 3/11

Carga-horária: 32 h

Inscritos: 60 (7 membros, 32 servidores, 21 estagiários)

Concluintes: 28 (1 membro, 21 servidores e 6 estagiários)

27. Direito Penal Tributário - 2ª edição

Professor: Estêvão Luís Lemos Jorge

Período de realização: 8/9 a 30/11

Carga-horária: 40h

Inscritos: 60 (10 membros, 12 servidores, 38 estagiários)

Concluintes: 21 (5 membros, 9 servidores, 6 estagiários)

28. Curso prático de execução penal a distância – 16ª edição

Professor: Pedro de Jesus Juliotti

Período de realização: 8/9 a 16/11

Carga-horária: 50 horas

Inscritos: 60 (31 membros, 20 servidores, 9 estagiários)

Concluintes: 31 (11 membros, 16 servidores, 4 estagiários)

29. Prática de redação de peças processuais da área criminal – 6ª edição

Professores: Ednilson Andrade Arraes de Melo; Romeu Galiano Zanelli Junior;
Anderson Ferreira

Período de realização: 8/9 a 03/11

Carga-horária: 40 horas

Inscritos: 62 (10 membros, 14 servidores e 36 estagiários, 2 público externo)

Concluintes: 24 (2 membros, 11 estagiários, 9 servidores, 2 público-externo)

30. Ferramentas de investigação na atividade do ministério público – 3ª edição

Professor: Richard Gantus Encinas

Período de realização: 8/9 a 03/11

Carga-horária: 32 horas

Inscritos: 80 (65 membros, 15 servidores)

Concluintes: 40 (26 membros, 14 servidores)

31. Justiça Terapêutica – 13ª edição

Professor: Mário Sérgio Sobrinho

Período de realização: 14/9 a 9/11

Carga-horária: 40h

Inscritos: 45 (4 membros, 9 servidores, 32 estagiários)

Concluintes: 12 (1 membro, 1 servidores e 10 estagiários)

32. A prevenção ao uso de álcool e outras drogas e o Ministério Público – 8ª edição

Professor: Luís Roberto Jordão Wakim

Período de realização: 14/9 a 9/11

Carga-horária: 40h

Inscritos: 55 (9 membros, 13 servidores, 30 estagiários, 3 público-externo)
Concluintes: 9 (1 membro, 5 servidores e 3 estagiários)

33. Atualização em Direito Público e Coletivo – 6ª edição

Professor: Rafael de Oliveira Costa
Período de realização: 21/09 a 16/11
Carga-horária: 32 h
Inscritos: 61 (12 membros, 49 servidores)
Concluintes: 27 (2 membros, 25 servidores)

34. Novos meios de investigação no processo penal: busca de prova no entorno digital – 5ª edição

Professor: Gregório Edoardo Raphael Selingardi Guardia
Período de realização: 21/9 a 16/11
Carga-horária: 32 horas
Inscritos: 65 (19 membros, 41 servidores, 5 público-externo)
Concluintes: 22 (4 membros, 16 servidores, 2 público-externo)

35. Crimes contra o patrimônio – 15ª edição

Professor: Everton Luiz Zanella
Período de realização: 21/9 a 16/11
Carga-horária: 32 horas
Inscritos: 60 (38 servidores e 22 estagiários)
Concluintes: 30 (23 servidores e 7 estagiários)

36. Transcrição fonográfica e textualização para uso forense

Professores: Ana Paula Sanches e Ruan Michel Martins Domingos
Período de realização: 2 a 30/10
Carga-horária: 10 horas
Inscritos: 34 (1 membro, 17 servidores, 3 estagiários, 13 público-externo)
Concluintes: 29 (1 membros, 22 servidores, 7 público-externo)

37. Fraude em Licitações e atuação na PJ do Patrimônio Público – 5ª edição

Professor: Ernani de Menezes Vilhena Junior
Período de realização: 28/9 a 9/11
Carga-horária: 30 horas
Inscritos: 60 (40 membros, 20 servidores)
Concluintes: 26 (17 membros, 9 servidores)

38. Curso de aperfeiçoamento em Word – 16ª edição

Professor: Rafael de Jesus Augusto
Período de realização: 28/9 a 2/11
Carga-horária: 20 h
Inscritos: 60 servidores
Concluintes: 38 (servidores)

39. Prática de Redação no contexto do Ministério Público – 2ª edição

Professor: Anderson Ferreira
Período de realização: 5/10 a 14/12
Carga-horária: 30 horas
Inscritos: 62 (2 membros, 34 servidores, 2 público-externo)

Concluintes: 30 (18 servidores, 11 estagiários, 1 público externo)

40. Direito processual penal coletivo – 2ª edição

Professor: Rafael de Oliveira Costa

Período de realização: 5/10 a 30/11

Carga-horária: 32 horas

Inscritos: 64 (11 membros, 37 servidores, 13 estagiários, 3 público-externo)

Concluintes: 24 (3 membros, 17 servidores, 2 estagiários, 2 público-externo)

41. Curso: Inglês Jurídico

Professoras: Paula Peres, Marina Bevilacqua de La Touloubre, Maria Inês Sampaio de Castro Gonçalves, Marcia Sadi Haron Cardoso, Thaís Darahem Marquardt.

Período de realização: 13/10 a 7/12

Inscritos: 55 (39 membros, 16 servidores)

Concluintes: 18 (12 membros, 6 servidores)

42. Direito Ambiental

Professor: Ricardo Manuel Castro

Período de realização: 13/10 a 18/12

Carga-horária: 50 horas

Inscritos: 61 (11 membros, 43 servidores, 6 estagiários)

Concluintes: 20 (20 servidores)

CURSOS COM VIDEOAULAS SEM MEDIAÇÃO (FLUXO CONTÍNUO DE INGRESSO)

43. Propaganda Eleitoral

Início: 02/10/2020

Carga-horária: 15 horas.

Público-alvo: membros, servidores e estagiários.

Concluintes: 94

44. Direito Eleitoral – 2020

Início: 28/06/2020

Carga-horária: 20h

Público-alvo: membros, servidores e estagiários

Concluintes: 168

45. VADEMECUM

Aberto em 06/2019

Carga-horária: 12 horas

Concluintes: 300

46. Curso prático de patrimônio público

Aberto em 22/10/2019

Público-alvo: membros e servidores

Concluintes: 597

47. Curso prático do Tribunal do Júri

Aberto: 22/11/2019

Público-alvo: membros

Concluintes: 58

48. Curso prático de gestão de promotoria

Carga-horária: 3h

Público-alvo: servidores

Concluintes: 835

49. Palestra: Direito Sanitário e a atuação do ministério Público

Carga-horária: 2h

Público-alvo: membros e servidores

Concluintes: 352

50. Palestra online: Tema RAÇA

Aberta em 11/2018

Carga-horária: 1 hora

Público-alvo: membros, servidores e estagiários do MPSP

Concluintes: 322

51. Palestra online: Direitos Humanos

Aberta em 06/2019

Carga-horária: 2 horas

Público-alvo: membros, servidores, estagiários do MP e público em geral.

Concluintes: 921

Em **2021** foram oferecidos 40 cursos com 17.005 alunos, sendo 25 Cursos com Mediação do Professor, com 1.493 alunos e 15 sem a Mediação do Professor (*ON DEMAND*) com 15.512 alunos.

São esses os cursos com os seguintes matriculados, concluintes e carga horária respectivamente:

1. Criminalidade Organizada

Professor: Arthur Pinto de Lemos Júnior

Período de realização: 5/4 a 14/6/21

Carga-horária: 50h

Público-alvo: Promotores substitutos do 93º concurso

Inscritos: 82

Concluintes: 81 (membros)

2. Direito Digital na Prática

Professores: Richard Gantus Encinas e Nathan Glina

Período de realização: 22/3 a 31/5/21

Carga-horária: 40h

Público-alvo: Membros e servidores

Inscritos: 100

Concluintes: 47 (11 membros, 14 analistas, 22 oficiais)

3. Atualização em Direito Penal e processo Penal – 8ª edição

Professor: Rafael de Oliveira Costa

Período de realização: 22/3 a 17/5/21
Carga-horária: 32h
Público-alvo: Membros e servidores
Inscritos: 80
Concluintes: 45 (4 membros, 38 analistas, 3 oficiais)

4. Direito Penal Tributário - 4ª edição

Professor: Estêvão Luís Lemos Jorge
Período de realização: 29/3 a 21/6/21
Carga-horária: 40h
Público-alvo: membros, servidores, estagiários e público externo
Inscritos: 80
Concluintes: 41 (1 membro, 32 analistas, 1 estagiário, 7 público externo)

5. Curso de Aperfeiçoamento em Excel - 16ª edição

Professor: Rafael de Jesus Augusto
Período de realização: 29/3 a 3/5/21
Carga-horária: 20h
Público-alvo: servidores
Inscritos: 80
Concluintes: 52 (6 analistas, 35 oficiais, 11 auxiliares)

6. Curso: Inglês Jurídico 2ª edição

Professoras: Paula Peres, Marina Bevilacqua de La Touloubre, Maria Inês Sampaio de Castro Gonçalves, Marcia Sadi Haron Cardoso, Thaís Darahem Marquardt.
Período de realização: 5/4 a 31/5/21
Público-alvo: membros e servidores
Inscritos: 80
Concluintes: 30 (12 membros, 7 analistas, 10 oficiais, 1 auxiliar)

7. Prática de redação de peças processuais da área criminal – 7ª edição

Professores: Ednilson Andrade Arraes de Melo; Romeu Galiano Zanelli Junior; Anderson Ferreira
Período de realização: 5/4 a 31/5/21
Carga-horária: 32 horas
Inscritos: 80
Concluintes: 40 (23 analistas, 3 oficiais, 1 auxiliar, 5 estagiários, 8 público-externo)

8. Transcrição fonográfica e textualização para uso forense – 2ª edição

Professores: Ana Paula Sanches e Ruan Michel Martins Domingos
Período de realização: 8/4 a 6/5/21
Carga-horária: 10 horas
Público-alvo: servidores, estagiários e público-externo
Inscritos: 44
Concluintes: 37 (1 membro, 2 analistas, 10 oficiais, 1 auxiliar, 3 estagiários, 20 público-externo)

9. Curso prático de execução penal a distância – 17ª edição

Professor: Pedro de Jesus Juliotti
Período de realização: 3/5 a 19/7/21
Carga-horária: 50 horas

Público-alvo: membros, servidores, estagiários e público-externo
Inscritos: 80
Concluintes: 37 (1 membro, 20 analistas, 8 oficiais, 2 estagiários, 6 público externo)

10. Crimes contra o patrimônio – 16ª edição

Professor: Éverton Luiz Zanella
Período de realização: 3/5 a 28/6/21
Carga-horária: 32 horas
Público-alvo: servidores e estagiários
Inscritos: 80
Concluintes: 41 (1 membro, 40 servidores)

11. Atualização em Direito Público e Coletivo – 6ª edição

Professor: Rafael de Oliveira Costa
Período de realização: 3/5 a 28/6/21
Carga-horária: 32 h
Público-alvo: membros, servidores e estagiários
Inscritos: 80
Concluintes: 34 (1 membro, 30 analistas, 3 oficiais)

12. Ferramentas de investigação na prática do Ministério Público

Professor: Richard Gantus Encinas
Carga-horária: 32 horas
Período de realização: 09/08 a 04/10/21
Público-alvo: Promotores Substitutos do 93º concurso
Inscritos: 79 (membros)

13. Revisão gramatical – 27ª edição

Professora: Karlene Campos
Carga-horária: 40 horas
Público-alvo: membros, servidores e estagiários
Período de matrícula: 23 a 27/08/21
Inscritos: 60

14. Atualização em Direito Privado, ECA e Consumidor – 5ª edição

Professor: Rafael de Oliveira Costa
Carga-horária: 32 horas
Público-alvo: membros e servidores
Período de matrícula: 23 a 27/08/21
Inscritos: 60
Concluintes: 27 (24 analistas e 3 oficiais)

15. Crimes contra a vida: doutrina e jurisprudência – 5ª edição

Professor: Eduardo Luiz Michelan Campana
Carga-horária: 32 horas
Público-alvo: servidores e estagiários
Período de matrícula: 23 a 27/08/21
Inscritos: 60
Concluintes: 39 (1 membro, 29 analistas, 8 oficiais 1 auxiliar)

16. Curso: Inglês Jurídico

Professoras: Paula Peres, Marina Bevilacqua de La Touloubre, Maria Inês Sampaio de Castro Gonçalves, Marcia Sadi Haron Cardoso, Thaís Darahem Marquardt.

Carga-horária: 40 horas

Público-alvo: membros e servidores

Período de matrícula: 23 a 27/08/21

Inscritos: 60

Concluintes: 38 (1 membro, 20 analistas, 11 oficiais, 6 auxiliares)

17. Aperfeiçoamento em Word – 17ª edição

Professor: Rafael de Jesus Augusto

Carga-horária: 20 horas

Público-alvo: servidores

Período de realização: 20/09 a 25/10/21

Inscritos: 60

Concluintes: 38 (14 analistas, 18 oficiais, 6 auxiliares)

18. Justiça Terapêutica – 14ª edição

Professor: Mário Sérgio Sobrinho

Carga-horária: 32 horas

Público-alvo: membros, servidores e estagiários

Período de realização: 20/09 a 15/11/21

Inscritos: 60

19. Prática de redação no contexto do Ministério Público

Professor: Anderson Ferreira

Carga-horária: 40 horas

Público-alvo: servidores e estagiários

Período de realização: 04/10 a 13/12/21

Inscritos: 60

20. Novos meios de investigação no processo penal – 6ª edição

Professor: Gregorio Eduardo Taphael Selingardi Guardia

Carga-horária: 32 horas

Público-alvo: membros, servidores e estagiários

Período de realização: 20/09 a 15/11/21

Inscritos: 60

21. Direito processual penal coletivo – 3ª edição

Professor: Rafael de Oliveira Costa

Carga-horária: 32 horas

Público-alvo: membros, servidores e estagiários

Período de realização: 04/10 a 29/11/21

Inscritos: 60

22. Direitos Políticos – 5ª edição

Professor: André Luiz Nogueira da Cunha

Carga-horária: 32 horas

Público-alvo: membros, servidores e estagiários

Período de realização: 04/10 a 29/11/21

Inscritos: 60

23. Atuação prática na Promotoria de Justiça do Patrimônio Público

Professor: Ernani de Menezes Vilhena Júnior

Carga-horária: 20 horas

Público-alvo: membros e servidores

Período de realização: 18/10 a 22/11/21

Inscritos: 60

24. Prática de redação no contexto do Ministério Público

Professor: Anderson Ferreira

Carga-horária: 40h

Público-alvo: servidores

Inscritos: 80

Concluintes: 45 servidores

25. Capacidade Civil sob o enfoque da Lei de Inclusão da Pessoa com deficiência

Professores:

Luciana Bolognini.

Rosangela Elias

Pedro Henrique Marinho Carneiro

Lauro Gomes Ribeiro.

Stella Reicher.

Período de realização: 12/19 e 26/08/21

Público-alvo: membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo. Interessados em geral.

Carga-horária: 9 horas

Inscritos: 250 integrantes do MP e 250 interessados em geral

Concluintes: 407

CURSOS COM VIDEOAULAS, SEM MEDIAÇÃO (FLUXO CONTÍNUO DE INGRESSO)

26. Introdução às violências contra crianças e adolescentes

Carga horária: 12 horas

Lançado em 22/06/2021

Total de inscritos: 7504

Concluintes: 1200

27. Módulo II Capacitação: Desenvolvimento Gerencial

Lançado em 06/2021

Carga-horária: 12 horas

Total de inscritos: 1731

Concluintes: 707

28. Investigação na proteção do patrimônio público

Lançado em: 04/2021

Carga-horária: 10h

Total de inscritos: 1148

Concluintes: 507

29. Filosofia e Direito

Lançado em 15/02/2021

Carga-horária: 15h

Total de inscritos: 1125

Concluintes: 691

30. Curso de capacitação de servidores: Módulo I

Lançado em 12/2020

Carga-horária: 30h

Total de inscritos: 3325

Concluintes: 1643

31. Ferramentas *online*

Lançado em 01/2021

Carga-horária: 3h

Total de inscritos: 1448

Concluintes: 525

32. Propaganda Eleitoral

Lançado em 10/2020

Carga-horária: 15 horas.

Total de inscritos: 1003

Concluintes: 640

33. Direito Eleitoral – 2020

Lançado em 06/2020

Carga-horária: 20h

Total de inscritos: 1982

Concluintes: 808

34. VADEMECUM

Lançado em 03/2020

Carga-horária: 12 horas

Total de inscritos: 2026

Concluintes: 899

35. Curso prático de patrimônio público

Carga-horária: 12 horas

Lançado em 10/2019

Total de inscritos: 1847

Concluintes: 1100

36. Curso prático do Tribunal do Júri

Lançado em 11/2019

Carga-horária: 10h

Público-alvo: membros

Total de inscritos: 186

Concluintes: 65

37. Curso prático de gestão de promotoria

Lançado em 12/2019

Carga-horária: 3h
Total de inscritos: 1928
Concluintes: 1388

38. Direito Sanitário e a atuação do ministério Público

Gravada em 12/2019
Carga-horária: 2h
Total de inscritos: 1243
Concluintes: 1005

39. Tema RAÇA

Gravada em 11/2018
Carga-horária: 1 hora
Total de inscritos: 2348
Concluintes: 1708

40. Direitos Humanos

Gravada em 06/2019
Carga-horária: 2 horas
Total de inscritos: 2234
Concluintes: 1502

Em **2022** foram oferecidos 35 cursos com 55.194 alunos, sendo 18 Cursos com Mediação do Professor, com 1.142 alunos e 17 sem a Mediação do Professor (*ON DEMAND*) com 54.052 alunos.

São esses os cursos com os seguintes matriculados, concluintes e carga horária respectivamente:

1. Infância e juventude: aspectos práticos

Professora: Mirella de Carvalho Bauzys Monteiro
Período de realização: 7/3 a 2/5/2022
Carga-horária: 32 horas
Concluintes: 78 Promotores de Justiça do 93º concurso de ingresso

2. Criminalidade Organizada – 28ª edição

Professor: Arthur Pinto de Lemos Júnior
Período de realização: 14/3 a 23/5/2022
Carga-horária: 50 horas
Inscritos: 40 (3 membros; 37 servidores)
Concluintes: 9 (servidores)

3. Atualização em Direito Penal e processo Penal – 8ª edição

Professor: Rafael de Oliveira Costa
Período de realização: 14/03 a 09/5/2022
Carga-horária: 32h
Inscritos: 80 (13 membros e 67 servidores)
Concluintes: 32 (2 membros e 30 servidores)

4. Crimes contra a vida: doutrina e jurisprudência – 5ª edição

Professor: Eduardo Luiz Michelan Campana

Período de realização: 14/3 a 09/05/2022
Carga-horária: 32 h
Inscritos: 60 (servidores)
Concluintes: 24 (servidores)

5. Curso: Inglês Jurídico – 4ª edição

Professoras: Paula Peres, Marina Bevilacqua de La Touloubre, Maria Inês Sampaio de Castro Gonçalves, Marcia Sadi Haron Cardoso, Thaís Darahem Marquardt
Período de realização: 21/3 a 16/05/2022
Inscritos: 80 (13 membros; 67 servidores)
Concluintes: 29 (3 membros e 26 servidores)

6. Curso de Aperfeiçoamento em Excel - 17ª edição

Professor: Rafael de Jesus Augusto
Período de realização: 21/03 a 25/04/2022
Carga-horária: 20h
Inscritos: 70 (servidores)
Concluintes: 37 (servidores)

7. Prática de Redação no contexto do Ministério Público – 4ª edição

Professor: Anderson Ferreira
Período de realização:
Carga-horária: 40 h
Inscritos: 60 (servidores)
Concluintes: 33 (servidores)

8. Atuação prática na Promotoria de Justiça do Patrimônio Público – 2ª edição

Professor: Ernani de Menezes Vilhena Júnior
Período de realização: 21/03 a 25/04/2022
Carga-horária: 20h
Inscritos: 60 (7 membros, 53 servidores)
Concluintes: 23 (3 membros e 20 servidores)

9. Curso prático de execução penal a distância – 18ª edição

Professor: Pedro de Jesus Juliotti
Período de realização: 28/03 a 06/06/2022
Carga-horária: 50 horas
Inscritos: 80 (1 membro; 73 servidores e 6 estagiários)
Concluintes: 34 (1 membro, 33 servidores)

10. Violência doméstica e sexual contra as mulheres

Professora: Silvia Chakian de Toledo Santos
Período de realização: 28/03 a 06/06/2022
Carga-horária: 40 horas
Inscritos: 61 (5 membros; 56 servidores)
Concluintes: 31 (1 membro e 30 servidores)

11. Atuação na Promotoria de Justiça do Patrimônio Público

Professor: Ernani de Menezes Vilhena Júnior
Período de realização: 26/09 a 4/10/22
Inscritos: 78 Promotores de Justiça do 93º Concurso

12. Revisão Gramatical – 28ª edição

Professora: Karlene Campos
Período de realização: 29/8 a 31/10/22

Inscritos: 53 (servidores)
Concluintes: 26 (18 oficiais, 3 analistas, 5 auxiliares)

13. Aperfeiçoamento em Word – 18ª edição

Professor: Rafael de Jesus
Período de realização: 29/8 a 3/10/22
Inscritos: 54
Concluintes: 39 (4 analistas, 26 oficiais, 9 auxiliares)

14. Direito Penal Tributário – 5ª edição

Professor: Estêvão Luís Lemos Jorge
Período de realização: 29/8 a 21/11/22
Inscritos: 60
Em andamento

15. Atualização em Direito Público e Coletivo – 8ª edição

Professor: Rafael de Oliveira Costa
Período de realização: 29/08 a 24/10/22
Inscritos: 50
Concluintes: 14 (1 membro, 12 analistas, 1 oficial)

16. Novos meios de investigação no processo penal

Professor: Gregório E. R. Selingardi Guardia
Inscritos: 58
Em andamento

17. Justiça Terapêutica – 15ª edição

Professor: Mário Sérgio Sobrinho
Período de realização: 10/10 a 05/12/22
Inscritos: 60
Em andamento

18. Prática de Redação no contexto do Ministério Público – 5ª edição

Professor: Anderson Ferreira
Período de realização 05/09 a 28/11
Inscritos: 60
Em andamento

CURSOS COM VIDEOAULAS SEM MEDIAÇÃO (FLUXO CONTÍNUO DE INGRESSO)

19. Proteção integral de crianças e adolescentes: o direito à convivência familiar e comunitária dentro e fora dos serviços de acolhimento

Lançamento: 22/11/2022
Carga-horária: 30h

20. Propaganda Eleitoral

Lançado em 02/10/2020
Carga-horária: 15 horas.
Inscritos: 2077

21. Direito Eleitoral

Lançado em 28/06/2020
Carga-horária: 20h
Inscritos: 27

22. VADEMECUM

Lançado em 06/2019
Carga-horária: 12 horas
Inscritos: 3190

23. Curso prático do Tribunal do Júri

Lançado em 22/11/2019
Inscritos: 205

24. Direito Sanitário e a atuação do ministério Público

Carga-horária: 2h
Inscritos: 2048

25. Palestra online: Tema RAÇA

Lançado em 11/2018
Carga-horária: 1 hora
Inscritos: 2484

26. Palestra online: Direitos Humanos

Lançado em 06/2019
Carga-horária: 2 horas
Inscritos: 3249

27. Introdução às violências contra crianças e adolescentes – salas 1, 2 e 3

Carga horária: 12 horas
Lançado em 22/06/2021
Total de inscritos: 19.344

28. Módulo II Capacitação: Desenvolvimento Gerencial

Lançado em 06/2021
Carga-horária: 12 horas
Total de inscritos: 2502

29. Investigação na proteção do patrimônio público

Lançado em: 04/2021
Carga-horária: 10h
Total de inscritos: 2147

30. Filosofia e Direito

Lançado em 15/02/2021
Carga-horária: 15h
Total de inscritos: 2532

31. Curso de capacitação de servidores: Módulo I

Lançado em 12/2020
Carga-horária: 30h
Inscritos: 3981

32. Ferramentas *online*

Lançado em 01/2021
Carga-horária: 3h
Total de inscritos: 2424

33. Capacitação na formação de agentes de investigação

Lançado em 11/2021
Carga-horária: 30h
Total de inscritos: 981

34. Curso Prático para Analistas Jurídicos – Módulo III

Lançado em 3/2022
Carga-horária: 40h
Total de inscritos: 1820

35. Capacitação para Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e de Gênero - Evento gravado em Franca

Lançado em 21/10/2021
Carga-horária: 7h
Total de inscritos: 5041

Atualmente, neste no de **2023** a **Área de Pós-Graduação** do CEAFF-ESMP, está oferecendo 6 cursos com 4.358 alunos matriculados, sendo 1 Curso de Especialização e 5 de Extensão, com os seguintes matriculados, concluintes, bolsistas e carga horária, respectivamente:

- 18º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL com 35 matriculados dos quais 28 são bolsistas. Carga Horária de 450 h/a. Oferecido na Escola às Segundas e Quartas-feiras das 18h30 às 22h30.
- 2º CURSO DE EXTENSÃO EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, com 1117 matriculados e 1116 concluintes. Carga Horária de 40 h/a. Oferecido na modalidade on line do dia 01 de março a 31 de maio de 2023.
- 2º CURSO DE EXTENSÃO E CAPACITAÇÃO – A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, com 1530 matriculados. Carga Horária de 40 h/a. Oferecido na modalidade on line do dia 21 de março a 21 de junho de 2023.
- CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITO AMBIENTAL E URBANISMO, com 85 matriculados. Carga Horária de 36 h/a. Oferecido na modalidade on line do dia 13 de abril a 06 de julho de 2023.
- 2º CURSO DE EXTENSÃO E APRIMORAMENTO EM MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS, com 250 matriculados. Carga Horária de 30 h/a. Oferecido na modalidade on line do dia 16 de maio a 31 de julho de 2023.
- 4º CURSO DE EXTENSÃO “CRIME ORGANIZADO NA ATUALIDADE: ASPECTOS PENAIIS E PROCESSUAIS, com 620 matriculados. Carga Horária de 46 h/a. Oferecido na modalidade on line do dia 06 de junho a 06 de agosto de 2023.

Atualmente, neste ano de 2023 a **Área de Ensino a Distância - EAD** do CEAF-ESMP, está oferecendo/ofereceu 29 cursos com 3.971 alunos, sendo 7 Cursos com Mediação do Professor, com 239 alunos e 22 sem a Mediação do Professor (*ON DEMAND*) com 3.732 alunos até o momento.

São esses os cursos com os seguintes matriculados, concluintes e carga horária respectivamente:

CURSOS COM MEDIAÇÃO DO PROFESSOR

1. ATUALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL – 10ª EDIÇÃO

Carga-horária: 40 horas

Professor: Rafael de Oliveira Costa

Período de realização: 6 de março a 8 de maio de 2023

Público-alvo: integrantes do MPSP

Inscritos: 60 (sessenta)

Concluintes: 30 (3 membros, 27 servidores)

2. INGLÊS JURÍDICO – 5ª EDIÇÃO

Carga-horária: 40 horas

Professora: Paula Peres

Período de realização: 6 de março a 8 de maio de 2023

Público-alvo: integrantes do MPSP

Inscritos: 60 (sessenta)

Concluintes: 35 (4 membros e 31 servidores)

3. PRÁTICA DE REDAÇÃO NO CONTEXTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO- 6ª edição

Carga-horária: 40 horas

Professor: Anderson Ferreira

Período de realização: 6 de março a 22 de maio de 2023

Público-alvo: integrantes do MPSP

Inscritos: 60 (sessenta)

Concluintes: 37 servidores

4. CURSO PRÁTICO DE EXECUÇÃO PENAL A DISTÂNCIA – 19ª EDIÇÃO

Carga-horária: 40 horas

Professor: Pedro de Jesus Juliotti

Período de realização: 6 de março a 22 de maio de 2023

Público-alvo: integrantes do MP

Inscritos: 60 (sessenta)

Concluintes: 30 (2 membros e 28 servidores)

5. CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM EXCEL – 18ª EDIÇÃO

Carga-horária: 20 horas

Professor: Rafael de Jesus

Período de realização: 6 de março a 10 de abril de 2023

Público-alvo: integrantes do MP

Inscritos: 60 (sessenta)

Concluintes: 42 servidores

6. CRIMES CONTRA A VIDA: DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA – 6ª edição

Carga-horária: 32 horas

Professor: Eduardo Luiz Michelin Campana

Período de realização: 6 de março a 8 de maio de 2023

Público-alvo: integrantes do MP

Inscritos: 60 (sessenta)

Concluintes: 33 (2 membros e 31 servidores)

7. INFÂNCIA E JUVENTUDE: ASPECTOS PRÁTICOS-2ª EDIÇÃO

Carga-horária: 32 horas

Professor: Mirella de Carvalho Bauzys Monteiro.

Período de realização: 6 de março a 8 de maio de 2023

Público-alvo: integrantes do MP

Inscritos: 60 (sessenta)

Concluintes: 32 (2 membros e 30 servidores)

CURSOS ON DEMAND (INSCRIÇÕES ABERTAS)

1. Introdução às violências contra crianças e adolescentes -Módulo II

Lançado em junho de 2023

Palestrantes: Membros do MP e convidados.

Carga-horária: 15 horas

Público-alvo: Integrantes do Ministério Público, integrantes do sistema de justiça e de segurança e integrantes do sistema de garantia de direitos: profissionais de Serviços de Acolhimento, profissionais da saúde, assistência social, educação, conselhos de direitos e tutelares

Inscritos: 458

Concluintes: em andamento

2. Capacitação em meio ambiente

Lançado em junho de 2023

Palestrantes: Membros e servidores do MP

Carga-horária: 30h

Público-alvo: Integrantes do MP

Inscritos: 571

Concluintes: em andamento

3. Curso: Tribunal do Júri

Lançado em abril de 2023

Palestrantes: Membros do MP e convidados

Carga-horária: 40h

Público-alvo: Membros do MP

Inscritos: 174

Concluintes: 20

4. Direito urbanístico e habitação

Lançado em abril/2023

Palestrantes: Membros do MP e convidados

Carga-horária – 12h

Público-alvo: Integrantes do MPSP e interessados em geral no tema

Inscritos: 903
Concluintes: 335

5. Sistema Integrado de Custódia de Vestígios do MPSP

Lançado em março de 2023
Palestrantes: Membros e servidores do MP
Carga-horária: 10h
Público-alvo: integrantes dos MPs do Brasil.
Inscritos: 1.626
Concluintes: 1017

6. Proteção integral de crianças e adolescentes: o direito à convivência familiar e comunitária dentro e fora dos serviços de acolhimento

Lançado em novembro/2022
Palestrantes: Membros do MP e convidados
Carga-horária: 30h
Público-alvo: Integrantes do Ministério Público, integrantes do sistema de justiça e de segurança e integrantes do sistema de garantia de direitos: profissionais de Serviços de Acolhimento, profissionais da saúde, assistência social, educação, conselhos de direitos e tutelares
Inscritos: 5.570
Concluintes: 439

7. Curso Prático para Analistas Jurídicos – Módulo III

Lançado em março de 2022
Palestrantes: Integrantes do MP
Carga-horária: 40h
Público-alvo: servidores do MPSP
Inscritos: 2.136
Concluintes: 1.306

8. Capacitação na formação de agentes de investigação

Lançado em novembro de 2021
Palestrantes: Integrantes do MP
Carga-horária: 30h
Público-alvo: servidores
Inscritos: 1.119
Concluintes: 745

9. Capacitação para Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e de Gênero

Lançado em outubro de 2021
Palestrantes: membros do MP e convidados
Carga-horária: 7h
Público-alvo: membros, servidores e estagiários do MPSP; interessados em geral
Inscritos: 6.802
Concluintes: 3.620

10. Introdução às violências contra crianças e adolescentes – Módulo I

Lançado em junho de 2021
Palestrantes: membros do MP e convidados
Carga horária: 12 horas
Público-alvo: Membros e servidores do MPSP, integrantes do sistema de justiça e de segurança e integrantes do sistema de garantia de direitos: profissionais de Serviços de

Acolhimento, profissionais da saúde, assistência social, educação, conselhos de direitos e tutelares.

Inscritos: 21.947

Concluintes: 8.263

11. Módulo II Capacitação: Desenvolvimento Gerencial

Lançado em junho de 2021

Palestrantes: Integrantes do MP

Carga-horária: 12 horas

Público-alvo: servidores do MPSP

Inscritos: 2.778

Concluintes: 1.979

12. Investigação na proteção do patrimônio público

Lançado em abril de 2021

Palestrantes: Integrantes do MP

Carga-horária: 10h

Público-alvo: servidores do MPSP

Inscritos: 2.512

Concluintes: 1.663

13. Filosofia e Direito

Lançado em fevereiro de 2021

Carga-horária: 15h

Professor: André Pascoal da Silva

Público-alvo: membros, servidores, estagiários do MPSP, interessados em geral

Inscritos: 3042

Concluintes: 2.373

14. Ferramentas *online*

Lançado em janeiro de 2021

Professores: Servidores do MP

Carga-horária: 3h

Público-alvo: membros e servidores do MPSP

Inscritos: 2.895

Concluintes: 1.359

15. Curso de capacitação de servidores: Módulo I

Lançado em dezembro de 2020

Palestrantes: integrantes do MP e convidados

Carga-horária: 30h

Público-alvo: servidores do MPSP

Inscritos: 4.321

Concluintes: 3.438

16. Propaganda Eleitoral

Lançado em outubro de 2020

Professor: Alexandre Basílio

Carga-horária: 15 horas.

Público-alvo: membros, servidores e estagiários.

Inscritos: 2.359

Concluintes: 1.719

17. Direito Eleitoral

Lançado em junho de 2020

Palestrantes: Integrantes do MP e convidados

Carga-horária: 20h

Público-alvo: membros, servidores e estagiários

Inscritos: 3.122

Concluintes: 1.789

18. VADEMECUM

Lançado em junho de 2019

Palestrantes: Integrantes do MP

Carga-horária: 12 horas

Público-alvo: servidores e estagiários do Ministério Público

Inscritos: 3.609

Concluintes: 2.182

19. Palestra online: Direitos Humanos

Lançado em junho de 2019

Palestrantes: José Fernando Vidal de Souza; Andrea Santos Souza

Carga-horária: 2 horas

Público-alvo: membros, servidores, estagiários do MP e público em geral.

Inscritos: 3.576

Concluintes: 2.604

20. Palestra: Crimes Hediondos

Lançado em maio de 2018

Palestrante: Antônio Lopes Monteiro

Carga-horária: 2 horas

Público-alvo: integrantes do MP

Inscritos: 2.562

Concluintes: 2.031

21. Palestra: Direito Sanitário e a atuação do ministério Público

Lançado em novembro de 2018

Professor: Reinaldo Mapelli Júnior

Carga-horária: 2h

Público-alvo: membros e servidores do MPSP

Inscritos: 2.320

Concluintes: 1.834

22. Palestra online: Tema RAÇA

Lançado em novembro de 2018

Palestrante: Lia Vainer Schucman

Carga-horária: 1 hora

Público-alvo: membros, servidores e estagiários do MPSP

Inscritos: 2.839

Concluintes: 2321

No setor de **Ensino a Distância - EAD** do CEAF-ESMP os 22 CURSOS ON DEMAND encontram-se com inscrições abertas, com banners e ícones para inscrições no site do CEAF-ESMP.

No setor de **Pós-Graduação** as inscrições estão abertas para o início no segundo semestre nos Cursos de Especialização em Direito Penal, em Direitos Difusos e Coletivos e em Direito Processual Penal.

O pedido de autorização para a oferta dos Cursos de Especialização em EAD e para o Mestrado Profissional será protocolado respectivamente no e-MEC e na CAPES no segundo semestre de 2023.

Espera-se, no ano de 2024 oferecer todos os Cursos em EAD, com mediação do professor e ON DEMAND, e os seguintes Cursos de Especialização presenciais e em EAD:

- Cursos de Especialização em Direito Penal,
- Curso de Especialização em Direitos Difusos e Coletivos,
- Curso de Especialização em Direito Processual Penal,
- Curso de Especialização em Direitos Humanos.

Dependendo do trâmite do APCN junto à CAPES, espera-se oferecer o processo seletivo para o Mestrado Profissional em Direito em 2024.

2.9 Avaliação Institucional

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público - CEAF-ESMP Escola Superior do Ministério Público criou em 2022 a sua Comissão Própria de Avaliação – CPA - nos termos do Artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, a qual institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES. Reza o referido artigo que toda instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Permanente de Avaliação - CPA, com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

De acordo com a Lei nº 10.861, em seu artigo 3º, a CPA considera as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais figuram obrigatoriamente as

seguintes: Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional; Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização; Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição; Dimensão 4: A comunicação com a sociedade; Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico administrativo; Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição; Dimensão 7: Infraestrutura Física; Dimensão 8: Planejamento e Avaliação; Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes; Dimensão 10: Sustentabilidade financeira.

Considerando que o CEAF-ESMP deve buscar sempre mecanismos de direção e deliberação os mais amplos e democráticos possíveis com o objetivo de embasar suas decisões nos anseios da sociedade em que está imerso e à qual se destina a sua existência, na composição de sua CPA buscou criar um órgão interno de caráter deliberativo composto de forma heterogênea com vistas à melhoria no desempenho das suas finalidades e evolução dos produtos oferecidos ao público, tanto interno como externo.

O desenvolvimento de uma cultura de autoavaliação contínua integra-se com a cultura do Planejamento, numa via de Mão dupla, na qual em seu PDI o CEAF-ESMP, estabelece a sua missão, as **metas, objetivos e planos táticos e estratégicos para o** controle e avaliação do perfil do egresso como forma de se aferir a eficácia dos cursos e atividades desenvolvidas, a evolução e aprimoramento do acervo bibliográfico, infraestrutura e acesso, bem como as políticas de inserção social. Por sua vez, após a autoavaliação, na fase de “Uso dos Resultados”, o CEAF-ESMP poderá embasar melhor a manutenção ou mudança no PDI de estratégias de aperfeiçoamento e ações para a sua contínua eficiência, eficácia e efetividade acadêmica e pedagógica.

A CPA terá atuação autônoma no âmbito de sua competência legal, prestando informações de suas atividades à Congregação do CEAF-ESMP e demais órgãos competentes. Cabe à CPA, em conjunto com esses órgãos, buscar ações de melhorias dos Cursos a partir dos resultados obtidos pela Autoavaliação Institucional e elaboração de relatório de acompanhamento e cumprimento das referidas ações.

A CPA é constituída por todos os segmentos da comunidade acadêmica, corpo discente, docente e técnico administrativo, bem como de representantes

da sociedade civil, sendo que a sua natureza, atribuições, estrutura organizacional, funcionamento e demais disposições do processo de avaliação institucional, constam em Regulamento próprio que obedece às diretrizes e normas emanadas dos órgãos do Ministério da Educação e do Conselho Estadual de Educação.

Segundo o artigo 9º de seu Regimento compete à CPA:

- I - coordenar o processo de autoavaliação institucional;
- II - propor a metodologia do processo de autoavaliação;
- III - definir as diretrizes e implementar as ações de sua área de competência no que concerne à avaliação interna;
- IV - propor normas e instrumentos que objetivem o constante aprimoramento das atividades desenvolvidas pela CPA;
- V - constituir grupos de trabalho, quando necessário;
- VI - sistematizar, analisar e interpretar as informações dos cursos, das áreas ou da Instituição, compondo uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais, identificando possíveis causas de fragilidades, bem como possibilidades e potencialidades institucionais;
- VII - formular propostas de melhorias e desenvolvimento para as atividades acadêmicas e para a Instituição como um todo, baseadas nas análises do processo de autoavaliação;
- VIII - divulgar na comunidade acadêmica as atividades da CPA;
- IX - disseminar, permanentemente, informações sobre a autoavaliação;
- X - realizar balanço crítico do processo avaliativo;
- XI - elaborar relatório de autoavaliação institucional;
- XII - implementar ações visando à sensibilização da comunidade acadêmica quanto à importância do processo de autoavaliação institucional;
- XIII - acompanhar os Projetos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Político Pedagógico (PPP) da Instituição e apresentar sugestões;
- XIV - articular-se com Comissões Próprias de Avaliação de outras Instituições de Ensino Superior e com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior;

XV - buscar medidas cabíveis como materiais, estratégias e equipamentos tecnológicos necessários à aplicação e realização do processo de Autoavaliação Institucional;

XVI - garantir o sigilo dos participantes nos instrumentos avaliativos;

XVII - assegurar que o processo de Autoavaliação Institucional seja contínuo e permanente, de modo a criar uma cultura de avaliação a médio e longo prazo.

É obrigação do CEAf-ESMP proporcionar os recursos técnicos, financeiros e infraestruturas necessários para a operacionalização dos trabalhos da CPA.

Além do cumprimento da Lei nº 10.861/2004, a criação da CPA busca atender a reiterada recomendação do Conselho Estadual de Educação e às orientações da CAPES, integrando as seguintes etapas: 1) Políticas e Preparação; 2) Implementação e Procedimentos; 3) Divulgação de Resultados; 4) Uso de Resultados e; 5) Meta Avaliação¹.

Na etapa **(1) Políticas e Preparação**, a Autoavaliação obedece ao estabelecido no artigo 3º da Lei n. 10.861/2004, denominado Eixo 1 - **Planejamento e Avaliação Institucional**. Assim, a CPA atua buscando envolver as pessoas e sensibilizá-las para aspectos políticos, técnicos e culturais da autoavaliação, bem como para a importância da avaliação para o diagnóstico dos pontos fortes e pontos fracos da atuação do CEAf-ESMP. Essas ações se dão por meio de Comunicados e “feds” divulgados no site da ESMP e nas suas redes sociais. Também há a atuação dos Gestores da ESMP no sentido de fomentar o engajamento crescente de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada.

Na etapa **(2) Implementação e Procedimentos**, a Autoavaliação em atendimento ao item 1.2 do Eixo 1 estabelecido no artigo 3º da Lei n. 10.861/2004, se dará com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada que serão chamados a responder

¹ <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf> 18/01/2023

instrumentos de coleta diversificados voltados às particularidades de cada segmento.

São consultados na Autoavaliação Institucional, os discentes; os docentes; o corpo técnico-administrativo; os egressos e o público externo.

São avaliados os **discentes**; os **docentes**; os **Módulos**, no caso dos Cursos de Pós-graduação lato Sensu; as **Disciplinas**, nos casos dos cursos Preparatórios e de Extensão e a **Instituição**, incluídos aí, o **Curso** em si; a **Coordenação do Curso**; o **Corpo Técnico-Administrativo**; a **Infraestrutura** e a **Relevância Social e Inserção Local, Regional, Nacional e Internacional** do CEAFF-ESMP.

Discentes Avaliam

Os discentes realizam a sua autoavaliação, avaliam os docentes, avaliam os Módulos/Disciplinas e avaliam a Instituição, incluídos aí, o Curso em si; a Coordenação do Curso; o Corpo Técnico-administrativo, a Infraestrutura e Relevância Social e Inserção Local, Regional, Nacional e Internacional do CEAFF-ESMP.

Na **Autoavaliação** levam em conta: percentual de participação das aulas com formulação de questões e sugestões para ampliação do conhecimento e crescimento do grupo; dedicação em horas semanais por Módulo/Disciplina; participação nos trabalhos de classe e extraclasse; Consulta à bibliografia indicada pelo professor e conhecimentos anteriores necessários para a compreensão do conteúdo da disciplina.

Na **Avaliação dos Docentes** levam em conta: Frequência e pontualidade do docente; Domínio e Atualização do docente quanto ao conteúdo ministrado; Objetividade e Clareza na Comunicação; A Didática e Metodologias aplicadas; Relacionamento e Disponibilidade do docente para com os alunos; O Cumprimento do Plano de Ensino/Matéria proposta; Se Estimulam o aprofundamento de Estudos por parte dos alunos.

Na **Avaliação do Módulo/Disciplina** os discentes são consultados sobre: O Conteúdo programático do Módulo/Disciplina; Adequação da Carga Horária do

Módulo/Disciplina; Adequação da Bibliografia do Módulo/Disciplina; A Importância do Módulo/Disciplina para o Curso; A Integração do conteúdo do Módulo/Disciplina com os(as) outros(as) do Curso.

Na **Avaliação da Instituição** serão consultados sobre:

1) Curso: Os objetivos do curso são adequados ao contexto social e econômico da região; Há adequação da carga horária dos componentes curriculares; Os conteúdos dos Módulos/Disciplinas estabelecem relações entre si; O curso propicia acesso a conhecimentos atualizados e/ou contemporâneos em sua área de formação; Há coerência de avaliação do processo ensino-aprendizagem com a concepção do curso; As metodologias de ensino utilizadas no curso são adequadas à aprendizagem; As atividades de tutoria e orientação são suficientes e adequadas; Os professores utilizam o AVA ou outro meio eletrônico para manter contato com o discente; Os professores utilizaram tecnologias da informação e comunicação (TICs) como estratégia de ensino e aprendizagem; As atividades de avaliação distância (chats, fóruns, Testes, Trabalhos) são adequadas ao conteúdo em estudo.

2) Coordenação do Curso: Capacidade para manter um clima de respeito mútuo e ético; Atendimento às necessidades informacionais dos docentes e discentes; Organização e supervisão dos Módulos/Disciplinas dos cursos; Organização e supervisão das avaliações, das orientações e dos TCCs; Supervisão e acompanhamento do desempenho docente; Avaliação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e Utilização dos resultados de avaliações para a melhoria dos Cursos.

3) Corpo Técnico-administrativo: Capacidade de manter um clima de respeito mútuo e ético; Atendimento às necessidades Informacionais dos docentes e discentes; Disponibilização e atualização constante de informações úteis e fidedignas; Agilização nos processos referentes aos Cursos.

4) Infraestrutura; 4.1 Salas de Aula: A Adequação do espaço físico e do mobiliário com relação ao número de discentes; O Estado de Conservação das salas e do mobiliário; A limpeza do Ambiente; A climatização/ventilação do Ambiente; A disponibilidade e qualidade de equipamentos Multimídia e internet; A acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. **4.2**

Biblioteca: Se o acervo é suficiente às necessidades do Curso; Se o acervo é

atualizado; Se há acesso às bases de dados técnico-científicas regionais, nacionais e internacionais; O atendimento dos servidores; O Estado de Conservação da sala, do mobiliário e do acervo; A existência de ambiente de estudos adequado; Se o horário de funcionamento é adequado; A limpeza do Ambiente; A climatização/ventilação do Ambiente; Se os equipamentos de informática são adequados; A qualidade da internet/rede wi-fi; A acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; Os canais de comunicação do CEAF-ESMP atendem às necessidades; O CEAF-ESMP oferece oportunidades para os discentes participarem do planejamento e avaliação do curso

4.3 Demais Setores: A Limpeza, o número e conservação das instalações sanitárias; A existência e adequação do Estacionamento; Estado de conservação dos elevadores; quanto aos Auditórios, a capacidade, iluminação, climatização, projetores, áudio, cadeiras; A acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. **5) Relevância Social e Inserção Local, Regional, Nacional e Internacional do CEAF-ESMP:** Se o CEAF-ESMP em suas ações colabora para a inclusão social; Se o CEAF-ESMP em suas ações colabora para o desenvolvimento econômico e social da sua localidade; Se o CEAF-ESMP em suas ações colabora para o desenvolvimento econômico e social da sua região; Se o CEAF-ESMP em suas ações colabora para o desenvolvimento econômico e social do país; Se o CEAF-ESMP em suas ações colabora a defesa do meio ambiente; Se os meios e canais de comunicação do CEAF-ESMP são adequados para a comunicação com a sociedade; Se tem conhecimento sobre convênios e acordos de cooperação com organismos governamentais ou não governamentais, entidades acadêmicas e não acadêmicas de âmbito local ou regional orientados às atividades de ensino, pesquisa e extensão; Se reconhece do CEAF-ESMP como centro de pesquisa relevante em um temas específicos do Direito, consolidado por meio de eventos nacionais e edição de periódico com atração de profissionais e discentes de diversas Regiões do Brasil; Se tem conhecimento da existência de vínculos de colaboração e convênios consolidados com instituições estrangeiras.

Docentes Avaliam

Os docentes realizam a sua autoavaliação e de seu Módulo/Disciplina, avaliam os discentes e avaliam a Instituição, incluídos aí, a Missão e Desenvolvimento Institucional; o Curso; a Coordenação do Curso; o Corpo Técnico-administrativo; Infraestrutura e Relevância Social e Inserção Local, Regional, Nacional e Internacional do CEAF-ESMP.

Na **Autoavaliação e de seu Módulo/Disciplina** os docentes levam em conta: Se possui conhecimento atualizado e domínio do conteúdo do Módulo/Disciplina; Se cumpriu o estabelecido no Cronograma do Módulo/Disciplina; Se Incentivou os discentes realizarem leitura complementar; Assiduidade e pontualidade em sala de aula; Integração do conteúdo da disciplina com outras do curso; Clareza na exposição do conteúdo da disciplina; Utilização de metodologias adequadas ao ensino da disciplina; Capacidade de manter um clima de respeito mútuo e ético; Adequação da carga horária da disciplina.

A **Avaliação dos Discentes** se dará por meio dos trabalhos realizados em cada Módulo/Disciplina e por meio do Trabalho de Conclusão de Curso, no caso das Pós-graduações Lato Sensu. Porém, o docente também realizará a avaliação dos discentes quanto à: Assiduidade e pontualidade em sala de aula; Participação nas aulas com formulação de questões e sugestões para ampliação do conhecimento e crescimento do grupo; Consulta à bibliografia indicada pelo professor; Capacidade de relacionar o conteúdo da disciplina com outros conteúdos ou fatos já conhecidos; Capacidade em leitura e escrita em língua portuguesa; Busca de esclarecimentos das dúvidas referentes à disciplina; Capacidade de manter um clima de respeito mútuo e ético em sala de aula.

Na **Avaliação da Instituição** serão consultados sobre:

1) Missão e Desenvolvimento Institucional: Se possui conhecimento da Missão e objetivos do CEAF-ESMP; Se possui conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do CEAF-ESMP; Se possui conhecimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Curso em que ministra aulas; Se entende que suas aulas contribuem para o cumprimento da missão e objetivos do CEAF-ESMP; Se entende que as atividades do CEAF-ESMP contribuem para o cumprimento da sua missão e objetivos.

2) Curso: Os objetivos do curso são adequados ao contexto social e econômico da região; Há adequação da carga horária dos componentes curriculares; Os conteúdos dos Módulos/Disciplinas estabelecem relações entre si; O curso propicia acesso a conhecimentos atualizados e/ou contemporâneos em sua área de formação; Há coerência de avaliação do processo ensino-aprendizagem com a concepção do curso; As metodologias de ensino utilizadas no curso são adequadas à aprendizagem; As atividades de tutoria e orientação são suficientes e adequadas; O AVA ou outro meio eletrônico são adequados para manter contato com o discente; As tecnologias da informação e comunicação (TICs) são disponíveis e adequadas como estratégia de ensino e aprendizagem; As atividades de avaliação distância (chats, fóruns, Testes, Trabalhos) são adequadas ao conteúdo em estudo.

3) Coordenação do Curso: Capacidade para manter um clima de respeito mútuo e ético; Atendimento às necessidades informacionais dos docentes e discentes; Organização e supervisão dos Módulos/Disciplinas dos cursos; Organização e supervisão das avaliações, das orientações e dos TCCs; Supervisão e acompanhamento do desempenho docente; Avaliação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e Utilização dos resultados de avaliações para a melhoria dos Cursos.

4) Corpo Técnico-administrativo: Capacidade de manter um clima de respeito mútuo e ético; Atendimento às necessidades Informacionais dos docentes e discentes; Disponibilização e atualização constante de informações úteis e fidedignas; Agilização nos processos referentes aos Cursos.

5) Infraestrutura; 5.1 Salas de Aula: A Adequação do espaço físico e do mobiliário com relação ao número de discentes; O Estado de Conservação das salas e do mobiliário; A limpeza do Ambiente; A climatização/ventilação do Ambiente; A disponibilidade e qualidade de equipamentos Multimídia e internet; A acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. **5.2**

Biblioteca: Se o acervo é suficiente às necessidades do Curso; Se o acervo é atualizado; Se há acesso às bases de dados técnico-científicas regionais, nacionais e internacionais; O atendimento dos servidores; O Estado de Conservação da sala, do mobiliário e do acervo; A existência de ambiente de estudos adequado; Se o horário de funcionamento é adequado; A limpeza do Ambiente; A climatização/ventilação do Ambiente; Se os equipamentos de

informática são adequados; A qualidade da internet/rede wi-fi; A acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. **5.3 Demais Setores:** A Limpeza, o número e conservação das instalações sanitárias; A existência e adequação do Estacionamento; Estado de conservação dos elevadores; quanto aos Auditórios, a capacidade, iluminação, climatização, projetores, áudio, cadeiras; A acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

6) Relevância Social e Inserção Local, Regional, Nacional e Internacional do CEAF-ESMP: Se o CEAF-ESMP em suas ações colabora para a inclusão social; Se o CEAF-ESMP em suas ações colabora para o desenvolvimento econômico e social da sua localidade; Se o CEAF-ESMP em suas ações colabora para o desenvolvimento econômico e social da sua região; Se o CEAF-ESMP em suas ações colabora para o desenvolvimento econômico e social do país; Se o CEAF-ESMP em suas ações colabora a defesa do meio ambiente; Se os meios e canais de comunicação do CEAF-ESMP são adequados para a comunicação com a sociedade; Se tem conhecimento sobre convênios e acordos de cooperação com organismos governamentais ou não governamentais, entidades acadêmicas e não acadêmicas de âmbito local ou regional orientados às atividades de ensino, pesquisa e extensão; Se reconhece do CEAF-ESMP como centro de pesquisa relevante em um temas específicos do Direito, consolidado por meio de eventos nacionais e edição de periódico com atração de profissionais e discentes de diversas Regiões do Brasil; Se tem conhecimento da existência de vínculos de colaboração e convênios consolidados com instituições estrangeiras.

Corpo Técnico-administrativo Avalia

O Corpo Técnico-administrativo realiza a sua autoavaliação e avalia a Instituição, incluídos aí, a Missão e Desenvolvimento Institucional; a Gestão e a Infraestrutura.

Na **Autoavaliação** o Corpo Técnico-administrativo leva em conta: Se possui conhecimento necessário para o desempenho de suas funções; Frequência e Pontualidade; Grau de engajamento à missão e objetivos do CEAF-ESMP; Seu relacionamento com a chefia; Seu relacionamento com os colegas de trabalho;

Seu relacionamento com os docentes; Seu relacionamento com os discentes; com Capacidade de manter um clima de respeito mútuo e ético.

Na **Avaliação da Instituição** serão consultados sobre:

1) Missão e Desenvolvimento Institucional: Se possui conhecimento da Missão e objetivos do CEAF-ESMP; Se possui conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do CEAF-ESMP; Se entende que as atividades do CEAF-ESMP contribuem para o cumprimento da sua missão e objetivos.

2) Gestão: A compatibilidade do horário de trabalho com as atribuições desempenhadas; A participação dos funcionários no planejamento das atividades do CEAF-ESMP; A clareza e precisão nas orientações repassadas pela chefia imediata; A existência de estímulos para o crescimento profissional; Aproveitamento do potencial do funcionário para o desempenho das funções; A igualdade no tratamento para cada funcionário por parte da chefia; A agilidade e qualidade na solução de problemas administrativos (tramitação de processos, pagamentos).

3) Infraestrutura. A Adequação do espaço físico para o desempenho das suas atividades; A Adequação do mobiliário para o desempenho das suas atividades; O Estado de Conservação das salas e do mobiliário; A limpeza do Ambiente; A climatização/ventilação do Ambiente; Equipamentos/recursos tecnológicos; Material de consumo; Quantitativo de recursos humanos; Refeitório; Instalações sanitárias; Segurança interna.

Egressos

O acompanhamento dos egressos, envolverá pesquisas que irão contemplar uma série de questões relacionadas: Qual o Curso que concluiu no CEAF-ESMP; Está exercendo atividade profissional atualmente? Qual? O Curso realizado no CEAF-ESMP impactou na sua carreira profissional e em sua trajetória? Gostaria de fazer um outro Curso no CEAF-ESMP? Qual?

Público Externo

Enquanto Escola de Governo, a avaliação externa do CEAF-ESMP é feita pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, levando em conta

todos os quesitos que a legislação exige de uma Instituição deste segmento. Porém, a opinião do público externo em relação ao CEAF-ESMP, importa muito para a realização de sua responsabilidade social e inserção local e regional. Assim, são avaliados os impactos gerados pelo CEAF-ESMP a partir de sua missão e seus objetivos. O público externo será convidado a avaliar os serviços prestados, os eventos, os cursos e o ensino ministrado. Também são avaliados os canais de comunicação com a comunidade.

Periodicidade e Procedimento

Quanto à periodicidade as avaliações serão aplicadas em momentos diferenciados, dependendo de qual tipo de curso, sua dinâmica de oferecimento e segmento que está sendo avaliado.

Os Cursos de Pós-graduação Lato Sensu são oferecidos por Módulos de Disciplinas, ministradas por vários docentes sendo que cada Módulo possui carga horária distinta. Assim, a **Autoavaliação do Discente, a Avaliação do Módulo e a Avaliação do Docente**, são realizadas pelos discentes após o término do Módulo e a Avaliação da Instituição é feita anualmente.

No caso do Cursos Preparatórios e de Extensão, a Autoavaliação do Discente, a Avaliação do Curso, a Avaliação do Docente e a Avaliação da Instituição, são realizadas pelos discentes após o término do Curso.

Os docentes serão convidados a realizar as avaliações cada vez que concluírem o seu Módulo ou Disciplina.

O corpo técnico-administrativo será convidado a realizar as avaliações semestralmente.

No primeiro momento os egressos serão contatados pelo CEAF-ESMP e estimulados a responder o Questionário da Avaliação. Após esse procedimento será mantida continuamente no site do CEAF-ESMP uma chamada para os ex-alunos responderem o questionário.

Além da Avaliação externa pelo Conselho Estadual de Educação, a avaliação por público externo será realizada a partir do seguinte procedimento: Participação de público externo na CPA; Chamada no site do CEAF-ESMP para que o Público Externo responda o Questionário de Avaliação; Envio do Questionário ao Público Externo por meio de *mailing*, atualmente com 3.000 assinantes.

Na etapa **(3) Divulgação de Resultados** a CPA realizará a análise crítica dos resultados, incluindo a geração de estatísticas relevantes para o planejamento estratégico do CEAF-ESMP.

A divulgação dos resultados deve conter a metodologia da avaliação e deve adotar linguagem clara, objetiva, de forma a ser acessível a todos os seus públicos-alvo, adotando, se necessário, mais de um meio/formato de divulgação.

No Art. 28 do Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do CEAF-ESMP está previsto que “Os resultados do processo de autoavaliação institucional deverão ser divulgados a toda a comunidade acadêmica pelos meios de comunicação pertinentes.” Assim, essa divulgação se dará para o público interno por meio de *News letter* semanal denominada Mural da Escola e para o público externo por meio de *mailing*, atualmente com 3.000 assinantes, e também no site do CEAF-ESMP.

Na etapa **(4) Uso de Resultados**, os resultados são tabulados pela CPA, em conjunto com o Departamento de Tecnologia, sistematizados, analisados e apresentados na forma de relatórios. Os relatórios são apresentados aos coordenadores de curso e gestores, são analisados e, a partir disso, são discutidas as estratégias para se obter melhorias nos aspectos identificados como desafios, bem como para a manutenção ou aprimoramento do que foi percebido como avanço institucional. Por sua vez, as estratégias traçadas são incorporadas ao PDI.

Na etapa **(5) Meta Avaliação**, será avaliada a própria sistemática de avaliação adotada ajustando-a, caso necessário. Para avaliar a autoavaliação, há uma pergunta no Questionário que pede sugestões para o próprio questionário. Regularmente, serão realizadas reuniões para diagnosticar, prever ações e avaliar o desempenho da CPA.

Como fruto da meta-avaliação, a CPA elabora o documento denominado Relato Institucional, conforme estabelecido no Eixo 1 - **Planejamento e Avaliação Institucional**, previsto no inciso VIII do artigo 3º da Lei n. 10.861/2004, no qual apresenta a análise dos processos avaliativos da própria IES. Nele deverá conter um relato avaliativo do PDI e, especialmente, uma síntese histórica dos processos de avaliação interna e externa da IES e de seu

planejamento, bem como as ações acadêmico administrativas decorrentes dos resultados das avaliações.

Encontram-se em ANEXO a este PDI o Regimento da Comissão Permanente de Avaliação e os Questionários a serem aplicados.

CAPÍTULO 3 CORPO DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

3.1 Corpo docente – composição, políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

O corpo docente do CEAF-ESMP é composto por professores convidados e por professores assistentes, sendo convidados os professores chamados pelo CEAF-ESMP para colaborar nas atividades didáticas, científicas ou de pesquisa por sua especialização e notório saber e os professores assistentes os indicados a qualquer tempo pelo Diretor do CEAF-ESMP dentre os membros da Instituição em exercício, e, independentemente da instância e entrância, terão as seguintes atribuições:

I - corrigir provas e trabalhos individuais ou em grupo dos alunos dos cursos de pós-graduação (mestrado e especialização);

II - realizar o acompanhamento pedagógico periódico dos alunos dos cursos de pós-graduação (mestrado e especialização);

III - esclarecer dúvidas dos alunos dos cursos de pós-graduação (mestrado e especialização), quando solicitado pelo CEAF-ESMP.

O corpo docente do curso de mestrado é formado por professores portadores de, no mínimo, título de Doutor. O corpo docente terá professores permanentes e professores colaboradores para ministrar cursos ou desenvolver atividades específicas no curso.

O corpo docente dos Cursos de Especialização é formado por professores com, no mínimo, título de Mestre, porém em caráter especial, nos termos da legislação em vigor, especialistas de notório saber não portadores de título de mestre poderão ser convidados a participar do curso, a critério da Coordenação Acadêmica, desde que respeitado o limite de 30% do total de docentes do curso nesta condição. O corpo docente terá professores convidados para ministrar os cursos ou assistentes para neles desenvolver atividades específicas.

Atualmente os Cursos de Especialização contam com os seguintes docentes com respectivas titulações:

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL

DOCENTE		TITULAÇÃO
1	Alessandro Hirata	Doutor http://lattes.cnpq.br/6165918027344817
2	Alexandre Rocha Almeida de Moraes	Doutor http://lattes.cnpq.br/9309967566132792
3	Alexandre Zavaglia Pereira Coelho	Mestre http://lattes.cnpq.br/2686402728976533
4	Alfonso Presti	Especialista http://lattes.cnpq.br/7120690075813937
5	Aluísio Antonio Maciel Neto	Mestre http://lattes.cnpq.br/8101921309795777
6	Américo Bedê Freire Júnior	Doutor http://lattes.cnpq.br/0136827472164962
7	Ana Lúcia Menezes Vieira	Doutora http://lattes.cnpq.br/4284049738984372
8	André Estefam de Araujo Lima	Doutor http://lattes.cnpq.br/9193765898638200
9	Antonio Carlos da Ponte	Doutor http://lattes.cnpq.br/7570867927380829
10	Antonio Lopes Monteiro	Mestre http://lattes.cnpq.br/7456747841600535
11	Antonio Magalhães Gomes	Doutor http://lattes.cnpq.br/0131695107479119

12	Antonio Sérgio Cordeiro Piedade	Doutor http://lattes.cnpq.br/0161025890665450
13	Antonio de Pádua Bertone Pereira	Pós-Doutorado http://lattes.cnpq.br/3220363934610725
14	Annunziata Alves Iulianello	Mestre http://lattes.cnpq.br/5337818354004775
15	Arthur Medeiros Neto	Mestre http://lattes.cnpq.br/1611128793402157
16	Arthur Pinto de Lemos Júnior	Especialista http://lattes.cnpq.br/6035001494538169
17	Aruai Martins	Mestre http://lattes.cnpq.br/5777594355629479
18	Augusto Eduardo de Souza Rossini	Doutor http://lattes.cnpq.br/4780923660734726
19	Camila Bonafini Pereira	Mestre http://lattes.cnpq.br/2934312979458105
20	Carla Maria Altavista Mapelli	Mestre em Direito
21	Carlos Alberto Pereira Leitão Júnior	Mestre http://lattes.cnpq.br/6448149810366697
22	Carlos Frederico Coelho Nogueira	Especialista http://lattes.cnpq.br/4919120573036989
23	César Dario Mariano da Silva	Mestre http://lattes.cnpq.br/9882149524442596
24	Claudio José Langroiva Pereira	Doutor http://lattes.cnpq.br/9938440666314061
25	Christiano Jorge Santos	Doutor http://lattes.cnpq.br/5588558657224853
26	Daniel de Resende Salgado	Especialista http://lattes.cnpq.br/5324705135870789
27	Dermeval Farias Gomes filho	Mestre http://lattes.cnpq.br/9671501608565212
28	Décio Luiz Alonso Gomes	Doutor http://lattes.cnpq.br/2996639996540898
29	Edgard Moreira da Silva	Mestre http://lattes.cnpq.br/0977846643157564
30	Edilson Mougnot Bonfim	Doutor
31	Eduardo Araújo da Silva	Doutor http://lattes.cnpq.br/0453233085542518
32	Eduardo Augusto Alves Ver-Cruz Pinto	Doutor http://lattes.cnpq.br/9208311333089987
33	Eduardo Luiz Michelan Campana	Mestre http://lattes.cnpq.br/3950821944692420
34	Eduardo Reale Ferrari	Doutor http://lattes.cnpq.br/2064708536741979
35	Eloisa de Sousa Arruda	Doutora http://lattes.cnpq.br/2425017658265728
36	Eudes Quintino de Oliveira Junior	Doutor http://lattes.cnpq.br/4228450684842533
37	Everton Luiz Zanella	Doutor http://lattes.cnpq.br/4292887164297364
38	Fabiano Augusto Petean	Doutor

		http://lattes.cnpq.br/9447551263933494
39	Fábio Ramazzini Bechara	Doutor http://lattes.cnpq.br/6852406985950434
40	Fernando César Bolque	Mestre http://lattes.cnpq.br/5432699485295485
41	Fernando Henrique de Moraes Araújo	Mestre http://lattes.cnpq.br/6188271670426882
42	Fernando Reverendo Vidal Akaoui	Doutor http://lattes.cnpq.br/8706245600453310
43	Fernando Vernice dos Anjos	Doutor http://lattes.cnpq.br/9651525833985986
44	Fernanda Herbella Maia	Doutor http://lattes.cnpq.br/2382257084101672
45	Flávio Cardoso Pereira	Doutor http://lattes.cnpq.br/5348443648561908
46	Flávio Eduardo Turessi	Doutor http://lattes.cnpq.br/5898785179672242
47	Gianpaolo Poggio Smanio	Doutor http://lattes.cnpq.br/9297681530922931
48	Gláucio Roberto Brittes de Araújo	Doutor http://lattes.cnpq.br/8306670911698558
49	Guilherme de Souza Nucci	Doutor http://lattes.cnpq.br/5297178200312151
50	Guilherme Madeira Dezem	Doutor http://lattes.cnpq.br/4460911981658349
51	Gustavo Octaviano Diniz Junqueira	Doutor http://lattes.cnpq.br/2241598875750513
52	Hermann Herschander	Especialista http://lattes.cnpq.br/0176426517744558
53	Hugo Nigro Mazzilli – Professor	Emérito do CEA/ESMP http://lattes.cnpq.br/1211322717873137
54	Jaceguara Dantas da Silva Passos	Doutora http://lattes.cnpq.br/1362783950442635
55	Janaina Conceição Paschoal	Doutora http://lattes.cnpq.br/6834563203257592
56	João Cardoso Palma Filho	Doutor http://lattes.cnpq.br/6871865854491549
57	João Claudio Couceiro	Doutor http://lattes.cnpq.br/4506086886813191
58	João Santa Terra Júnior	Mestre http://lattes.cnpq.br/7300775963298288
59	Jorge Alberto de Oliveira Marum	Mestre http://lattes.cnpq.br/0727759875248986
60	José Carlos de Freitas	Especialista http://lattes.cnpq.br/7907600039104194
61	José Damião Pinheiro Machado Cogan	Mestre http://lattes.cnpq.br/8749201167448072
62	José Reinaldo Guimarães Carneiro	Mestre http://lattes.cnpq.br/5830637121519289
63	Juliana Trajano de Freitas Barão	Bacharel http://lattes.cnpq.br/5680149602301520

64	Juliano Augusto Dessimoni Vicente	Mestre http://lattes.cnpq.br/0433677923228145
65	Levy Emanuel Magno	Mestre http://lattes.cnpq.br/6827636610694462
66	Luiz Carlos dos Santos Gonçalves	Doutor http://lattes.cnpq.br/2048044869499630
67	Luiz Carlos Gonçalves Filho	Mestre http://lattes.cnpq.br/6674264075883062
68	Luís Paulo Sirvinskas	Doutor http://lattes.cnpq.br/5124353755710477
69	Luiz Antonio Castro de Miranda	Mestre http://lattes.cnpq.br/9671501608565212
70	Luiz Fernando Kazmierczak	Doutor http://lattes.cnpq.br/7437009978505769
71	Manoella Guz Tudisco	Mestre http://lattes.cnpq.br/3333124123209211
72	Marcelo Batlouni Mendroni	Doutor http://lattes.cnpq.br/6399326177050406
73	Marcelo Luiz Barone	Mestre http://lattes.cnpq.br/6064303923863562
74	Márcia Lorenço Monassi	Mestre Universidad Complutense de Madrid
75	Márcio Augusto Friggi de Carvalho	Doutor http://lattes.cnpq.br/4494625568243442
76	Marco Antonio Marques da Silva	Doutor http://lattes.cnpq.br/2445025628101321
77	Marco Antonio Ferreira Lima	Doutor http://lattes.cnpq.br/1200322062082912
78	Marcos Alexandre Coelho Zilli	Doutor http://lattes.cnpq.br/5059590355257675
79	Maria Gabriela Ahualli Steimberg	Doutora em Direito pela Universidade de Poitiers - França
80	Mário Coimbra	Doutor http://lattes.cnpq.br/1200941626735431
81	Mário Sérgio Sobrinho	Doutor http://lattes.cnpq.br/4496790248361131
82	Martha de Toledo Machado	Doutora http://lattes.cnpq.br/3758178112371453
83	Motauri Ciocchetti de Souza	Doutor http://lattes.cnpq.br/4622957431726044
84	Mylene Comploier	Doutora http://lattes.cnpq.br/5478141763937164
85	Olavo Evangelista Pezzotti	Mestre http://lattes.cnpq.br/6756887456479222
86	Oswaldo Santos Carvalho	Doutor http://lattes.cnpq.br/3892489684537356
87	Oswaldo Henrique Duek Marques	Doutor http://lattes.cnpq.br/8093780581314067
88	Paulo Cezar dos Passos	Mestre http://lattes.cnpq.br/3764947551770797
89	Pedro Henrique Dermercian	Doutor http://lattes.cnpq.br/9940268420406495

90	Pedro Ivo Gricoli Iokoi	Doutor http://lattes.cnpq.br/2282808581298399
91	Pedro de Jesus Juliotti	Doutor http://lattes.cnpq.br/2767213628962403
92	Pedro Wilson Bugarib	Mestre http://lattes.cnpq.br/3085623016916534
93	Rafael Dahne Strenger	Mestre http://lattes.cnpq.br/7391962194412619
94	Rafael de Oliveira Costa	Doutor http://lattes.cnpq.br/2236863695747684
95	Raul de Mello Franco Júnior	Doutor http://lattes.cnpq.br/6280280004463247
96	Renato Cordeiro Paoliello	Mestre http://lattes.cnpq.br/1322020996169907
97	Renato de Mello Jorge Silveira	Doutor http://lattes.cnpq.br/3198576899533844
98	Reynaldo Mapelli Júnior	Doutor http://lattes.cnpq.br/0689174932873818
99	Ricardo Prado Pires de Campos	Mestre http://lattes.cnpq.br/9217331903481490
100	Ricardo José Gasques de Almeida Silvaes	Mestre http://lattes.cnpq.br/6699330982342271
101	Richard Gantus Encinas	Especialista
102	Roberson Henrique Pozzobon	Doutor http://lattes.cnpq.br/5104036913681678
103	Roberto Barbosa Alves	Doutor http://lattes.cnpq.br/4197497682682199
104	Roberto Livianu	Doutor http://lattes.cnpq.br/0029046661990620
105	Rogério Luis Adolfo Cury	Mestre http://lattes.cnpq.br/4021017117088129
106	Rogério Sanches Cunha	Bacharel http://lattes.cnpq.br/7434466535859766
107	Rogério Schietti Machado Cruz	Doutor http://lattes.cnpq.br/3811845068168892
108	Silvia Chakian de Toledo Santos	Mestre http://lattes.cnpq.br/2132000464243526
109	Thamara Duarte Cunha Medeiros	Doutora http://lattes.cnpq.br/2393125588034252
110	Valéria Diez Scarance Fernandes	Doutora http://lattes.cnpq.br/7128785603427433
111	Valter Foletto Santin	Doutor http://lattes.cnpq.br/2477797238091284
112	Vicente Greco Filho	Doutor http://lattes.cnpq.br/1491696938723507
113	Victor Augusto Estevam Valente	Doutor http://lattes.cnpq.br/8799496302076691
114	Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez	Doutor http://lattes.cnpq.br/4898443307248464
115	Vinicius Gomes de Vasconcellos	Doutor http://lattes.cnpq.br/9628659956663949

116	Vidal Serrano Nunes Júnior	Doutor http://lattes.cnpq.br/9200066312423730
117	Vladimir Brega Filho	Doutor http://lattes.cnpq.br/9000467259519005
118	Walter Fanganiello Maierovitch	Especialista

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL

TITULAÇÃO ACADÊMICA	QUANTIDADE	%
DOUTOR	72	61,02%
MESTRE	35	29,66%
ESPECIALISTA	11	9,32%
TOTAL	118	100%

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

DOCENTE		TITULAÇÃO
1	Adriano Andrade de Souza	Doutor http://lattes.cnpq.br/9058095111256538
2	Alexandra Faccioli Martins	Mestre http://lattes.cnpq.br/5899831398099618
3	Alexandre Alberto de Azevedo Magalhães Júnior	Mestre http://lattes.cnpq.br/7353632286655513
4	Aline Jurca Zavaglia	Mestre http://lattes.cnpq.br/2638383106439471
5	Ana Maria Moreira Marchesan	Mestre http://lattes.cnpq.br/5285825227560977
6	André Luiz dos Santos	Mestre em Direito Constitucional
7	André Luiz Nogueira da Cunha	Mestre http://lattes.cnpq.br/9026707958599341
8	Angélica Ramos de Frias Sigollo	Mestre http://lattes.cnpq.br/0279031284087959
9	Annelise Monteiro Steigleder	Mestre http://lattes.cnpq.br/8786840668101249
10	Antonio Carlos Marcato	Livre-Docente http://lattes.cnpq.br/8060843039437564
11	Antonio Carlos Malheiros	Mestre http://lattes.cnpq.br/6219572792832339
12	Antonio Carlos Ozório Nunes	Mestre http://lattes.cnpq.br/0942273552882012
13	Arthur Antonio Tavares Moreira Barbosa	Mestre http://lattes.cnpq.br/8228673356563118
14	Beatriz Lopes de Oliveira	Mestre http://lattes.cnpq.br/5710648513348032
15	Carlos Alberto Pereira Leitão Júnior	Doutor http://lattes.cnpq.br/6448149810366697
16	Claudia Maria Beré	Mestre http://lattes.cnpq.br/6652891781305021
17	Cristina Godoy de Araújo Freitas	Mestre

		http://lattes.cnpq.br/6161651620769192
18	Daniela Campos Libório	Pós-Doutora http://lattes.cnpq.br/7582517839705764
19	Dauri de Paula Júnior	Graduado em Direito
20	Edgard Moreira da Silva	Mestre http://lattes.cnpq.br/0977846643157564
21	Edilson Vitorelli Diniz Lima	Pós-Doutor http://lattes.cnpq.br/0474429509959557
22	Eduardo Dias de Souza Ferreira	Doutor http://lattes.cnpq.br/8497057300721560
23	Eduardo Ferreira Valério	Graduado em Direito
24	Eduardo Francisco dos Santos Júnior	Mestre http://lattes.cnpq.br/9652881562053082
25	Érika Pucci da Costa Leal	Bacharel http://lattes.cnpq.br/3874715362581675
26	Ernani de Menezes Vilhena Júnior –	Especialista em Direito Constitucional
27	Eudes Quintino de Oliveira Júnior	Doutor http://lattes.cnpq.br/4228450684842533
28	Eurico Ferraresi	Doutor http://lattes.cnpq.br/2611130812295395
29	Evelise Pedroso Teixeira Prado Vieira	Mestre http://lattes.cnpq.br/4945940720901015
30	Fábio Ramazzini Bechara	Doutor http://lattes.cnpq.br/6852406985950434
31	Fábio Meneguelo Sakamoto	Mestre http://lattes.cnpq.br/2389982117699071
32	Fausto Junqueira de Paula	Mestre http://lattes.cnpq.br/4361023374507278
33	Felipe Chiarello de Souza Pinto	Doutor http://lattes.cnpq.br/9554142049617388
34	Filippe Augusto Vieira de Andrade	Mestre em Direito das Relações Sociais
35	Fernando Grella Vieira	Graduado em Direito
36	Fernando Reverendo Vidal Akaoui	Doutor http://lattes.cnpq.br/8706245600453310
37	Flávio Eduardo Turessi	Doutor http://lattes.cnpq.br/5898785179672242
38	Gianpaolo Poggio Smanio	Doutor http://lattes.cnpq.br/9297681530922931
39	Gilberto Nonaka	Mestre http://lattes.cnpq.br/3603527217589231
40	Giovanni Guido Cerri	Livre-Docente http://lattes.cnpq.br/6974715253258198
41	Giuliana Batista Pavanello	Especialista
42	Gregório Assagra de Almeida	Pós-Doutor http://lattes.cnpq.br/7779346375101280
43	Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro	Mestre http://lattes.cnpq.br/6687308419664444
44	Hérico William Alves Destéfani	Especialista http://lattes.cnpq.br/7649285884881606
45	Hugo Nigro Mazzilli	Professor Emérito do CEAFF/ESMP http://lattes.cnpq.br/1211322717873137

46	Ivan Carneiro Castanheiro	Mestre http://lattes.cnpq.br/5517841668310182
47	Joana Franklin de Araújo	Mestre http://lattes.cnpq.br/5678920943833155
48	Jorge Radi Junior	Doutor http://lattes.cnpq.br/5825275423367627
49	José Antonio Aparecido Júnior	Doutor http://lattes.cnpq.br/9645169834284731
50	José Antonio Remedio	Pós-Doutor http://lattes.cnpq.br/1121639468800540
51	José Carlos de Freitas	Especialista em Interesses Difusos e Coletivos
52	José Heitor dos Santos	Mestre em Direito
53	José Roberto dos Santos Bedaque	Livre-Docente http://lattes.cnpq.br/4882467055578030
54	José Roberto Rochel de Oliveira	Mestre http://lattes.cnpq.br/9543644920788698
55	Landolfo Andrade de Souza	Mestre http://lattes.cnpq.br/3279775070042128
56	Lélio Ferraz de Siqueira Neto	Especialista em Direito Penal
57	Letícia Antunes Tavares	Mestre http://lattes.cnpq.br/0896722342261817
58	Levy Emanuel Magno	Mestre http://lattes.cnpq.br/6827636610694462
59	Luis Fernando Rocha	Pós-Doutor http://lattes.cnpq.br/3371388805846013
60	Luiz Alberto David Araujo	Livre-Docente http://lattes.cnpq.br/9804775062781884
61	Luiz Antônio de Souza	Doutor http://lattes.cnpq.br/8150771674154213
62	Luiz Antonio Miguel Ferreira	Mestre http://lattes.cnpq.br/6148761454870458
63	Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos	Livre-Docente http://lattes.cnpq.br/4283912834478902
64	Marcelo Pedroso Goulart	Mestre http://lattes.cnpq.br/3612730067834927
65	Marcelo Sciorilli	Doutor http://lattes.cnpq.br/8905091372571498
66	Márcio Cammarosano	Doutor http://lattes.cnpq.br/6431640845277526
67	Márcio Fernando Elias Rosa	Doutor http://lattes.cnpq.br/5331060286064587
68	Marco Antonio Zanelatto	Doutor e Mestre em Direito Civil
69	Marcos Paulo de Souza Miranda	Especialista http://lattes.cnpq.br/9516750160832445
70	Marcos Stefani	Doutor http://lattes.cnpq.br/4631938049873342
71	Mario Coimbra	Doutor http://lattes.cnpq.br/1200941626735431
72	Martha de Toledo Machado	Doutora http://lattes.cnpq.br/3758178112371453
73	Melina Ferracini de Moraes	Doutora

		http://lattes.cnpq.br/5006130593125428
74	Motauri Ciocchetti de Souza	Doutor http://lattes.cnpq.br/4622957431726044
75	Nelson Nery Júnior	Livre-Docente http://lattes.cnpq.br/9500090190732995
76	Nilo Spinola Salgado Filho	Mestre http://lattes.cnpq.br/4769928958656527
77	Patrícia Faga Iglecias Lemos	Livre-Docente http://lattes.cnpq.br/4040415451574370
78	Pedro Bellentani Quintino de Oliveira	Mestre http://lattes.cnpq.br/0906775471003427
79	Rafael de Oliveira Costa	Doutor http://lattes.cnpq.br/4793246077898855
80	Ramiro Nóbrega Sant'Ana	Doutor http://lattes.cnpq.br/6133353487714403
81	Reynaldo Mapelli Junior	Doutor http://lattes.cnpq.br/0689174932873818
82	Ricardo de Barros Leonel	Livre-Docente http://lattes.cnpq.br/7161239483817648
83	Ricardo Manuel Castro	Especialista em Direito Penal e Criminologia
84	Robson Alves Ribeiro	Especialista http://lattes.cnpq.br/9918345218056177
85	Rodolfo de Camargo Mancuso	Livre-Docente http://lattes.cnpq.br/1452124318182176
86	Rodrigo de Andrade Figaro Caldeira	Mestre http://lattes.cnpq.br/5733257264527446
87	Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer	Doutor http://lattes.cnpq.br/0216387809692964
88	Roberto Barbosa Alves	Doutor http://lattes.cnpq.br/4197497682682199
89	Ronaldo Porto Macedo Júnior	Doutor http://lattes.cnpq.br/7211343265073949
90	Ruymar de Lima Nucci	Mestre http://lattes.cnpq.br/5464533727665058
91	Sandra Lucia Garcia Massud	Mestre http://lattes.cnpq.br/5887912891747765
92	Sérgio Seiji Shimura	Livre-Docente http://lattes.cnpq.br/0426275034329432
93	Sérgio Turra Sobrane	Doutor http://lattes.cnpq.br/4825253264423316
94	Silvia Chakian de Toledo Santos	Mestre http://lattes.cnpq.br/2132000464243526
95	Silvio Antonio Marques	Doutor http://lattes.cnpq.br/5260146100426274
96	Susana Henriques da Costa	Doutora http://lattes.cnpq.br/8381569332022183
97	Tatiana Barreto Serra	Mestre http://lattes.cnpq.br/1535026366022829
98	Valter Kenji Ishida	Pós-Doutor http://lattes.cnpq.br/1653769359120021
99	Vidal Serrano Nunes Júnior	Livre-Docente

		http://lattes.cnpq.br/9200066312423730
100	Vladimir Brega Filho	Doutor http://lattes.cnpq.br/9000467259519005
101	Wallace Paiva Martins Júnior	Doutor http://lattes.cnpq.br/2125396115714706

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

TITULAÇÃO ACADÊMICA	QUANTIDADE	%
DOUTOR	50	49,51%
MESTRE	38	37,62%
ESPECIALISTA	13	12,87%
TOTAL	101	100%

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DOCENTE		TITULAÇÃO
1	Alberto Camiña Moreira	Doutor http://lattes.cnpq.br/5146696684893050
2	Alexandre Alberto de Azevedo Magalhães Júnior	Mestre http://lattes.cnpq.br/7353632286655513
3	Alexandre Alves Lazzarini	Mestre http://lattes.cnpq.br/7354481881829985
4	Alexandre David Malfatti	Doutor http://lattes.cnpq.br/9451026739942216
5	Ana Luiza Barreto De Andrade Fernandes Nery	Doutora http://lattes.cnpq.br/4599984468177276
6	Ana Cândida Menezes Marcato	Mestre http://Lattes.Cnpq.Br/9816024068533887
7	Angélica Ramos de Frias Sigollo	Mestre http://lattes.cnpq.br/0279031284087959
8	Anselmo Prieto Alvarez	Pós-Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/7855142507591870
9	Antonio Carlos Marcato	Livre-Docente http://Lattes.Cnpq.Br/8060843039437564
10	Antonio Rigolin	Especialista
11	Araken De Assis	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/7175793500123806
12	Arlete Inês Aurelli	Doutora http://lattes.cnpq.br/1461564744966304
13	Arthur Antonio Tavares Moreira Barbosa	Doutor http://lattes.cnpq.br/8228673356563118
14	Beatriz Salles Ferreira Leite	Mestre http://lattes.cnpq.br/1279898177610871
15	Camila Chagas Saad Vasconcellos	Mestre http://lattes.cnpq.br/3629274309593499
16	Camilo Zufelato	Doutor http://lattes.cnpq.br/3975939347414439
17	Carlos Alberto De Salles	Livre-Docente

		http://Lattes.Cnpq.Br/0824200021877632
18	Cassio Scarpinella Bueno	Livre-Docente http://Lattes.Cnpq.Br/9469392796850504
19	Christiano Cassettari	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/4780500978951504
20	Claudia Aparecida Cimardi	Doutora http://lattes.cnpq.br/1371574020051127
21	Claudia Elisabete Schwerz	Doutora http://lattes.cnpq.br/4331778552300866
22	Claudio Cintra Zarif	Mestre http://lattes.cnpq.br/4180167741308680
23	Cláudio Luiz Bueno De Godoy	Livre-Docente http://Lattes.Cnpq.Br/1415976105445242
24	Cristiane Druve Tavares Fagundes	Doutora http://lattes.cnpq.br/2363425401943440
25	Cristiano Pereira Moraes Garcia	Doutor http://lattes.cnpq.br/3902563823568671
26	Daniela Monteiro Gabbay	Doutora http://lattes.cnpq.br/4676000874573605
27	Daniel Brajal Veiga	Mestre http://lattes.cnpq.br/3025493237640451
28	Daniel Penteado de Castro	Doutor http://lattes.cnpq.br/5210502506111810
29	Debora Inês Kram Baumohl Zatz	Especialista
30	Débora Moretti Fumach	Mestre http://lattes.cnpq.br/638535458519070
31	Denis Donoso	Mestre http://lattes.cnpq.br/5839198269451035
32	Edilson Vitorelli Diniz Lima	Pós-Doutor http://lattes.cnpq.br/0474429509959557
33	Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/8576414745812691
34	Eduardo Francisco dos Santos Junior	Mestre http://lattes.cnpq.br/9652881562053082
35	Eurico Ferraresi	Doutor http://lattes.cnpq.br/2611130812295395
36	Felipe Augusto de Toledo Moreira	Mestre http://lattes.cnpq.br/1263370676025732
37	Felipe Bragantini de Lima	Mestre http://lattes.cnpq.br/6574510967602459
38	Felipe Chiarello De Souza Pinto	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/9554142049617388
39	Fernanda Tartuce Silva	Doutora http://lattes.cnpq.br/7650036747702820
40	Fernando Da Fonseca Gajardoni	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/3573119844737941
41	Flávio Luiz Yarshell	Livre-Docente http://Lattes.Cnpq.Br/5701058418861895
42	Francisco Eduardo Loureiro	Mestre http://Lattes.Cnpq.Br/1407391975887922
43	Gianpaolo Poggio Smanio	Doutor

		http://Lattes.Cnpq.Br/9297681530922931
44	Gilberto Carlos Maistro Junior	Mestre http://lattes.cnpq.br/7375507449809954
45	Gilson Delgado Miranda	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/0984986751289921
46	Giuliana Batista Pavanello	Especialista
47	Gláucia Mara Coelho	Doutora http://lattes.cnpq.br/9737004394037635
48	Heitor Vitor Mendonça Sica	Livre-Docente http://lattes.cnpq.br/3801088449482436
49	Helena Najjar Abdo	Doutora http://lattes.cnpq.br/2108616179074572
50	Henrique De Almeida Ávila	Mestre http://Lattes.Cnpq.Br/4385694448944925
51	Horival Marques De Freitas	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/9569076807419841
52	Hugo Nigro Mazzilli	Professor Emérito do CEAF/ESMP http://lattes.cnpq.br/1211322717873137
53	Indira Chelini e Silva Pietoso	Mestre http://lattes.cnpq.br/5563912275828113
54	James Alberto Siano	Mestre http://Lattes.Cnpq.Br/6511815707614732
55	João Eberhardt Francisco	Doutor http://lattes.cnpq.br/1015094215141169
56	Jorge Águedo de Jesus Peres de Oliveira Filho	Doutor http://lattes.cnpq.br/7174586726314087
57	José Antonio Remédio	Pós-Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/1121639468800540
58	José Carlos De Freitas	Especialista http://Lattes.Cnpq.Br/7907600039104194
59	José Fernando Steinberg	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/5790113927015673
60	José Fernando Vidal de Souza	Pós-Doutor http://lattes.cnpq.br/3599192657351076
61	José Horácio Cintra Gonçalves Pereira	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/7675120829442519
62	José Luiz Parra Pereira	Mestre http://lattes.cnpq.br/3383654978755014
63	José Maria Câmara Júnior	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/3957153317382663
64	José Roberto dos Santos Bedaque	Livre-Docente http://Lattes.Cnpq.Br/4882467055578030
65	José Rogerio Cruz E Tucci	Livre-Docente http://Lattes.Cnpq.Br/7505302195986589
66	Júlio César Guzzi dos Santos	Mestre http://lattes.cnpq.br/5009665149080762
67	Leonardo Ferres Da Silva Ribeiro	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/0502400537119825
68	Leonardo Roberti Urioste	Mestre http://lattes.cnpq.br/9723225775063532
69	Lia Carolina Batista	Doutora

		http://lattes.cnpq.br/1525493708946304
70	Luis Eduardo Simardi Fernandes	Mestre http://Lattes.Cnpq.Br/3477451860563294
71	Luiz Antônio de Souza	Doutor http://lattes.cnpq.br/8150771674154213
72	Luiz Guilherme Pennacchi Dellore	Pós-Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/1384262584275717
73	Luiz Sérgio de Souza Rizzi	Mestre http://lattes.cnpq.br/2446719495695128
74	Marcelo José Magalhães Bonizzi	Pós-Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/9657582608366375
75	Marcelo De Oliveira Fausto Figueiredo Santos	Livre-Docente http://Lattes.Cnpq.Br/4283912834478902
76	Márcio Cammarosano	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/6431640845277526
77	Marcos Stefani	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/4631938049873342
78	Marcus Vinícius Kiyoshi Onodera	Doutor http://lattes.cnpq.br/8527480604555089
79	Marcus Vinícius Rios Gonçalves	Mestre
80	Maria Cecília de Araújo Asperti	Doutora http://lattes.cnpq.br/2747366362565297
81	Mauro Gabriel Júnior	Mestre http://lattes.cnpq.br/7819470785752804
82	Nelson Nery Junior	Livre-Docente http://Lattes.Cnpq.Br/9500090190732995
83	Olavo De Oliveira Neto	Livre-Docente http://Lattes.Cnpq.Br/1787839156157448
84	Oswaldo Peregrina Rodrigues	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/4853414754033726
85	Patricia Miranda Pizzol	Livre-Docente http://Lattes.Cnpq.Br/0563787911077447
86	Rafael De Oliveira Costa	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/2236863695747684
87	Reynaldo Mapelli Júnior	Doutor http://lattes.cnpq.br/0689174932873818
88	Ricardo De Barros Leonel	Livre-Docente http://Lattes.Cnpq.Br/7161239483817648
89	Ricardo de Carvalho Aprigliano	Doutor http://lattes.cnpq.br/1040992997542531
90	Richard Paulo Pae Kim	Pós-Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/6428673396519957
91	Robson Alves Ribeiro	Especialista http://lattes.cnpq.br/9918345218056177
92	Rodrigo Otávio Barioni	Doutor http://Lattes.Cnpq.Br/8626618355528476
93	Samyra Haydee Dal Farra Napolini Sanches	Doutora http://Lattes.Cnpq.Br/4529730931640744
94	Saul Simões Júnior	Especialista http://Lattes.Cnpq.Br/3009401498472829
95	Sergio Seiji Shimura	Livre-Docente

		http://Lattes.Cnpq.Br/0426275034329432
96	Susana Henriques da Costa	Pós-Doutora http://lattes.cnpq.br/8381569332022183
97	Teresa Celina De Arruda Alvim	Livre-Docente http://Lattes.Cnpq.Br/2042349916662446
98	Thiago Rodovalho dos Santos	Doutor http://lattes.cnpq.br/5142974418646979
99	Walter Godoy dos Santos Júnior	Doutor http://lattes.cnpq.br/9680039909480173
100	William Santos Ferreira	Doutor http://lattes.cnpq.br/5513373440133954

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TITULAÇÃO ACADÊMICA	QUANTIDADE	%
DOUTOR	68	68%
MESTRE	25	25%
ESPECIALISTA	07	7%
TOTAL	100	100%

3.2 Corpo Discente: Formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas)

A grande maioria dos cursos e eventos oferecidos pelo CEAF-ESMP são de acesso livre a integrantes do Ministério Público e ao público externo, com exceção daqueles voltados para a capacitação profissional de integrantes do MP, como por exemplo o Curso de Adaptação dos Novos Promotores de Justiça, oferecido para os ingressantes na carreira do Ministério Público após passarem no concurso público. Assim sendo, o corpo discente do CEAF-ESMP é constituído por todos/as aqueles/as que usufruem das ações educacionais ofertadas pela instituição – comunidade, servidores/as e membros/as do MP.

Aos alunos das Especializações, a Escola oferece a orientação metodológica para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, com o oferecimento de plantão de dúvidas presencialmente, via e-mail ou por telefone.

Nos Cursos de Especialização, as vagas são em número de 70, sendo que 20 delas são com bolsa de 100%, estas preferencialmente destinadas a

integrantes do MP, mas que podem ser oferecidas ao público externo caso não sejam preenchidas.

Nos Cursos de Extensão, as vagas variam conforme a natureza do Curso, sendo esses oferecidos com bolsa de 100% para todos os cursantes, reservadas 50% das vagas para integrantes do MP.

Como os Cursos em EAD possuem como objetivo principal a capacitação de integrantes do MP, membros e servidores, esses são com bolsa de 100% para este público interno, sendo pago pelo público externo. As vagas variam conforme a natureza do Curso.

Nos casos dos eventos, como Palestras, Congressos, Minicursos e outros, esses são totalmente gratuitos para o público interno e externo.

O CEAF-ESMP possui vários meios e canais de comunicação e atendimento ao corpo discente. Os/as discentes podem solicitar informações e documentos por meio da central telefônica e dos e-mails constantemente monitorados pelas áreas correlatas do CEAF-ESMP.

Quanto à disponibilização de informações, o portal do CEAF-ESMP na internet é a principal porta pela qual o corpo acadêmico é informado sobre as atividades da Escola. Nesse sítio, o/a discente encontra, intuitivamente, informações sobre os cursos. Esse espaço apresenta as principais informações relacionadas às atividades acadêmicas do ano letivo, os editais de cada curso e as regras de seleção. Além do acesso virtual a informações e atendimento de pleitos, o/a discente conta com postos de atendimento físicos tanto na sede em São Paulo quanto nos polos regionais, com funcionamento diuturno.

Quanto ao Acompanhamento do egresso o CEAF-ESMP possui dois instrumentos: a Avaliação Institucional, a cargo da CPA, por meio da qual é possível identificar se e como a atividade acadêmica contribuiu para o desempenho profissional pós-treinamento do discente; e o mailing institucional, que oferece a todos os egressos os Cursos e Eventos do CEAF-ESMP.

3.3 Corpo técnico/administrativo – estruturação, políticas de qualificação, plano de carreira e/ou cargos e salários e cronograma de expansão

Os órgãos de apoio do CEAF-ESMP, bem como as suas atribuições encontram-se previstos no Título III, Capítulo II do seu Regimento Interno, sendo vinculados diretamente à Diretoria. São compostos pelos seguintes Servidores do MP:

DIRETORA DE ÁREA DO MP (COORDENADORA DE GESTÃO, PROJETOS E EVENTOS)

Adriane Bartholo de Almeida Sader

ADMINISTRATIVO/EVENTOS

Cristina Hellu Neves Cruz

Erika Sola

Izabel Cristina do Prado Passos Furugem

Karen Otília Bellido Rios

Maria Emília Mendes Arêas

Ricardo Ferreira Riguengo

APOIO JURÍDICO

Renato de Souza Marques Craveiro

AUDIOVISUAL

Filipe Tamioso Marvulo

Leila Rodrigues Braga

Vinicius de Oliveira Moraes

Vivian Stychnicki

COMUNICAÇÃO

Aline Riera Pedreiras

Cintya Eimy Kato

Daniela Toledo Saldanha

Fernando Bocalari

ENSINO A DISTÂNCIA

Izilda Maria Nardocci

Vera Lucia Gonçalves Barbosa

FINANCEIRO

Charles Massami Kumahara

Juliana Queiroz de Castro

Luciana de Almeida Leite

Sueli Sayuri Miura

INFORMÁTICA

Alexander Augusto Ribeiro

Patrícia Ferrão Neves

PESQUISA ACADÊMICA

Ticiane Lorena Natale

PÓS-GRADUAÇÃO

Giuliane Aihara

Samyra Haydee Dal Farra Napolini

Silvana Marli Renda dos Santos

TRANSPORTE

Antonio Norberto Coelho da Assunção

Dirceu Luiz Gonzaga

Halder Augusto Chia

Renato da Silveira

O Plano de Cargos e das Carreiras dos Servidores do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo foi pela LEI COMPLEMENTAR Nº 1.118, DE 01 DE JUNHO DE 2010 e se destina a organizar os cargos em carreiras, com fundamento nos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública e consoante as diretrizes de:

I - qualidade e produtividade dos serviços públicos prestados pelo Ministério Público;

II - economicidade;

III - valorização do servidor;

IV - qualificação profissional;

V - progressão na carreira, fundada na avaliação de desempenho e de produtividade;

VI - vencimentos compatíveis com a natureza e complexidade das atribuições e qualificação do servidor.

Conforme estabelecido pelo Artigo 14 da referida Lei Complementar a movimentação vertical do servidor na carreira, após o aproveitamento no estágio probatório, ocorrerá mediante progressão e promoção funcional, sendo a progressão funcional a movimentação do servidor de uma referência para a imediatamente superior, dentro de uma mesma classe e a promoção funcional a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, tudo conforme os requisitos previstos na Lei.

Em seu artigo 18 a Lei Complementar instituiu a Comissão Permanente de Evolução Funcional, a qual caberá, dentre outras atribuições:

I - propor, efetuar e acompanhar o processamento do estágio probatório e da avaliação formal de desempenho dos servidores das carreiras do Ministério Público do Estado de São Paulo;

II - sugerir a elaboração de procedimentos anuais referentes à progressão e promoção funcional e, quando assim decidido pelo Procurador-Geral de Justiça, realizá-los;

III - auxiliar no estudo, implantação e oferecimento dos cursos de aperfeiçoamento funcional do Programa Permanente de Capacitação dos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo, podendo, mediante autorização expressa do Procurador-Geral de Justiça, organizá-los;

IV - estudar e sugerir, de acordo com as necessidades de racionalização e melhoria dos métodos de trabalho, a implementação de alterações e reestruturações administrativas.

CAPÍTULO 4 - INFRAESTRUTURA

4.1 Infraestrutura

O CEAF- ESMP está localizado no 5º andar do prédio do Ministério Público do Estado de São Paulo, na Rua Riachuelo número 115, no Centro da Capital paulista. No total, são exclusivos do CEAF- ESMP, 530,50m² de ÁREA

ÚTIL, permitindo o confortável oferecimento de atividades acadêmicas a membros e servidores do Ministério Público e à sociedade civil.

O CEAF- ESMP conta com modernas instalações, com recursos físicos e tecnológicos que favorecem o processo de ensino-aprendizagem e com estúdios de gravações próprios, que permitem a produção de conteúdo audiovisual, reduzindo custos de contratação de empresas e locação de espaços.

O prédio possui duas salas de aula de 135,76m² uma com 60 e outra com 40 lugares, todas de acordo com a legislação de acessibilidade, dotadas de: cabines de som; cadeiras ergonômicas com pranchetas flexíveis para canhotos e destros e também para obesos; mesas de professores; aparelhos de ar-condicionado; lousa digital e persianas nas janelas. Cada sala de aula contém quatro TVs de 60 polegadas, um microfone bastão, um microfone de lapela, um computador e sistema de som completo.

Para a direção do CEAF- ESMP, o prédio conta com 1 sala de 28,66m² para a Diretoria e uma sala de 43,24m² para as assessorias/coordenações de cursos. Também conta com uma sala de 22,05m² para os professores.

Para os setores de apoio o CEAF- ESMP possui uma sala de 62,76m² para a Secretaria, uma sala de 21,20m² para o setor Financeiro, uma sala de 73,91m² para o setor de Comunicação e Áudio Visual e uma sala de 36,69m² para o setor Administrativo e de Eventos.

São ainda 2 estúdios de gravações, um de 23,46m² para as atividades de EAD e um de 14,49m² para as gravações do podcast. Ambos totalmente equipados com aparelhos necessários para as gravações.

O CEAF- ESMP conta ainda com uma sala de Recepção/Espera de 18,90m², uma sala de Informática de 28,29m² e seis sanitários, sendo dois deles acessíveis.

As instalações do atual edifício-sede contam com três auditórios, cuja capacidade é de 254 lugares (Auditório Queiroz Filho), de 58 lugares (Auditório Tilene Almeida de Moraes) e de 52 lugares (Auditório Luis Felipe França).

O Auditório Queiroz Filho está equipado com duas telas de 119 polegadas para projeção, três TVs de 60 polegadas, cinco microfones de mesa, dois microfones bastão, dois microfones de lapela e um computador com sistema de som completo. Possui recepção, banheiros acessíveis e sala vip.

Os Auditórios Tilene Almeida de Moraes e Luis Felipe França contam com tela de projeção móvel com regulagem de tamanho, TVs de 60 polegadas, microfones e computador com sistema de som completo.

Em todos os Auditórios há lugares para cadeirantes e cadeiras para obesos. O acesso se dá por rampas e elevadores.

A Biblioteca do CEAFF- ESMP tem a missão de oferecer e disseminar o suporte bibliográfico à complementação dos estudos e trabalhos acadêmicos de docentes e discentes da instituição, bem como suprir as necessidades informacionais dos integrantes do MP/SP para o bom desempenho de suas atividades técnicas e administrativas.

A biblioteca oferece aos usuários, dentre outros, os seguintes serviços e produtos:

- I – atendimento e orientação para pesquisa e levantamento bibliográfico;
- II – pesquisa de legislação, jurisprudência e doutrina pelos bancos de dados disponíveis;
- III – empréstimo, restrito: a) aos membros, servidores e estagiários do Ministério Público; b) aos alunos e docentes da Escola Superior do Ministério Público; c) às bibliotecas de outros órgãos ou entidades.
- IV – intercâmbio entre bibliotecas;
- V – reprodução de material;
- VI – divulgação de livros e artigos de periódicos pelo informativo jurídico-corrente;
- VII – acesso ao catálogo virtual através de terminais de consulta e de meios eletrônicos ou cibernéticos.

O espaço está aberto ao público de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h, e conta com 6 mesas para estudo individual, sala para estudo em grupo, acesso à internet, 04 estações de consulta às plataformas digitais, leitor de tela e teclado ampliado para deficientes visuais e algumas obras em Braille.

Todo o conteúdo digital pode ser consultado pela internet e é livre para acesso e uso por todos os visitantes leitores.

Qualquer obra pode ser consultada in loco. Obras raras, obras de referência, coleção especial e periódicos não são emprestados, tudo o mais pode ser emprestado.

A Biblioteca da sede tem em seu quadro de colaboradores 9 (nove) servidores, sendo 4 (quatro) bibliotecários, um Chefe, um Subchefe e estagiários.

As bibliografias de todos os cursos de pós-graduação e os Trabalhos de Conclusão dos Cursos (TCCs) estão disponíveis no acervo físico ou digital da biblioteca. Todos são pesquisáveis por meio do sistema de automação de bibliotecas disponível no site da Biblioteca. O acervo físico é composto por livros, periódicos, folhetos, Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) e obras em Braille, assim distribuídos:

- 1.224 anais de Evento
- 911 folhetos
- 20.642 livros
- 48 normas técnicas
- 429 obras raras
- 1.345 ebooks
- 439 teses/dissertações/TCCs
- 94 documentos eletrônicos
- 311 obras de referência
- 99 CDs/DVDs
- 615 coleções de periódicos
- 1 coleção especial com 3816 itens que pertenceu ao Dr. José Jesus Cazetta Júnior

Além disso, a Escola assina a base de dados vLex Global, que oferece atualmente 8.408 títulos digitais de livros e revistas, sem limites de acesso por usuário, além de toda a jurisprudência e legislação nacional e internacional.

Para incrementar seu acervo impresso, a Biblioteca faz parte das seguintes Plataformas digitais:

- Minha Biblioteca (ebooks): 4.346
- Revista dos Tribunais (ebooks): 1.931
- Revista dos Tribunais (periódicos): 40 coleções
- VLex (ebooks): 1.867
- D'Plácido (ebooks): 711

- Lex Magister (periódicos): 14 coleções
- TARGET GEDWEB (normas técnicas): 502.767

Ressalte-se que as temáticas das obras disponíveis nos acervos físico e digital da Biblioteca são majoritariamente jurídicas. No entanto, temas das áreas de Sociologia, Filosofia, História, Educação, Administração, Economia, Psicologia, Informática, entre outras, compõem também o acervo da instituição, de modo a atender outros profissionais do quadro do MP/SP e incentivar a interdisciplinaridade nas atividades acadêmicas.

A maioria dos ambientes recebe luz natural e, devido aos espaços abertos no interior do edifício, há circulação do ar nas áreas comuns.

4.2 Adequação da infraestrutura para o atendimento a pessoas com deficiência

O CEAF–ESMP obedece às políticas de inclusão estabelecidas pelo sistema educacional e as leis que determinam normas gerais e critérios básicos para a promoção da inclusão de pessoa com deficiência. Não se trata somente da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mas também de organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade em diversos formatos – arquitetônico, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, nas comunicações.

O acesso às suas instalações pode se dar por rampas ou elevadores com sinalização em braile. Em todos os andares do prédio encontram-se placas de orientação espacial em braile. Possui em suas instalações dois banheiros acessíveis, lugares nas salas de aula para cadeirantes e carteiras para pessoas obesas. Também no auditório há rampas de acesso, lugares para cadeirantes e banheiros acessíveis.

Os cursos e eventos a distância são oferecidos com legendas para garantir o acesso de pessoas com deficiência auditiva.

O CEAF–ESMP busca cada vez mais promover ações que garantam o acesso, a democratização e a equidade na participação, bem como a

permanência cada vez maior de pessoas com deficiência em todas as suas atividades. Inclusive, por meio de vários de seus cursos atua no combate às discriminações presentes e ocultas na instituição e em toda a sociedade.

CAPÍTULO 5 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1 Objetivos e Metas (Descrição dos objetivos e quantificação das metas com cronograma)

Segundo a literatura pertinente, o planejamento estratégico auxilia na definição de objetivos e das metas para alcançar esses objetivos, por isso, configura-se em uma parte crucial do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Conforme já exposto acima, segundo o artigo 53 da Lei Orgânica do Ministério Público de São Paulo – LOEMP – Lei 734 de 1993, o CEAF–ESMP visa ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.

Baseado nesta missão, o CEAF–ESMP tem desenvolvido suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, já descritas neste PDI e é a partir dela que estabelece neste item os objetivos e metas para o próximo quinquênio (2024 – 2028).

Neste sentido, considerar-se-á “objetivo” como a finalidade da ação, a definição específica e geral sobre o que se deseja com um projeto, orientando todas as tomadas de decisão.

Por sua vez, considerar-se-á como “meta” a trajetória para chegar ao objetivo, são estratégias para o desenvolvimento de um projeto. O foco no objetivo leva à definição de metas, o que, portanto, exige um planejamento.

Buscando dar um passo a diante do que já se desenvolve no CEAF-ESMP, este PDI visa consolidá-lo enquanto instituição acadêmica e científica que produz e democratiza o conhecimento sempre com vistas ao aprimoramento de sua missão.

Assim, estabelece-se a seguir objetivos e metas para os eixos de ensino, pesquisa e extensão, bem como para a Gestão do CEAF-ESMP metas para o próximo quinquênio (2024 – 2028).

ENSINO

Capacitar membros e servidores para uma atuação profissional competente e responsável socialmente no contexto contemporâneo.

Objetivo 1: Consolidar o Programa Permanente de Pós-Graduação Lato Sensu Presencial

Metas

- Sistematizar e viabilizar a oferta permanente de turmas.
- Ampliar o número de cursos ofertados, mantendo os cursos tradicionais e criando novos de temas contemporâneos.
- Consolidar a avaliação dos processos acadêmicos que garantam a qualidade pedagógica dos cursos.
- Garantir que os TCCs tenham qualidade científica, impacto institucional e social.

Objetivo 2: Criar o Programa Permanente de Pós-Graduação Lato Sensu em EaD

Metas

- Elaborar os instrumentos necessários para o protocolo do pedido de autorização de oferta de Cursos em EaD junto ao MEC.
- Protocolar o pedido de autorização de oferta de Cursos em EaD junto ao MEC ainda em 2023.
- Acompanhar o pedido de autorização de oferta de Cursos em EaD junto ao MEC e realizar as diligências que se fizerem necessárias.

- Oferecer os cursos tradicionais para atuação de membros e servidores do MP e criar novos Cursos de temas contemporâneos.

Objetivo 3: Consolidar a oferta dos Cursos em EaD

Metas

- Sistematizar e viabilizar a oferta permanente de turmas de Cursos em EaD
- Ampliar o número de cursos ofertados, mantendo os cursos tradicionais e criando novos de temas contemporâneos.
- Consolidar a avaliação dos processos acadêmicos que garantam a qualidade pedagógica dos cursos em EaD.

Objetivo 4: Criar o Programa de Mestrado Profissional

Metas

- Elaborar os instrumentos necessários para o protocolo do pedido de autorização de oferta de Programa de Mestrado Profissional – APCN junto à Capes.
- Protocolar o pedido de autorização de oferta de Programa de Mestrado Profissional – APCN junto à Capes ainda em 2023.
- Acompanhar o pedido de autorização de oferta de Programa de Mestrado Profissional – APCN junto à Capes e realizar as diligências que se fizerem necessárias.
- Implantar o Programa de Mestrado Profissional – APCN com suas linhas de pesquisa e grupos de pesquisa correspondentes.

Objetivo 5: Incrementar a formação continuada de docentes

Metas

- Desenvolver programa de formação de docentes.
- Oferecer Cursos de Didática e Metodologia de Ensino aos docentes.
- Inserir metodologias ativas nas atividades de ensino.

Objetivo 6: Promover a equidade de gênero e raça na composição do corpo docente

Metas

- Calcular a distribuição de gênero e raça nas diversas categorias que participam do processo acadêmico.
- Rever o processo de seleção e contratação do corpo docente para garantir a equidade de gênero e raça.
- Instituir critérios no processo de seleção do corpo docente para garantir a equidade de gênero e raça

Objetivo 7: Ampliar a inserção social e intercâmbio dos Cursos de Pós-Graduação e EaD do CEAF-ESMP

Metas

- Aumentar o número de docentes com atuação social relevante
- Prever, nos planos de ação elaborados com as instituições parceiras, formas de intercâmbio de docentes para atuação em atividades de ensino.
- Promover consulta à sociedade civil para construção do planejamento acadêmico
- Participar de redes de atuação entre órgãos, instituições e escolas de governo.
- Estabelecer acordos de cooperação com órgãos, instituições e escolas de governo.

PESQUISA

Produzir conhecimentos necessários para formação de membros e servidores com atuação profissional competente e responsável socialmente no contexto contemporâneo.

Objetivo 1: Consolidar grupos de pesquisa alinhados com as linhas de pesquisa do Mestrado Profissional do CEAF-ESMP

Metas

- Aumentar o número de docentes com atuação nos grupos de pesquisa.
- Estabelecer, no processo de seleção de docentes critério de preferência por profissionais que já tenham experiência com pesquisa.
- Prever formação continuada de membros e servidores em metodologias de pesquisa.
- Garantir que os projetos de pesquisas versem sobre temas relacionados às linhas de pesquisa do Mestrado Profissional.
- Garantir que os projetos de pesquisas objetivem alcançar impacto social e institucional.

Objetivo 2: Consolidar uma política editorial que qualifique o CEAF-ESMP como produtora de conhecimento técnico-científico

Metas

- Aprimorar a Revista do CEAF-ESMP, buscando alcançar a classificação Qualis/CAPES A1 Estabelecer estratégias de atratividade de artigos científicos.
- Incentivar publicação de artigos que versem sobre temas relacionados às linhas de pesquisa do Mestrado Profissional.
- Aquisição do DOI para que a revista seja incluída em novos repositórios nacionais e internacionais.

Objetivo 3: Formar redes nacionais e internacionais de pesquisa vinculadas aos Grupos de Pesquisa

Metas

- Celebrar acordos e convênios de cooperação com entidades órgãos, instituições e escolas de governo nacionais de pesquisa e Programas de Pós-graduação Stricto Sensu que versem sobre temas relacionados às

linhas de pesquisa do Mestrado Profissional e dos Grupos de Pesquisa do CEAF-ESMP.

- Celebrar acordos e convênios de cooperação com entidades órgãos, instituições e escolas de governo internacionais de pesquisa e Programas de Pós-graduação Stricto Sensu que versem sobre temas relacionados às linhas de pesquisa do Mestrado Profissional e dos Grupos de Pesquisa do CEAF-ESMP.
- Incentivar intercâmbio de pesquisadores entre conveniados para atividades de pesquisa.

Objetivo 4: Apoiar a apresentação de trabalhos de pesquisa em eventos nacionais e internacionais de excelência

Metas

- Realizar eventos de pesquisa nacionais e internacionais.
- Desenvolver programa de apoio à participação de docentes em eventos nacionais e internacionais.

EXTENSÃO

Fomentar o diálogo interinstitucional e social sobre temas relevantes à atuação do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito

Objetivo 1: Aprimorar e modernizar a oferta de Cursos de extensão dedicados a temas relevantes à atuação do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito

Metas

- Ampliar o número de Cursos de Extensão relevantes à atuação do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito.

Objetivo 2: Aprimorar e modernizar a realização de Eventos dedicados a temas relevantes à atuação do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito

Metas

- Ampliar o número de eventos relevantes à atuação do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito.
- Aprimorar a sistemática de realização dos eventos mediante um sistema que ao gerar a lista de inscritos gere também etiquetas com um código de barras integrados ao software, identificando cada inscrito de forma instantânea e, concomitantemente computando a frequência necessária para a obtenção de seu certificado.

Objetivo 3: Planejar as atividades de extensão em consonância com as necessidades da comunidade

Metas

- Promover consulta à sociedade civil para o planejamento das atividades de extensão.
- Garantir que o planejamento das atividades de extensão, em âmbito local e regional, valorize as especificidades culturais.
- Buscar parcerias locais regionais para o desenvolvimento de atividades de extensão.
- Buscar a participação de organismos e instituições internacionais em atividades de extensão.
- Celebrar acordos de cooperação com entidades dos sistemas de justiça nacional para a realização de atividades de extensão.

GESTÃO

Assegurar a gestão responsável dos recursos disponíveis para a realização dos objetivos do CEAf – ESMP

Objetivo 1: Incrementar o processo de planejamento acadêmico com a participação de todos os segmentos do CEAF – ESMP e da sociedade.

Metas

- Promover consulta aos docentes para o planejamento das suas atividades.
- Promover consulta aos discentes para o planejamento das suas atividades.
- Promover consulta ao corpo técnico administrativo para o planejamento das suas atividades.
- Promover consulta à sociedade civil para o planejamento das suas atividades

Objetivo 2: Consolidar a Comissão Permanente de Avaliação – CPA - no acompanhamento e avaliação de ações de ensino, pesquisa e extensão

Metas

- Viabilizar a aplicação dos questionários da CPA para todos os segmentos do CEAF-ESMP.
- Estimular a participação da sociedade nas consultas e avaliações realizadas pelo CEAF-ESMP.
- Utilizar, no seu planejamento, os resultados aferidos pela CPA para melhoria da qualidade do ensino.
- Utilizar, no seu planejamento, os resultados aferidos pela CPA para melhoria da qualidade da pesquisa.
- Utilizar, no seu planejamento, os resultados aferidos pela CPA para melhoria da qualidade da extensão.
- Utilizar, no seu planejamento, os resultados aferidos pela CPA para melhoria da qualidade da gestão.
- Utilizar, no seu planejamento, os resultados aferidos pela CPA para medir a sua inserção social.

Objetivo 3: Aprimorar continuamente os procedimentos administrativos do Setor Administrativo com vistas a um atendimento mais célere às demandas dos setores e de maior eficiência no atendimento ao público

Metas

- Aquisição ou elaboração de um sistema próprio do CEAF-ESMP de gerenciamento integrativo de controle de inventário e manutenção dos bens e equipamentos existentes, bem como dos que vierem a ser
- Aprimoramento do sistema de reserva de salas, visando a possibilitar ao interessado a reserva do espaço com acesso imediato à respectiva ficha de reserva, bem como o lançamento em calendário, para fins de organização.

Objetivo 4: Aprimorar continuamente os procedimentos administrativos do Setor Financeiro com vistas a um atendimento mais célere às demandas dos setores e de maior eficiência no atendimento ao público

Metas

- Aquisição de Software de gestão financeira.
- Aquisição de Software para emissão de notas fiscais.
- Aquisição de Software para elaboração de folha de pagamento de docentes.
- Aquisição de Software de solução de meio de pagamento dos tomadores de serviço.
- Aquisição de Software para geração e transmissão dos eventos do e-Social.
- Implementação de rotina administrativa com integração das áreas.
- Implementação de processo de inscrição na dívida ativa executada pela própria ESMP.
- Aprimorar o serviço de hospedagem para palestrante em São Paulo

Objetivo 5: Aprimorar continuamente os procedimentos administrativos do Setor de TI com vistas a um atendimento mais célere às demandas dos setores e de maior eficiência no atendimento ao público

Metas

- Aumento da equipe do Setor de TI sendo que os novos servidores deverão ter formação/experiência em tecnologia ou computação.
- Utilização de ferramentas do Office na ESMP como PowerApp, PowerBI.
- Utilização do streaming da Microsoft para usuários externos, restritos e MPSP.
- Programação liferay no novo site da ESMP.
- Aumento de Capacidade de Hospedagem dos Vídeos de Curso da ESMP
- Estúdio de Transmissão ao Vivo com Interatividade
- Atualização do parque tecnológico da ESMP, computadores, notebooks e equipamentos ao longo do tempo
- Atualização das licenças de softwares ao longo do tempo
- Atualização das ferramentas da ESMP ao longo do tempo
- Acompanhamento das demandas dos setores ao longo do tempo com novas ferramentas e atualizações.

Objetivo 6: Aprimorar continuamente os procedimentos administrativos do Setor de Comunicação com vistas a um atendimento mais célere às demandas dos setores e de maior eficiência no atendimento ao público

Metas

- Aumento da equipe do Setor de Comunicação de 4 servidores para 6 servidores (mínimo) sendo eu os novos servidores deverão ter formação/experiência em comunicação e/ou audiovisual.
- Produção de podcasts/videocasts semanais ou quinzenais, a depender do aumento da equipe.
- Inovação nas redes sociais – pesquisa de tendências, maior produção de vídeos, migração para novos canais.
- Aquisição de plataforma de marketing digital para maior alcance e melhor segmentação de público.

- Transmissão para Youtube direto do Teams.
- Aprimorar continuamente os processos de comunicação entre os Setores do CEAF-ESMP, entre este e o MP/SP e com a sociedade.

Objetivo 7: Garantir a Acessibilidade Plena nas Atividades do CEAF-ESMP

Metas

- Levantar as demandas de acessibilidade.
- Adequar os processos e sistemas para garantir a acessibilidade.
- Estruturar rotinas e processos para garantir a permanência da acessibilidade.

5.2 Demonstração da sustentabilidade financeira

Os recursos financeiros provenientes das atividades realizadas pelo CEAF-ESMP são destinados ao Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do Ministério Público do Estado de São Paulo, sendo que os recursos do Fundo Especial se destinam exclusivamente a custear as atividades do CEAF-ESMP.

A administração dos recursos do Fundo Especial é efetuada por integrante do Corpo de Apoio Técnico e consiste no controle das atividades orçamentárias e financeiras do CEAF-ESMP e no acompanhamento da utilização dos recursos referentes aos eventos, cursos, concurso de designação de Estagiários do Ministério Público e outras atividades pertinentes ao CEAF-ESMP, ficando subordinado ao Diretor da Escola, com as atribuições que este lhe conferir em consonância com o que dispõe a legislação vigente.

O Conselho do CEAF-ESMP é quem estabelece as formas de acompanhamento e fiscalização quanto ao recolhimento, gestão e prestação de contas, inclusive perante o Tribunal de Contas do Estado.

Mensalmente e anualmente o Corpo de Apoio Técnico Financeiro elabora relatório financeiro com disponibilização à Diretoria do CEAF/ESMP e ao Centro de Finanças e Contabilidade do MPSP. Anualmente os relatórios são submetidos ao Conselho Superior do CEAF-ESMP e ao Conselho estadual de Educação.

Abaixo os Relatórios anuais de 2020, 2021, 2022 e 2023 demonstram a plena sustentabilidade financeira do CEAFF/ESMP:

RELATÓRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 30 DE NOVEMBRO DE 2020

I - RECEITA

Receita de serviços (Cursos de Especialização, Extensão, Capacitação e a Distância)	R\$ 533.466,15
Receita patrimonial (Rendimentos de Aplicação Financeira - Corretora Virtual)	R\$ 122.988,16
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 656.454,31

II - DESPESAS DE 2020

Adiantamentos base mensal e base única	R\$ 3.294,41
Remuneração do Corpo Docente	R\$ 367.425,14
Despesas Diversas	R\$ 164.664,71
Total das despesas de 2020	R\$ 535.384,26

III - DESPESAS GERADAS NO EXERCÍCIO DE 2019 E PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2020

Remuneração do Corpo Docente	R\$ 47.024,29
Despesas Diversas	R\$ 95.345,81
Total das despesas geradas em 2019 e pagas em 2020	R\$ 142.370,10

IV - DESPESAS GERADAS NO EXERCÍCIO DE 2018 E PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2020

Remuneração do Corpo Docente	R\$ 1.176,00
Total das despesas geradas em 2018 e pagas em 2020	R\$ 1.176,00
TOTAL DAS DESPESAS 2020, 2019 e 2018	R\$ 678.930,37

V - RESULTADO FINANCEIRO

Total das receitas	R\$ 656.454,31
Total das despesas	R\$ 678.930,37
Resultado líquido	-R\$ 22.476,06

VI - DEMONSTRATIVO DE SALDOS

Saldo em 31.12.2019

Corretora Virtual (111115004)	R\$ 4.893.014,40
Conta única (111110202)	R\$ 7.415,44
Conta "C" (111110302)	R\$ 1.323,96

R\$ 4.901.753,80

Total das receitas	R\$ 656.454,31
Total das despesas	R\$ 678.930,37

TOTAL (Receitas - Despesas)

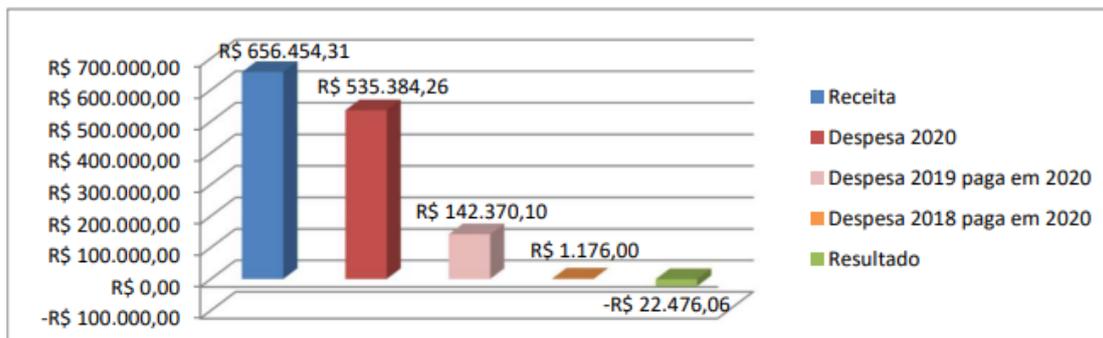
-R\$ 22.476,06

Saldo em 30.11.2020

Corretora Virtual (111115004)	R\$ 4.878.573,34
Conta única (111110202)	R\$ 498,18
Conta "C" (111110302)	R\$ 206,22

TOTAL GERAL (Receitas - Despesas)

R\$ 4.879.277,74



RELATÓRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

I - RECEITA

Receita de serviços (Cursos de Especialização, Extensão, Capacitação e a Distância)	R\$ 431.319,21
Receita patrimonial (Rendimentos de Aplicação Financeira/Corretora Virtual)	R\$ 202.284,30

TOTAL DAS RECEITAS **R\$ 633.603,51**

II - DESPESAS DE 2021

Adiantamentos base mensal e base única	R\$ 539,95
Remuneração do Corpo Docente	R\$ 367.560,49
Despesas Diversas	R\$ 133.294,26

Total das despesas de 2021 **R\$ 501.394,70**

III - DESPESAS GERADAS NO EXERCÍCIO DE 2020 E PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2021

Remuneração do Corpo Docente	R\$ 12.495,37
Despesas Diversas	R\$ 46.850,56

Total das despesas geradas em 2020 e pagas em 2021 **R\$ 59.345,93**

IV - DESPESAS GERADAS NO EXERCÍCIO DE 2019 E PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2021

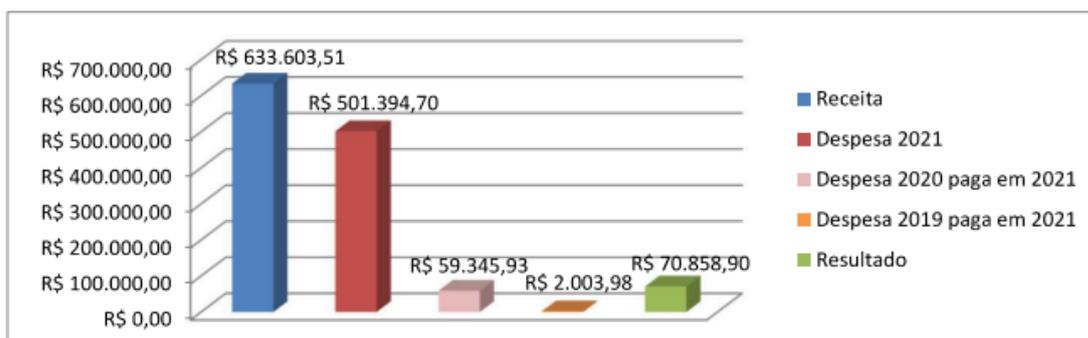
Remuneração do Corpo Docente	R\$ 1.992,98
Despesas Diversas	R\$ 11,00

Total das despesas geradas em 2019 e pagas em 2021 **R\$ 2.003,98**

TOTAL DAS DESPESAS 2021, 2020 e 2019 **R\$ 562.744,61**

V - RESULTADO FINANCEIRO

Total das receitas	R\$ 633.603,51
Total das despesas	R\$ 562.744,61
Resultado líquido	R\$ 70.858,90



RELATÓRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE OUTUBRO DE 2022

I - RECEITA

Receita de serviços (Cursos de Especialização, Extensão, Capacitação e a Distância)	R\$ 349.159,90
Receita patrimonial (Rendimentos de Aplicação Financeira/Corretora Virtual)	R\$ 484.565,59

TOTAL DAS RECEITAS R\$ 833.725,49

II - DESPESAS DE 2022

Adiantamentos base mensal e base única	R\$ 2.321,60
Remuneração do Corpo Docente	R\$ 199.213,46
Despesas Diversas	R\$ 117.429,39

Total das despesas de 2022 R\$ 318.964,45

III - DESPESAS GERADAS NO EXERCÍCIO DE 2021 E PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2022

Remuneração do Corpo Docente	R\$ 28.276,55
Despesas Diversas	R\$ 35.766,54

Total das despesas geradas em 2021 e pagas em 2022 R\$ 64.043,09

IV - DESPESAS GERADAS NO EXERCÍCIO DE 2020 E PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2022

Remuneração do Corpo Docente	R\$ 2.349,00
------------------------------	--------------

Total das despesas geradas em 2020 e pagas em 2022 R\$ 2.349,00

V - DESPESAS GERADAS NO EXERCÍCIO DE 2018 E PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2022

Remuneração do Corpo Docente	R\$ 870,00
------------------------------	------------

Total das despesas geradas em 2018 e pagas em 2022 R\$ 870,00

TOTAL DAS DESPESAS 2022, 2021, 2020 e 2018 R\$ 386.226,54

VI - RESULTADO FINANCEIRO

Total das receitas	R\$ 833.725,49
Total das despesas	R\$ 386.226,54
Resultado líquido	R\$ 447.498,95

VII - DEMONSTRATIVO DE SALDOS

Saldo em 31.12.2021

Corretora Virtual (111115004)	R\$ 4.965.146,01
Conta única (111110202)	R\$ 0,00
Conta "C" (111110302)	R\$ 5.023,13

R\$ 4.970.169,14

Total das receitas	R\$ 833.725,49
Total das despesas	R\$ 386.226,54

TOTAL (Receitas - Despesas)

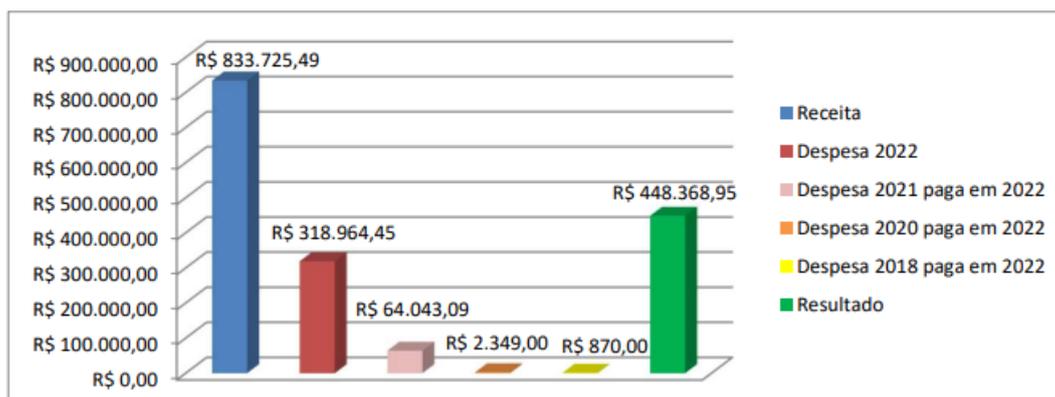
R\$ 447.498,95

Saldo em 31.10.2022

Corretora Virtual Fonte 003001027 (111115004)	R\$ 5.411.491,62
Corretora Virtual Fonte 043001027 (111115004)	R\$ 0,00
Conta única (111110202)	R\$ 0,00
Conta "C" (111110302)	R\$ 176,47
* Recolhimento e antecipação de adiantamento	R\$ 6.000,00

TOTAL GERAL (Receitas - Despesas)

R\$ 5.417.668,09



RELATÓRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 30 DE JUNHO DE 2023

I - RECEITA

Receita de serviços (Cursos de Especialização, Extensão, Capacitação e a Distância)	R\$ 125.413,48
Receita patrimonial (Rendimentos de Aplicação Financeira/Corretora Virtual)	R\$ 344.817,08
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 470.230,56

II - DESPESAS DE 2023

Adiantamentos base mensal e base única	R\$ 11.829,23
Remuneração do Corpo Docente	R\$ 50.975,15
Despesas Diversas	R\$ 86.627,35
Total das despesas de 2023	R\$ 149.431,73

III - DESPESAS GERADAS NO EXERCÍCIO DE 2022 E PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2023

Remuneração do Corpo Docente	R\$ 1.452,61
Despesas Diversas	R\$ 106.789,56
Total das despesas geradas em 2022 e pagas em 2023	R\$ 108.242,17
TOTAL DAS DESPESAS 2023 E 2022	R\$ 257.673,90

IV - RESULTADO FINANCEIRO

Total das receitas	R\$ 470.230,56
Total das despesas	R\$ 257.673,90
Resultado líquido	R\$ 212.556,66

V - DEMONSTRATIVO DE SALDOS

Saldo em 31.12.2022

Corretora Virtual (111115004)	R\$ 5.501.364,15
Corretora Virtual Fonte 043001027 (111115004)	R\$ 0,08
Conta única (111110202)	R\$ 0,00
Conta Corrente (111110302)	R\$ 0,00
Redutora de receita referente aluna Heloisa Maria Desgualdo	-R\$ 3,53

R\$ 5.501.360,70

Total das receitas

R\$ 470.230,56

Total das despesas

R\$ 257.673,90

TOTAL (Receitas - Despesas)

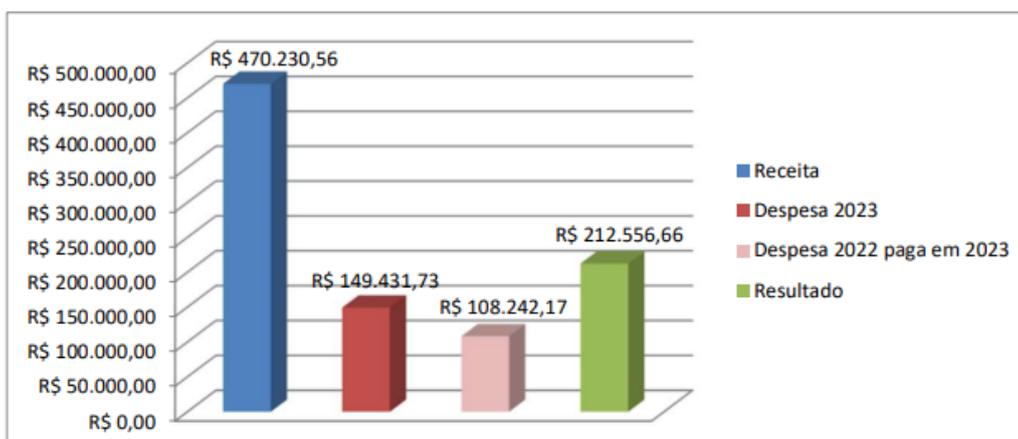
R\$ 212.556,66

Saldo em 30.06.2023

Corretora Virtual Fonte 003001027 (111115004)	R\$ 5.704.311,44
Corretora Virtual Fonte 043001027 (111115004)	R\$ 0,08
Conta única 175930021 (111110202)	R\$ 1.281,49
Conta única 150140001 (111110202)	R\$ 300,00
Conta Corrente (111110302)	R\$ 8.024,35

TOTAL GERAL (Receitas - Despesas)

R\$ 5.713.917,36



Referências

BRASIL. Lei Nº 9.394/1996 (LDB).

BRASIL. Lei Nº 10.861/2004.

BRASIL. Decreto Nº 2.494/1998.

BRASIL. Decreto No 3.860/2001.

BRASIL. Decreto Nº 4.914/2003.

BRASIL. Decreto Nº 5.154/2004.

BRASIL. Decreto Nº 5.224/2004

BRASIL. Decreto Nº 5.225/2004.

BRASIL. Resolução CES/CNE No 2/1998.

BRASIL. Resolução CNE/CP No 1/1999.

BRASIL. Resolução CES/CNE Nº 1/2001.

BRASIL. Resolução CP/CNE Nº 1/2002.

BRASIL. Resolução CES/CNE No 10/2002.

BRASIL. Parecer CES/CNE Nº 1.070/1999.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Mestrado e doutorado: o que são? Fundação CAPES, Brasília, 1º abr. 2014. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-e-doutorado-o-que-sao>. Acesso em julho de 2023.

DIAS, Pedro Henrique Rodrigues de Camargo. SOUSA, Jonilto Costa. VIEIRA, Cecília Cândida Frazão. ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL: RELAÇÃO ENTRE O PDI, PPI E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO IFB. RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional, v.21, n.2, p. 334-349, maio-ago. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 17 objetivos para transformar nosso mundo. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em julho de 2023.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Papirus. 6ª ed. Campinas, SP, 2011.